

ANDRÉ LUÍS GONZAGA

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A QUESTÃO PALESTINA:
análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951.**

ASSIS

2008

ANDRÉ LUÍS GONZAGA

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A QUESTÃO PALESTINA:
análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História. (Área de Conhecimento: História e Sociedade).
Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Bueno

ASSIS

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

G642p	<p>Gonzaga, André Luís A política externa brasileira e a questão Palestina: análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945- 1951/ André Luis Gonzaga. Assis, 2008 112 f. : il.</p> <p>Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.</p> <p>1. Imprensa – Brasil. 2. Diplomacia. 3. Nações Unidas. 4. Israel – História. 5. Palestina. I. Título.</p> <p>CDD 327.2 341.23 956.94</p>
-------	---

Para minha família:

João, Maria, Anderson, Jéssica e Leandra.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para que esta dissertação se tornasse realidade, por isso convém reservar um espaço para agradecê-las pelo apoio e dedicação.

A meus pais e irmãos, pelo carinho e compreensão pelos anos que passei longe de casa e pelo apoio dado, mesmo com tantas limitações financeiras, para que eu ampliasse minha bagagem cultural.

À minha esposa que sempre esteve disposta a auxiliar em minha pesquisa. Sempre próxima, nunca deixou que eu sucumbisse frente às adversidades do trabalho intelectual.

Aos meus muitos amigos e amigas que, de certa maneira, sempre colaboraram por meio de incentivo e comentários pertinentes. Renato, José, Carlos, Vitão, Daniel, Alexandre, Samir, Felipe, João Paulo, Gustavo, Celso, Rafael, Juazeiro, Carol, Carla, Daniela, Júlio, Fabrício, Tiago, Priscila, Henrique, André, Joilson.... Ainda lembro dos bons momentos em que nos reuníamos para discutir História ou temas da atualidade que provocavam várias interpretações e discussões intermináveis. Recordo também do famigerado “esquadrão moradia”, grupo de seminário formado por membros da moradia da Unesp.

Nessa empreitada não poderia deixar de mencionar a ajuda da professora Adriana, da secretária do departamento de História, Clarice, e do pessoal da Seção Técnica Acadêmica, sempre dispostos a ajudar.

O corpo docente do departamento de História da Unesp/Assis também merece meus agradecimentos. Afinal, meus primeiros passos e o apego pelo ofício de historiador foram gestados nesse meio próspero e singular.

Devo agradecer também aos membros da banca de qualificação. Ao professor Áureo Busetto pelas sugestões preciosas e pelo contato no dia a dia. Na verdade, o professor Áureo é mais que isso, é um amigo com quem posso contar sempre. Também ao professor Ivan Esperança Rocha com quem compartilho o interesse pelos conflitos entre árabes e israelenses. Além de agradecê-lo pela participação na banca e pelos comentários feitos acerca dos rumos que a pesquisa tomou, devo mencionar que a minha dívida é maior ainda pela sugestão dada no início da graduação quando, devido a uma exigência da bolsa BAE (Bolsa de Auxílio aos Estudantes), propôs que eu pesquisasse a criação do Estado de Israel no jornal *O Estado de S. Paulo*. Por dois motivos: primeiro, pela contribuição ao estudo no Brasil, segundo, pela proximidade da fonte.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de mestrado usufruída durante boa parte do tempo dedicado a esta pesquisa.

Por fim, a meu mestre, Clodoaldo Bueno, com quem aprendi e aprendo muitas coisas. Entre elas, a relevância do historiador para a sociedade, a ética protestante do trabalho, o apreço pela política externa brasileira e o desenvolvimento da escrita. Mesmo com tantas obrigações acadêmicas ainda sobra(va) tempo para discutirmos a política interna e externa brasileira do atual governo, compartilhar angústias e avanços da sociedade brasileira e internacional.

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar a participação do Brasil na questão da partilha da Palestina, no âmbito da ONU, pela perspectiva dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, apoiado em fontes conservadas no Arquivo Histórico do Itamaraty e no CPDOC, abrangendo o período de 1945-1951.

A política externa brasileira buscava aumentar a representatividade do Brasil na nova ordem geopolítica formada após a Segunda Grande Guerra. Por isso, apoiava as propostas norte-americanas nas Nações Unidas. Inclusive o voto brasileiro a favor da partilha da Palestina, na ONU, foi entendido como resultado do alinhamento aos EUA.

Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* deram atenção especial para a questão Palestina. Enquanto que o jornal paulista demonstrava apreço pela posição israelense, uma vez que havia sido decidido de maneira democrática pela ONU a criação do novo Estado, o jornal carioca mostrava-se solidário, mas de maneira tímida, aos palestinos.

Com relação às ações da diplomacia brasileira na ONU, o jornal *O Estado de São Paulo* expressou sua crítica em relação ao desempenho da delegação brasileira. Afirmava que os diplomatas responsáveis por traduzir os anseios e opiniões dos brasileiros na organização internacional estavam mais preocupados com êxitos particulares. O *Correio da Manhã* observava a questão de outro ângulo. Defendia a diplomacia brasileira e o chefe da delegação do Brasil na ONU, Oswaldo Aranha, oferecendo ao leitor outra interpretação acerca do passado e do presente do principal representante brasileiro nas Nações Unidas.

Após a criação do Estado de Israel as relações entre árabes e judeus retrocederam. As guerras, os conflitos diplomáticos e a fragilidade dos acordos ainda assolam o Oriente Médio. Para se compreender os litígios entre árabes e judeus é preciso voltar no tempo, no período da discussão e legitimação do Estado de Israel. Na convicção de que o caminho para a paz na região médio-oriental passa pelo respeito à resolução nº 181 da ONU, que estabeleceu os limites territoriais entre palestinos e israelenses e a internacionalização de Jerusalém, a presente pesquisa apresentou um panorama do conflito na certeza de que quando se aprende com o passado criam-se perspectivas positivas para o futuro.

Palavras-Chaves: Imprensa brasileira; diplomacia brasileira; ONU; Israel; Palestina.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the participation of Brazil on the issue of Palestine partition according to UNO terms. This observation was made through *O Estado de São Paulo* and *Correio da Manhã* newspapers' overview based on sources of Itamaraty Historical Files and the CPDOC (Contemporary Brazilian History Research and Documentation Centre) from 1945 to 1951.

Brazilian international policy was trying to raise its proportional representation in the new geopolitics established after the Second World War. For this reason, Brazil was supporting US proposals in the UN. Brazilian vote in favor of Palestine partition in UNO was understood as a result of the alignment to the USA.

O Estado de São Paulo and *Correio da Manhã* newspapers focused upon the Palestine question. While *O Estado de São Paulo* made a favor statement about Israel's position, understanding that a democratic decision was taken by UNO about the creation of a new state; *Correio da Manhã* showed to be solidarity for the Palestinians.

Regarding Brazil's diplomacy actions in the UNO, *O Estado de São Paulo* newspaper expressed its criticism about the development of Brazilian delegation. It reported that the diplomats responsible for the expression of Brazil's opinions and positions in the international organization were more concerned with personal achievements. *O Correio da Manhã* was observing the issue from a different point of view. It was in defense of Brazil's diplomacy and the headleader of Brazilian delegation in the UNO, Oswaldo Aranha, offering to its readers another interpretation on the past and present actions of its most important representative in the UN.

After the creation of the Israeli state, the relationships between Arabs and Jews went back; the wars, the diplomacy conflicts and fragility of the agreements have still been reflecting in the Middle East. To understand the dispute between Arabs and Jews, it is necessary to return to the discussion and approving period of the Israeli state. In the conviction that the way to peace in this region is due to the UNO resolution number 181 that established limits for territories between Palestinians and Israelis, and the internalization of Jerusalem; the present research has presented an overview of the conflict certifying that when something is learned upon the past, some new positive perspectives can be created for the future.

Key words: Brazilian press; Brazilian diplomacy; UNO; Israel; Palestine.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AGNU - Assembléia Geral das Nações Unidas.

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty

AOA – Arquivo Oswaldo Aranha

CEDAP - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa

CM - *Correio da Manhã*

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro.

ESG - Escola Superior de Guerra

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

OESP - *O Estado de S. Paulo*

ONU - Organização das Nações Unidas

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PSD - Partido Social Democrático.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

SDN – Sociedade das Nações

TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UDN - União Democrática Nacional

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	10
Capítulo 1: A ONU E A DIVISÃO DA PALESTINA	17
1.1 A História da Palestina e do movimento sionista	20
1.2 A discussão do projeto sionista	23
1.3 A partilha da Palestina	26
1.4 Os desdobramentos da partilha da Palestina.....	30
Capítulo 2: POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA A PARTIR DE 1945	33
2.1 A diplomacia do governo Eurico Gaspar Dutra	35
2.2 A política exterior do Brasil de 1945-1948.....	37
2.3 A política exterior do Brasil em relação ao Oriente Médio.....	42
2.4 Oswaldo Aranha: um homem de seu tempo.....	44
Capítulo 3: A LEITURA DO <i>O ESTADO DE S. PAULO</i> SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL E A QUESTÃO PALESTINA	48
3.1 A questão Palestina no jornal <i>OESP</i>	54
3.2 O jornal <i>OESP</i> na defesa do Estado de Israel e dos interesses do Brasil.....	56
3.3 A participação da delegação brasileira na ONU em 1947 vista pelo <i>OESP</i>	62
Capítulo 4. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A POLÍTICA INTERNACIONAL NAS PÁGINAS DO <i>CORREIO DA MANHÃ</i>	68
4.1 O <i>CM</i> e a participação brasileira nos foros multilaterais.....	74
4.2 A cobertura da questão Palestina feita pelo <i>OESP</i> e o <i>CM</i>	80
4.3 As posições do Brasil na ONU após a partilha da Palestina.....	92
Conclusão.....	98
Fontes/anexos.....	103
Referências bibliográficas.....	107

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procura-se analisar a participação do Brasil na questão da partilha da Palestina, no âmbito da ONU, pela perspectiva dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, apoiado em fontes conservadas no arquivo do Ministério das Relações Exteriores e no de Oswaldo Aranha, guardado no CPDOC, abrangendo o período de 1945-1951.

De início, cumpre observar a relevância da utilização de periódicos como fonte de pesquisa para historiadores, cujo interesse aumentou consideravelmente a partir da década de 1970 e 1980. É importante, porém, perceber como variou a abordagem desse tipo de fonte. Desde a década de 1930, os jornais “deixaram de ser uma atividade de cunho artesanal para transformar-se numa indústria, organizados em moldes empresariais”. Registre-se, ainda, que houve profundas mudanças em relação à estrutura interna das publicações. Se antes este tipo de material era visto como depositário de dados e informações que dispensavam as conclusões do pesquisador, abriu-se espaço para estudos que evidenciam, por meio da análise de textos e do discurso, a parcialidade das informações e o quanto os órgãos de imprensa estão subordinados a interesses de grupos variados. Assim, como disse Jean-Jacques Becker “devemos sempre ter em mente que os jornais funcionam como meio de expressão de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros”. Portanto, são movidos por interesses, o que inviabiliza a transmissão objetiva e imparcial dos acontecimentos (apesar dos veículos de comunicação dizerem que assim procedem). Maria Helena Capelato define a imprensa “como um instrumento de manipulação de interesses, concebendo-a como agente da história que ela também registra e comenta”.¹

O jornal *O Estado de S. Paulo* sempre se caracterizou por sua orientação liberal, ideologia que determinou sua vinculação política – o próprio Júlio de Mesquita participou ativamente da criação do Partido Democrático em São Paulo (1930)². O *Correio da Manhã* também possuía uma orientação liberal e, assim como o jornal *O Estado de S. Paulo*,

¹ CAPELATO, M. H. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 12. Para mais informações, consultar: RÉMOND, R.(org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 196-197; LUCA, T. R; MARTINS, A. L. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006; SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996; BAHIA, J. *Jornal: História e Técnica*. São Paulo: Martins, 1967. Além desses, podemos destacar um artigo recente, publicado em 2005, pela historiadora Tania Regina de Luca, chamado *História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas*. In: PINSKY, C. B. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo, 2005, p. 111-153. Esta pesquisadora fornece, entre outros, ampla gama de referências bibliográficas e procedimentos metodológicos para se trabalhar com a imprensa.

² Contudo, a trajetória do jornal tem evidenciado os limites e as ambigüidades do seu liberalismo, que mudava de acordo com as circunstâncias. Para maiores esclarecimentos, consultar: CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

participou dos acontecimentos da história do Brasil, registrando e comentando os fatos. Ambos apresentavam-se como órgãos independentes, de partidos políticos e grupos sociais, dispostos a discutir e opinar sobre as grandes questões nacionais e, dessa forma, modelar com seus valores e interesses a opinião pública.

Cumprir observar, ainda, que escutar as fontes diplomáticas sobre a questão proposta, examinar a opinião dos diplomatas brasileiros naquele momento e realizar a leitura dos contemporâneos sobre o período serão importantes para enriquecer o trabalho e proporcionar uma visão mais abrangente sobre o tema.

Como trabalhou-se com a ONU e com a política externa brasileira no período, realizou-se uma análise atenta da conjuntura internacional da época. Influenciada pela guerra-fria, tais relações marcaram o contexto nacional e internacional e, acima de tudo, as decisões sobre a questão Palestina, tema central das relações internacionais contemporâneas. A presente proposta, inspirada nos escritos de Duroselle, foi embasada na idéia de que o estudo científico das relações internacionais deve ser fundamentado na história, fundada sobre a coletânea de acontecimentos concretos, por isso empírica, sobre suas sucessões, logo evolutiva, e sobre analogias e regularidades, daí metódica; com isso escaparemos dos, como diz Duroselle, “fantasmas” prejudiciais ao trabalho histórico.³

Marcel Merle também concorda que “somente a história pode estabelecer com segurança a trama dos fatos internacionais e revelar seu encadeamento”. Concorda, também, que “a história pode prestar à ciência das relações internacionais um outro serviço, ao permitir-lhe o emprego do método comparativo”. Para ele, a história fornece as linhas de comparação no tempo e permite seguir os rumos da evolução dos sistemas internacionais, além de possibilitar a identificação dos fatores que desempenham, num dado momento, um papel determinante, tarefa que pertence ao ofício de historiador.

De acordo com Pierre Renouvin, para pesquisar as relações internacionais, devemos levar em consideração o papel das “forças profundas” que exercem influência sobre o rumo dos acontecimentos. Fatores geográficos, forças econômicas, financeiras e ideológicas acabam influenciando no poder decisório de dirigentes e países; por isso, devem ser levados em consideração na busca de um melhor entendimento dos fenômenos no campo das relações internacionais do Brasil.⁴

³ DUROSELLE, J. B. *Todo Império Perecerá*. Trad. Ane Lize Magalhães. Brasília: UNB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 27-40.

⁴ MERLE, M. *Sociologia das Relações Internacionais*. Trad. de Ivonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 39-44; RENOUVIN, P; DUROSELLE, J. B. *Introdução à história das relações internacionais*. Trad. Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1967, p. 61.

Não podemos deixar de fazer referência, também, à moderna história das relações internacionais do Brasil. Segundo Amado Luiz Cervo, a primeira fase da historiografia das relações internacionais se estende de 1822, ano da Independência, até 1950. Nesse período, destacaram-se nomes como Ponte Ribeiro, Varnhagem, Pereira Pinto, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Pandiá Calógeras, entre outros. Depois de Calógeras (1920), os estudos vão ganhar novo fôlego somente em 1945, com a criação do Instituto Rio Branco. No entanto, ainda essa história diplomática era caracterizada pela limitada postura crítica, pouco explicativa e essencialmente factual.⁵

É somente a partir das décadas de 1960 e 1970 que vai haver uma verdadeira remodelação na análise dos estudos da história diplomática brasileira. Com o apoio das escolas francesa, principalmente dos escritos de Pierre Renouvin e de Duroselle, e da inglesa, as universidades brasileiras criaram uma tradição acadêmica “sólida”. Segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno “a historiografia brasileira das relações internacionais adquiriu sua maturidade quando a história diplomática foi superada pelos métodos modernos de análise desenvolvidos nos seios das universidades”.⁶

Destaca-se a atuação da Universidade de Brasília que tem o curso de pós-graduação em história das relações internacionais desde 1976 e é responsável pela publicação da RBPI (*Revista Brasileira de Política Internacional*), a mais antiga e uma das mais respeitadas revistas de assuntos internacionais do Brasil. Além disso, contribui de maneira significativa para a modernização do estudo dos assuntos internacionais no Brasil pela percepção de que a história das relações internacionais não pode ser pesquisada apenas por meio de fontes diplomáticas. Deve, isto sim, ampliar o escopo com fontes parlamentares, jornalísticas, técnicas da história oral, da análise do discurso, entre outros.⁷

A introdução de novos métodos e objetos de estudo, como a possibilidade de perscrutar as fontes jornalísticas para se analisar acontecimentos ocorridos em âmbito internacional e a ampliação do horizonte geográfico, com a possibilidade de estudar as relações do Brasil com outros povos, de outras regiões fora do domínio hegemônico norte-americano e europeu, abriu um leque de opções que tornaram a área de história das relações internacionais instigante e apta a responder às grandes indagações do novo século.

⁵ CERVO, A. L. (org). *O Desafio Internacional*. Brasília: UNB, 1994, p. 22.

⁶ CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ªed. Brasília: UNB, 2002, p. 14. A respeito, consultar também: CERVO, A. L. (org). *O desafio internacional*. Op. Cit, p. 23.

⁷ Para um maior conhecimento sobre a produção historiográfica brasileira e estrangeira nas relações internacionais, consultar: SARAIVA, J. F. S. (org). *Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 13-59.

No trabalho com as fontes, serão levadas em consideração as concepções metodológicas difundidas no Brasil pela história das relações internacionais que, além de se distanciar da antiga tradição da historiografia diplomática, articula-se a uma abordagem que privilegia aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Outro fator importante diz respeito à consulta ao AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty) e ao AOA (Arquivo Oswaldo Aranha), no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). A possibilidade de acesso a documentos referentes à ação da política externa brasileira em determinado período reveste-se de grande significado por dois motivos: primeiro, por possibilitar a produção de conhecimento histórico embasado em fontes primárias, que permitirá uma revisão do conhecimento a respeito da história das relações internacionais do Brasil. Segundo, por apresentar uma fonte alternativa, de caráter nacional, que poderá contrapor o conhecimento produzido por meio de fontes estrangeiras, muitas vezes parcial e analisada numa perspectiva que não corresponde a uma visão brasileira acerca de temas de extrema importância para o país.⁸

O arquivo de Oswaldo Aranha foi doado por Euclides Aranha Neto, em janeiro de 1974, e ficou aberto à consulta a partir de janeiro de 1978. Este arquivo abrange o período de 1856 a 1960 e encontra-se dividido nas séries: documentos pessoais (dp), correspondência política (cp), correspondência diversa (cd), temática (t), produção intelectual (pi), trabalhos de terceiros (tt) e recortes de jornais (j), além de documentos complementares (dc), que inclui documentos posteriores ao falecimento de Oswaldo Aranha, em 1960. Os documentos que integram o arquivo permitem a recuperação da trajetória pública e privada de Oswaldo Aranha e fornecem subsídios para o estudo dos principais eventos da política brasileira.

Na presente pesquisa trabalhou-se principalmente com a correspondência política (cp) e a produção intelectual (pi) do arquivo em apreço. O intuito foi comparar suas posições aparentemente contraditórias durante o Estado Novo, de possível repulsa aos judeus, e suas atitudes em 1947 nas Nações Unidas, onde toma posição a favor da divisão da Palestina.⁹ A

⁸ PENNA FILHO, P. *A pesquisa histórica no Itamaraty*. Brasília: RBPI, 1999, p. 136-137.

⁹ Como disse Jean-Jacques Becker em seu artigo “A opinião pública” no livro organizado por René Rémond, *Por Uma História Política*, “a fonte por excelência é o testemunho de época, escrito se possível no momento do acontecimento, o que protege contra o ‘anacronismo psicológico’, o pior de todos, o mais insidioso, segundo Lucien Febvre. Entretanto, não podemos perder de vista a produção historiográfica a respeito. Entre outros trabalhos, merecem menção: CARNEIRO, M. L. T; *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988; CARNEIRO, M. L. T. *O Veneno da Serpente: reflexões sobre o anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003; LESSER, J. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995; GRINBERG, K. (org). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Este livro nos oferece uma pertinente análise da questão, uma vez que apresenta em anexo um balanço historiográfico a respeito da bibliografia existente sobre o anti-semitismo no Brasil.

consulta a tal arquivo se fez necessária, também, pelos rumos que a pesquisa seguiu. Por exemplo, no auxílio do entendimento do contexto nacional que fazia com que o jornal *O Estado de S. Paulo* descartasse a possibilidade de Oswaldo Aranha ser o candidato da UDN à presidência do Brasil, em 1950. Ao mesmo tempo, permitia ter a dimensão do apoio que Aranha recebeu para aumentar suas esperanças em um dia tornar-se presidente do Brasil. Consultando seu arquivo nota-se a grande receptividade dessa hipótese para certos grupos. Desde 1947, o ensejo era aventado por seus correligionários.

Ademais, pela incongruência das opiniões levantadas a respeito da trajetória do chefe da delegação brasileira na ONU, em 1947, em particular na sua posição em relação à partilha da Palestina, a consulta aos seus documentos guardados no CPDOC contribuiu para que subtraíssemos a dúvida de qual era a sua real opinião acerca do futuro de judeus e palestinos. Parece que mais do que dar preferência para um ou outro lado o que se pretendia era colocar em prática suas concepções da política externa brasileira.

No arquivo de Oswaldo Aranha nota-se uma preocupação específica com três temas. Primeiro, com o trabalho e as homenagens que recebeu pelo seu desempenho nas Nações Unidas, em 1947, e a repercussão do lançamento de sua candidatura ao Prêmio Nobel da Paz, em 1948. Segundo, em explicar que a União Soviética não teve influência em sua vitória nas eleições para presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas. Terceiro, com a possibilidade e a repercussão na imprensa quanto ao lançamento de sua candidatura à presidência do Brasil pela UDN.

Quando se trabalha com arquivos é preciso assumir uma postura crítica quanto à sua organização e análise. Nesse sentido, o historiador deve refletir sobre a “melhor” maneira de se trabalhar com essa documentação, uma vez que ela suscita o problema da “verdade histórica”. Pensando nisso, foram feitas várias análises a respeito e tiradas algumas conclusões. Entre elas, que a melhor maneira de proceder criticamente em relação às fontes seria levar em consideração a “ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer a verdade, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”.¹⁰ Contudo, se aceitarmos que todo trabalho de História é uma representação, o problema da “verdade” em História se altera. Afinal, não se chega “ao passado” mas se constroem representações do passado. Toda História é uma construção, por isso, muitas vezes, cabe mais de uma versão para os acontecimentos. É justamente isso que encontraremos aqui, diversas leituras e opiniões que só

¹⁰ GOMES, A. C. Introdução. In: *Escritas de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7-15.

podem ser entendidas a partir do momento em que se conhece a trajetória política e institucional dos envolvidos na questão.

No caso específico do arquivo de Oswaldo Aranha, no período trabalhado, a seleção de telegramas recebidos da Secretaria de Estado, das cartas trocadas com algumas personalidades políticas e os recortes dos jornais demonstra o objetivo de se construir uma imagem coerente e positiva de seu trabalho. Segundo Philippe Artières, “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaques a certas passagens” e no caso específico das cartas “guardamos cópias de algumas, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário”.¹¹ Essa constatação fica evidente quando se perscruta o arquivo de Oswaldo Aranha.

Outro ponto a ser destacado é o pequeno número de pesquisas feitas no Brasil a respeito do Oriente Médio. Segundo Norma Breda dos Santos, pesquisadora da questão Palestina, a produção acadêmica sobre a política externa brasileira para o Oriente Médio ainda é muito limitada e os trabalhos que examinam as posições brasileiras assumidas nas Nações Unidas com relação à questão Palestina, sobretudo de Israel, estão longe de refletir a fecundidade e a relevância do tema. Nesse sentido, o presente trabalho visa contribuir para um maior conhecimento da opinião interna no que se refere ao tema da Palestina e às posições do Brasil.

Cumprir observar, ainda, que o trabalho foi dividido em capítulos a fim de facilitar sua compreensão e promover a contextualização do tema proposto e do período. Em seguida, procurou-se aprofundar o tema com a análise das fontes e com a utilização dos procedimentos metodológicos necessários.

O primeiro capítulo apresenta uma breve história da Palestina e do movimento sionista e a maneira como o desenrolar dos fatos criou uma mentalidade judaica e internacional favorável à criação de um “lar nacional” para os judeus. A resistência palestina e árabe ao projeto judeu também merece destaque, uma vez que os conflitos iniciados naquela época apenas se arrefeceram nas últimas décadas.

As orientações da política externa brasileira durante o governo Dutra (1946-1950), em específico o alinhamento brasileiro à esfera de influência norte-americana, os desdobramentos da guerra-fria, a busca por prestígio externo, a participação brasileira nos foros multilaterais, sobretudo nas Nações Unidas, e a percepção do país acerca da questão Palestina serão abordados no segundo capítulo.

¹¹ ARTIÈRES, P. *Arquivar a própria vida*. Revista de Estudos Históricos. Arquivos pessoais: Fundação Getúlio Vargas, nº 21, 1998, p. 10-11.

O terceiro e o quarto capítulos tratam das posições da imprensa em relação à política externa brasileira e à questão Palestina. O que se tentou mostrar foi justamente que a imprensa tem opiniões diversas, marcadas pelo contexto da época e pelos interesses específicos que defende. Mais do que a verdade, por meio de suas páginas, é possível observar uma interpretação de um dado acontecimento que o jornal elegeu como digno de chegar ao conhecimento do leitor.

As informações obtidas nos Arquivos do Itamaraty e do CPDOC perpassam toda a obra e almejam enriquecer o trabalho. No limite, o que se tentou fazer foi contribuir para a discussão do tema e apresentar novos horizontes para uma pesquisa posterior de maior envergadura.

1. A ONU E A DIVISÃO DA PALESTINA

Após o fim da Segunda Grande Guerra a ONU surge em substituição à Liga das Nações, uma organização internacional de caráter permanente voltada para a construção da paz, nascida em 1919, no contexto pós Primeira Guerra Mundial. Desde seu nascimento, a liga enfrentou vários problemas, tendo dificuldade em solucionar, de modo rápido e eficaz, os conflitos internacionais. Ademais, os Estados Unidos, grande potência em ascensão na época, não participavam da Liga das Nações, o que se constituía em um empecilho ao bom funcionamento da entidade. Somem-se a isto as crises da Manchúria (Japão e China) e da Etiópia (guerra contra a Itália), a Guerra Civil espanhola e o início da Segunda Guerra Mundial. A entidade chegou ao término, de fato, em 1939, mas, o de direito, deu-se em 1946.

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, as grandes potências já pensavam em criar um novo organismo internacional que buscasse a cooperação e a manutenção da paz mundial, sem repetir os erros do passado. Ele foi previsto pela primeira vez em 1941, na Carta do Atlântico, acordo firmado entre Roosevelt e Churchill. Em 1942, nascia a Declaração das Nações Unidas, assinada por 26 países, com a intenção da criação do organismo de cooperação. As tratativas avançaram com a Conferência de Moscou, de 1943, e com a Conferência de Dumbarton Oaks, em 1944, onde já se discutiu a formação da organização internacional. Finalmente, em 26 de junho de 1945, no momento em que a Segunda Guerra caminhava para seu fim, realizou-se a Conferência de São Francisco, com a assinatura da Carta da ONU.

Os propósitos, objetivos e princípios da Organização das Nações Unidas estão dispostos nos primeiros artigos da Carta de 1945. De um modo geral, há a reafirmação dos direitos humanos e da primazia do direito internacional, sempre com o escopo de busca e manutenção da paz.

A Carta constitui o estatuto das relações internacionais no mundo do pós-guerra – Declara no preâmbulo que os povos das Nações Unidas estão decididos a salvar as gerações vindouras do castigo da guerra; a reafirmar a fé nos direitos humanos, na igualdade de direitos de homens e mulheres, das nações grandes e pequenas, a estabelecer condições para que se mantenha a justiça e o respeito pelas obrigações decorrentes dos tratados e outros instrumentos internacionais; a promover o progresso social e melhorar os padrões de vida sob a mais ampla liberdade.¹²

A ONU também criou expectativas nos países que a compunham, principalmente no Brasil, de conseguirem seus objetivos imediatos. O art. 55 da Carta diz o seguinte:

¹² Aprovada a Carta Mundial estabelecendo a “Organização das Nações Unidas”. OESP, São Paulo, p.1, 26 de jun. de 1945.

Com o fim de se criarem condições de estabilidade e bem-estar, que são necessários ao princípio de igualdade de direitos e auto-determinação dos povos, as Nações Unidas fomentarão: padrões de vida mais elevado, emprego para todos e condições de progresso econômico e social; soluções das questões econômicas e sociais e de saúde internacionais e problemas relacionados, bem como cooperação cultural e educacional internacional; respeito universal e observância dos direitos humanos de liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, língua ou religião.¹³

E mais, o art. 56 assegurava que todos os membros se comprometiam a participar isoladamente ou em conjunto, na cooperação para se chegar aos fins estabelecidos no art. 55.

A imprensa brasileira, em particular os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, a princípio, mostraram algum otimismo com a nova Organização e acreditavam que o Brasil deveria solidificar sua posição no concerto das relações internacionais, creditando à ONU a responsabilidade de atender aos princípios e anseios que motivavam os interesses do Brasil. Ademais, diz o jornal *O Estado de S. Paulo*: “O maior país sul-americano, que revelou suas imensas possibilidades por sua firme atitude, o Brasil tem um futuro grandioso e, sem dúvida, passará por vários impulsos de progresso, como a América do Norte, depois da guerra passada” e termina da seguinte forma: “as Nações Unidas devem muito ao Brasil, e este país generoso deseja continuar colaborando com ela, não somente na guerra mas também na paz”.¹⁴

Não obstante, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica uma entrevista com o embaixador Pedro Leão Velloso, afirmando entre outras coisas que a política externa brasileira segue as linhas de Rio Branco, portanto, enxerga na política externa uma forma de desenvolver e proteger o país, assim, uma maior relação com os Estados Unidos torna-se fundamental. O juízo que o matutino fez da entrevista foi o seguinte:

O estreitamento das relações entre o Brasil e as Nações Unidas, no após guerra constitui um ponto cardeal, e não nos admirou que o Senhor Leão Velloso se manifestasse de modo tão clarividente, encarando o futuro

¹³ Cooperação Econômica e Social. OESP, São Paulo, p.1, 26 de jun. de 1945.

¹⁴ OESP, São Paulo, 4 de jan. 1945. Notas e Informações, p. 3. Para uma visão abrangente sobre o papel das Nações Unidas e da atuação diplomática brasileira, consultar: SARDENBERG, R. M. O Brasil e as Nações Unidas. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org). *Sessenta anos de política externa (1930-1990): prioridades, atores e políticos*. São Paulo: Annablume/Nupri/USP, 2000, v. 4, p. 215-248. Para acompanhar os discursos brasileiros nas Assembléias da ONU, consultar o livro comemorativo aos 50 anos das Nações Unidas chamado de *A palavra do Brasil nas Nações Unidas*. Brasília: Funag, 1995. Cumpre observar, também, que foi elaborada uma nova edição do livro em questão, no qual busca-se oferecer ao leitor uma perspectiva sobre a ONU mais ampla abrangendo os discursos na ONU até o ano de 2006 - CORRÊA, L. F. S. (Org). *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília: FUNAG, 2007.

próximo e distante e reconhecendo que a futura ordem mundial exige como dos seus principais esteios a união entre as nações.¹⁵

No que concerne à questão Palestina, desde o começo de sua existência, em 1945, as Nações Unidas ocuparam-se dela e, provavelmente, nenhum outro tema foi mais debatido em seu âmbito. O Brasil acompanhou os acontecimentos trazidos à Organização Internacional acerca do problema, além de estar diretamente ligado à questão desde que Oswaldo Aranha, representante brasileiro na ONU em 1947, presidiu a Assembléia Geral da ONU e teve papel decisivo na criação do Estado de Israel.

O Brasil acompanha ainda os desdobramentos desse intrincado problema com pouca possibilidade de uma atuação mais próxima no âmbito político da região. A partir da década de 1990, com o fim da guerra-fria e o conseqüente reordenamento internacional e transformação nas relações econômicas mundiais, as questões do Oriente Médio começaram a tomar novos rumos.

A condução dos processos de negociação e elaboração de acordos passou cada vez mais para o plano bilateral, o que fez as Nações Unidas e os países por ela representados diminuir significativamente seu peso. No caso da Palestina, além do novo reordenamento global, a criação do Estado de Israel em 1948, o êxodo palestino, a não internacionalização de Jerusalém, a crise de Suez, a Guerra dos Seis Dias e do Yon Kippur geraram ceticismo quanto à praticidade e a eficácia da ONU na resolução de conflitos persistentes.

Os Acordos de Madri, em 1991, que culminaram nos Acordos de Oslo, em 1993, são um claro exemplo da substituição do multilateralismo pelo bilateralismo, uma vez que os acordos foram conseguidos por meio da intermediação dos Estados Unidos e da União Soviética. A crise de legitimidade da ONU inviabilizou as possibilidades do Brasil e de outros países terem uma atuação mais significativa nas discussões em torno do destino daquela região.

Ademais, a propósito das dificuldades apresentadas pela desigualdade estrutural do sistema internacional, a política externa brasileira orienta-se não somente interessada por questões específicas do Oriente Médio, mas também em utilizar suas posições naquela região para traduzir e projetar sua pretensão em defender um arranjo da nova ordem internacional mais favorável ao Brasil, possibilitando-lhe maior participação nas esferas de decisão.

Nas últimas décadas, o Brasil acompanha os acontecimentos a respeito da Palestina, variando o grau de seu interesse, em geral pouco expressivo. Como a política externa brasileira caracteriza-se pela busca de elementos, para a concretização do que elegeu como

¹⁵ OESP, São Paulo, p.1, 4 de jan. de 1945.

interesse nacional maior - “a busca de insumos externos para o desenvolvimento do país”¹⁶ - pode-se afirmar que, de forma geral, o voto do Brasil, na ONU, em questões relativas a Israel, refletirá a percepção do governo brasileiro quanto à adequação de seu posicionamento, visando à concretização de seus objetivos imediatos.

Quando se observa a política externa do atual governo nota-se que o Oriente Médio voltou a ser prioridade para o Itamaraty, depois que o Brasil participou, a convite da Casa Branca, da Conferência de Annapolis, nos Estados Unidos, em novembro de 2007, ocasião em que foi discutida a viabilidade da paz entre israelenses e palestinos.

O ministro das relações exteriores, Celso Amorim, fez uma turnê de uma semana no começo do ano para aquela região a fim de atender à ambição brasileira de participar do diálogo entre palestinos e israelenses e preparar o caminho para a visita do presidente Lula ao Oriente Médio.

Contudo, o ministro das relações exteriores, acompanhando os desafios do Oriente Médio, reconhece que o Brasil não pode sonhar em ter um papel concreto na resolução de conflitos, em particular no litígio entre palestinos e israelenses. Segundo o ministro, “é como no teatro grego. Não somos protagonistas da peça, somos o coro, que chama a atenção para alguns problemas e muitas vezes é ouvido”.¹⁷

1.1 A História da Palestina e do movimento sionista

Para entender a questão Palestina e a sua repercussão internacional, convém fazer um esboço de sua história. A Palestina foi habitada desde os tempos pré-históricos mais remotos. A sua história esteve geralmente ligada à história da Fenícia, da Síria e da Transjordânia, limítrofes. Possivelmente por causa de sua posição geográfica – faz parte do corredor entre a África e a Ásia e ao mesmo tempo fica às portas da Europa – a Palestina nunca foi sede de um poder que se estendesse para além das suas fronteiras. Pelo contrário, esteve quase sempre submetida a poderes estrangeiros, sediados na África, na Ásia ou na Europa.

Desde meados do século XIX, no contexto do triunfo das ideologias nacionalistas e da idéia do Estado nacional, surgiu entre os judeus laicos da Europa central e oriental um

¹⁶ CERVO, A. L. (org.). Relações Internacionais do Brasil. In: _____. *O Desafio Internacional*. Brasília: UNB, 1994, p. 28

movimento nacionalista secular cujo objetivo era a criação de um Estado para os judeus, sendo este considerado como o único meio de assegurar a identidade e a sobrevivência da nação judaica, assim como de lhe garantir um lugar ao sol entre as demais nações.¹⁸ Para os seus partidários, o dito Estado tornou-se, de certo modo, sob uma forma secularizada, o lugar que a utopia da “redenção de Israel” ocupa na tradição religiosa. Contrariamente à reunião de “Israel” da utopia religiosa o Estado projetado pelos nacionalistas judeus não tinha necessariamente a Palestina por cenário. Seu principal promotor, Teodoro Herzl (1860-1904), pensou na possibilidade de o criar na Argentina. Falou-se também de Chipre, da África Oriental e do Congo.

Os nacionalistas judaicos não tardaram a optar pela Palestina. Essa escolha era particularmente mobilizadora, por causa da ligação do judaísmo à Palestina e da atração que ela exerce mesmo sobre muitos judeus que não são religiosos ou oriundos desse país. O nacionalismo judaico tomou assim o nome de sionismo. Registre-se também que a escolha da Palestina se enquadrava nos projetos coloniais das potências européias, sobretudo da Grã-Bretanha e da França, que preparavam a divisão do império otomano decadente.

Durante décadas o sionismo foi um movimento de intelectuais askenazes¹⁹ laicos, sem base popular. Houve componentes do judaísmo, nomeadamente as grandes comunidades sefarditas da África do Norte que estiveram praticamente à margem desse movimento até a década de 1930 ou ainda mais tarde. No entanto, o sionismo acabou por provocar profundas divisões nos diferentes componentes do judaísmo, religioso e secular, askenaze, sefardita e pertencentes a outros grupos. Embora tenha diminuído, estas divisões subsistem ainda hoje.

Para a maioria dos rabinos da Europa central e oriental o projeto sionista para criar o Estado dos judeus, apoiando-se para isso nos seus próprios meios políticos, diplomáticos e econômicos, era a negação da esperança na “redenção de Israel” por iniciativa e obra exclusiva de Deus. O partido Agudat Israel (União / associação de Israel) fundado em Kattowitz (Silésia, Polônia) em 1912 encarnou essa posição. O dito partido propunha-se reunir todos os judeus fiéis à lei para se oporem ao nacionalismo sionista considerado como uma ameaça mortal para o “autêntico judaísmo”. No entanto, na década de 1930, o Agudat Israel declinou de sua oposição ao sionismo aceitando que a Palestina se tornasse um refúgio para judeus europeus perseguidos. Em 1948, reconheceu-se, de fato, as instituições do Estado

¹⁷ Amorim vai ao Oriente Médio preparar viagem de Lula. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A17, 11 fev. 2008; Brasil quer dialogar com todos no Oriente Médio. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Folha Mundo, 21 fev. 2008 p. A12.

¹⁸ MASSOULIÉ, F. *Os conflitos do Oriente Médio* (séc. XX). Trad. Isa Maria Lando. São Paulo: Ática, 1994, p. 47-48.

de Israel. Participou em todas as eleições legislativas israelitas e em vários governos. No entanto, algumas facções minoritárias não aceitaram a mudança de orientação. Além de persistirem na negação da legitimidade religiosa do Estado de Israel e na recusa de qualquer colaboração com ele, tornaram-se críticos de sua política. Entre os pequenos grupos representantes dessa tendência, a dos Neturei Karta (em aramaico, “guardiões da cidade”) é atualmente o mais conhecido.

Uma minoria entre os judeus religiosos da Europa central e oriental aceitou colaborar precocemente com os sionistas. Um dos primeiros expoentes desta posição foi o rabino Isaac Jacob Reines (1839-1915), nascido em Karolin, na Bielorrússia. Na origem, essa posição tinha sobretudo por objetivo não deixar aos seculares o monopólio do socorro prestado aos judeus pobres e perseguidos. Encarnou-a o Mizrahi (centro espiritual) fundado em Vilnius (Lituânia) em 1902. Segundo essa corrente do judaísmo religioso, nada impede a colaboração com o sionismo, pois este não é incompatível com a tradição. A razão em que ela ocorre funda-se, paradoxalmente, no caráter inteiramente materialista e político do sionismo. Dado o seu teor, o sionismo não pode fazer concorrência à esperança messiânica, que se situa num plano completamente diferente. A idéia de coexistência pacífica do judaísmo religioso e do sionismo logo cedeu lugar a uma integração da ideologia sionista dentro do sistema religioso tradicional. O autor dessa integração foi o rabino Abraão Isaac Hacohe Kook (1865-1935) nascido em Griva, na Letônia, primeiro Rabino-Moraskenaze da Palestina (1921-1935). Contrariamente aos seus homólogos do Agudat Israel, o rabino Kook vê no sionismo um instrumento de que Deus se serve para dar início à “redenção de Israel”, e no Estado dos judeus a aurora da redenção ou do reino de Deus. Os principais herdeiros atuais desta concepção do sionismo são o partido nacional religioso e o Guch Emunim (bloco da fé), que reúne os opositores mais irredutíveis à devolução de qualquer parcela da Cisjordânia e da Faixa de Gaza conquistada por Israel em 1967²⁰.

O sionismo tornou-se popular entre os judeus, sobretudo entre os considerados judeus seculares, da Europa oriental e central a partir de 1881 por causa dos numerosos ataques e pilhagens (pogroms, em russo) de que aí foram vítimas. A Europa oriental forneceu os primeiros contingentes de emigrantes judeus que então foram instalar-se na Palestina. As duas primeiras vagas da emigração coincidiram, aliás, com as duas primeiras vagas de pogroms, que tiveram lugar respectivamente em 1881-1884 e em 1903-1906.

¹⁹ O termo designa de maneira genérica os judeus da Europa central e oriental ou de lá originários.

A relutância ao projeto sionista diminuiu apenas em 1945, quando passou a ser visto como último recurso aos judeus. A descoberta dos campos de concentração onde os nazistas exterminaram milhares de judeus legitimou a existência do Estado de Israel perante a opinião pública.

1.2 A discussão do projeto sionista

Algumas questões acerca do movimento sionista são fundamentais para compreender o processo de partilha da Palestina e para pensar o futuro dessa questão ainda aberta a indagações. Embora pesquise o passado, o historiador não pode ficar limitado a ele, deve, isto sim, utilizá-lo como um instrumento para refletir sobre o presente e apresentar perspectivas e soluções para o futuro. Firme nessa convicção, toda a presente pesquisa foi motivada pelo incessante objetivo de entender o impacto da partilha da Palestina na vida de árabes e israelenses e de outros povos que foram e continuam sendo influenciados ou consideram-se ligados a esse tema que desperta paixões e angústias em todo o mundo.

Para refletir sobre o papel do sionismo na partilha da Palestina é preciso aprofundar os fundamentos desse projeto ideológico. Uma pergunta feita por François Massoulié a esse respeito chamou a atenção: a existência de Israel no coração do Oriente Médio polariza os conflitos da região, como compreender este problema e as paixões que ele desperta, senão por meio da história da implantação do sionismo na Palestina? Para auxiliar na discussão desse tema relevante existe uma grande produção bibliográfica.

Primeiro, é preciso conhecer as origens e o contexto que permitiram o surgimento do sionismo. Segundo Massoulié, o termo “sionismo” surgiu por volta de 1890 e refere-se a Sion, Colina de Jerusalém sobre a qual foi construído o primeiro templo e que simbolizava a Terra Prometida. É também no século XIX que nasceu o ideal sionista de “saída” da Europa e do reagrupamento dos judeus na Palestina. Moisés Hess (1812-1875), Leon Pinsker (1821-1891) e Theodor Herzl (1860-1904), os pais fundadores do movimento sionista, tornaram-se céticos com relação à proposta de assimilação dos judeus aos países onde residiam. Começam a aventar, então, a idéia de um retorno à pátria ancestral, a Palestina.

²⁰ Para mais informações sobre o impacto das idéias sionistas no judaísmo, consultar: COGGIOLA, Osvaldo. *Revolução e Contra-Revolução na Palestina*. Da partilha imperialista à vitória do Hamas. Disponível em: <http://lahaine.org/b2-img/coggiolah.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2008.

Esse projeto encontrou fortes resistências dentro do próprio mundo judaico, como já mencionado. Pelo fato de insistir mais no caráter nacional e político do que religioso do judaísmo, o sionismo foi por muito tempo um movimento marginal e muito combatido. Para os religiosos ortodoxos o movimento sionista era profano, pois subordinava a identidade judaica a um projeto político e pregava o retorno à Terra Prometida antes da chegada do Messias.

É somente depois de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e da descoberta, pela opinião pública, da existência dos campos de concentração onde os nazistas exterminaram milhares de judeus, que o sionismo vai adquirir legitimidade.

Finalmente, a criação do Estado de Israel foi a consagração do movimento sionista, que almejava o restabelecimento da soberania política do povo judeu e o retorno à Terra de seus antepassados.²¹

Jacob Tsur, militante da causa sionista, no livro *A epopéia do sionismo*, procura divulgar fatos da história do sionismo e defini-lo como fundamental para as pretensões judaicas no Oriente Médio. Jacob Tsur define o sionismo como um movimento de libertação nacional do povo judeu. A seu ver, o sionismo, desde seu nascimento, foi um movimento dos oprimidos. Sua ideologia é a consequência lógica da doutrina igualitária pregada pela Revolução Francesa: Haskalá é o nome dado ao iluminismo judaico (século XVIII) que, ao proclamar os “direitos do homem” também preconizava a igualdade dos povos e a liberdade das nações. Para os judeus a luta pela independência nacional foi uma resposta às perseguições anti-semitas sofridas na história, em específico no período do nazismo na Alemanha, e ao desejo de alcançar a liberdade e a independência inerentes ao ser humano.²²

O livro de Eliyahu Biletzky, *Anti-sionismo: nova face do anti-semitismo*, também é marcado pela apologia ao sionismo. Entretanto, avança quando propõe uma análise do processo de partilha da Palestina. No entender da autora, a Comissão Peel, liderada por Lord William Robert Peel, foi a que pela primeira vez sugeriu a partilha da Palestina. A comissão entendia que ambos os povos não poderiam conciliar-se dentro de um único território, uma vez que “os árabes almejam viver a tradição da Idade de Ouro árabe, ao passo que os judeus desejam demonstrar o que são capazes de realizar, se o povo judeu regressar à sua antiga pátria”.

A Comissão Peel recomendou a partilha da Palestina da seguinte maneira:

²¹ MASSOULIÉ, F. *Os conflitos do Oriente Médio*. Op. Cit., p. 45-48.

²² TSUR, J. *A epopéia do sionismo*. Trad. Wilma Freitas Carvalho. Rio de Janeiro: Documentário, 1977, p. 7-9.

1. O Estado judeu compreenderá um quinto da Palestina, da parte ocidental da Palestina: Galiléia, o Vale de Jezreel, a maior parte do Vale de Beisan e a planície costeira, desde Rosh Hanikra ao norte, até Beer Tuvia, ao sul;

2. O Estado árabe incluiria a Transjordânia e as partes restantes da Palestina que se encontram ao ocidente do Jordão;

3. O território mandatário britânico compreenderia Jerusalém, Belém e arredores que estariam ligados a Jaffa por um corredor. Havia também enclaves permanentes em Nazaré e Akaba e enclaves temporários em Tiberíades, Haifa e Acre.

O 20º Congresso Sionista, ocorrido em Zurich a 3 de agosto de 1937, rejeitou algumas partes das conclusões da Comissão Peel, mas não a própria idéia da partilha. Contudo, o plano fracassou e o governo britânico, sob pressão árabe, abandonou a idéia da partilha. Para os árabes, a divisão do território estava fora de cogitação.

Para Biletzky a aceitação de uma parte da Palestina pelos sionistas originava-se do reconhecimento de que existiam dois povos dentro do mesmo território e da necessidade de se fazer justiça a ambos. Segundo Berl Katznelson, citado no livro de Biletzky, “o sionismo aspirava à igualdade em condições de liberdade e independência para os dois povos na Palestina”.²³

Outro trabalho que merece menção é o de Norman Finkelstein. Em seu livro *Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina* propõe uma discussão dos fundamentos do sionismo e afirma que o sionismo sempre pretendeu criar um estado judaico às custas dos árabes palestinos.

Algumas considerações feitas por Finkelstein devem ser mencionadas. Primeiro, a seu ver o que desencadeou a oposição dos palestinos ao sionismo não foi o anti-semitismo mas a perspectiva de uma eventual expulsão dos palestinos de seus territórios. Segundo, no projeto sionista, a Palestina deveria abrigar uma maioria judaica, o que ratificaria o direito dos judeus a um Estado. De acordo com os sionistas, o povo judeu tinha o direito “histórico” à Palestina, enquanto que a população árabe local podia no máximo reivindicar simples direitos “residenciais” na região. Lembrando que a pátria histórica do povo judeu incorporava toda a Palestina, incluindo a Transjordânia, as Colinas de Golã e o sul do Líbano. É o que muitos chamam de “A Grande Israel Bíblica”.

Finkelstein realiza também um grande esforço teórico para diferenciar os três tipos de sionismo existentes: o sionismo político, o trabalhista e o cultural. Finalmente, e esse é um

²³ BILETZKY, E. *Anti-sionismo: nova face do anti-semitismo*. Trad. Keila Litvak. São Paulo: B' nai B' rith, 1982, p. 79 - 81.

dos méritos do trabalho, embasado em fontes abundantes, o autor fornece subsídios para que se possa entender os obstáculos que inviabilizaram nas últimas décadas uma solução diplomática para o conflito entre israelenses e palestinos.²⁴

A bibliografia que trata de temas que envolvem o projeto sionista e seus desdobramentos estão carregadas de parcialidade. Não poderia ser diferente por que envolve a memória histórica e fatos que ainda estão à espera de uma solução. Contudo, não se pode negar o papel relevante do sionismo na criação do Estado de Israel e em uma resolução futura do problema com os palestinos.

Os fatores que fortalecerão o movimento sionista, criado no século XIX, são: os pogroms, a declaração Balfour e o holocausto. Contudo, o sonho de criação de um Estado judeu só se concretizará após a votação na ONU, em novembro de 1947. Daí em diante, as Nações Unidas serão importantes para manter a representatividade de Israel no cenário mundial. De acordo com a pesquisadora Norma Breda dos Santos, a ONU foi essencial para que Israel “fosse reconhecido internacionalmente, tivesse sua política doméstica e sua política externa legitimadas, se consolidasse como Estado e se inserisse internacionalmente”.²⁵

Após ler sobre a questão, fica a impressão de que certos grupos de judeus não aprenderam com a História e que quando optaram pela via sul-africana, do Apartheid, como sugere Norman Finkelstein, acabam reproduzindo as mesmas atitudes que seus algozes nazistas, contra populações palestinas que tinham e têm direito legítimo sobre as terras daquela região, como os judeus também o têm.

1.3 A partilha da Palestina

A Comissão Peel foi a primeira a falar em divisão da Palestina, entretanto, não foi a proposta decisiva. Até se chegar na partilha do território, em 1947, alguns acontecimentos se fizeram presentes no século XX, tornando a partilha da Palestina inevitável no entender de muitos observadores da época.

A Primeira Guerra Mundial foi um desses fatores decisivos. As potências aliadas não esperaram pelo fim da guerra para preparar o desmantelamento do império turco, aliado da Alemanha. Procurando aproveitar-se do nacionalismo árabe, a Grã-Bretanha prometeu ao

²⁴ Finkelstein, N. *Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 13-75.

²⁵ O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós(?) - sionismo. In: SANTOS, N. B. *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: UNB, 2000, p. 21.

xerife Hussein, de Meca, em 1915, o seu apoio para a criação de um Estado árabe independente tendo por fronteira ocidental o mar Vermelho e o Mediterrâneo, em troca do apoio árabe contra a Turquia. De fato, a Palestina, que faz parte do território do anunciado Estado árabe, era cobiçada ao mesmo tempo pela Grã-Bretanha e pela França, mas as duas potências admitiram o princípio de sua internacionalização nos acordos secretos de Sykes-Picot de 16 de maio de 1916.²⁶ Esse fato não impediu a Grã-Bretanha de prometer, no ano seguinte, na chamada Declaração Balfour, à Federação Sionista que faria todo o possível para o estabelecimento de "um lar nacional para o povo judaico" na Palestina.

De fato, as forças britânicas, às quais se renderam as forças turcas em Jerusalém a 9 de dezembro de 1917, terminaram a ocupação da Palestina em setembro de 1918. A Palestina ficou então sob administração militar britânica, a qual foi substituída por uma administração civil a 1 de julho de 1920. Entretanto, na Conferência da Paz reunida em Paris, em janeiro de 1919, as potências aliadas decidiram que os territórios da Síria, do Líbano, da Palestina/Transjordânia e da Mesopotâmia não seriam devolvidos à Turquia, mas passariam a formar entidades distintas, administradas segundo o sistema dos mandatos. Criado pelo artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, em 28 de junho de 1919, o sistema dos mandatos destinava-se a determinar o estatuto das colônias e dos territórios que se encontravam sob o domínio das nações vencidas. O dito documento declara que "algumas comunidades outrora pertencentes ao Império Turco atingiram um estado de desenvolvimento" que permite reconhecê-las provisoriamente como nações independentes. Em relação a essas nações, o papel das potências mandatárias seria ajudá-las a instalar a sua administração nacional independente. O mesmo documento estipula ainda que os desejos dessas nações devem ter uma consideração principal na escolha da potência mandatária. Na conferência de San Remo, em 25 de abril de 1920, o Conselho Supremo Aliado repartiu os Mandatos para essas nações entre a França (Líbano e Síria) e a Grã-Bretanha (Mesopotâmia, Palestina / Transjordânia). O Mandato para a Palestina, que incorpora a Declaração Balfour sobre o estabelecimento do "lar nacional para o povo judaico", foi aprovado pelo Conselho da Liga das Nações, em 24 de julho de 1922, tornando-se efetivo em 29 de setembro do mesmo ano. Ao abrigo do disposto no artigo 25 do Mandato para a Palestina, o Conselho da Liga das Nações decidiu, em 16 de setembro de 1922, excluir a Transjordânia do lar nacional judaico, e dotá-la com uma administração própria.

²⁶ Para mais informações, consultar: CLEMESHA, A. *Mandato Britânico na Palestina*: da declaração Balfour à derrota do movimento operário árabe-judaico na Palestina. In: REVISTA DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA.

Conforme o previsto, todas essas nações tornaram-se efetivamente independentes no curso das três décadas seguintes: O Iraque (Mesopotâmia) em 3 de outubro de 1932; o Líbano, em 22 de novembro de 1943; a Síria, em 1º de janeiro de 1944 e, finalmente, a Transjordânia, em 22 de março de 1946. A única exceção foi a Palestina.

O grande obstáculo que dificultou o processo de independência da Palestina foi a adoção pela Liga das Nações, seguindo nisso as pegadas da Grã-Bretanha, do projeto sionista da criação do "lar nacional para o povo judaico" nesse país.

A Organização Sionista Mundial tinha amadurecido esse projeto e tinha-lhe granjeado apoio relevante, o principal da Grã-Bretanha. Esta expressou o seu patrocínio ao projeto sionista na já referida Declaração Balfour. Trata-se de uma carta que A. J. Balfour, ministro dos negócios estrangeiros, escreveu, em 2 de novembro de 1917, ao Lorde L. W. Rothschild, representante dos judeus britânicos, e, por seu intermédio, à Federação Sionista. Numa altura em que a Palestina ainda era oficialmente território turco, o governo britânico declara à Federação Sionista ser favorável ao estabelecimento de "um lar nacional para o povo judaico" nesse país e compromete-se a fazer todo o possível para facilitar a realização desse projeto. A carta acrescenta ainda uma ressalva segundo a qual "nada deverá ser feito que prejudique os direitos cívicos e religiosos das comunidades não-judias que existem na Palestina".

Graças ao Mandato para a Palestina, o patrocínio do projeto sionista, que era um elemento da política britânica, tornou-se política oficial da Liga das Nações. Esta não só deu ao projeto sionista o apoio internacional como forneceu os meios para a sua realização. A Grã-Bretanha, a quem o Conselho Supremo Aliado (isto é, os vencedores da guerra) confiou o Mandato da Palestina, era a potência mais indicada para implantar a política da Liga das Nações em relação a esse país.

Por seu lado, as organizações sionistas aproveitaram a infra-estrutura administrativa e económica que o Mandato pôs à sua disposição para acelerar a realização do projeto de criação do Estado judaico na Palestina. Para isso intensificaram a imigração dos judeus da Europa oriental e central, em três vagas principais: em 1919-1923, 1924-1928 e 1932-1940. Em 1931 os judeus eram 174.610 de um total de 1.035.821 habitantes da Palestina. Em 1939, eram mais de 445.000 e em 1946 atingem o número de 808.230 de um total de habitantes da Palestina respectivamente de 1.500.000 e de 1.972.560. Por outro lado, o Fundo Nacional Judaico, intensificou a compra e o desenvolvimento das terras palestinas.

Entretanto, a Inglaterra mudou a sua posição com relação aos judeus em 1939. Neste ano, o parlamento inglês adotou o “Livro Branco” - que rompia com o projeto de criação de um lar nacional para os judeus. Depois de constatar a impossibilidade da partilha, a Inglaterra decidiu limitar a imigração a 75 mil pessoas ao longo de cinco anos, no intuito de controlar a entrada de judeus na Palestina e limitá-los a um terço da população total. A posição inglesa se justifica pela aproximação da Segunda Guerra Mundial, afinal os ingleses tinham receio da intensa propaganda antibritânica dos nazistas no mundo árabe.

Diante da falta de apoio dos ingleses, os judeus decidem organizar a imigração ilegal e se preparar para conquistar pelas armas sua independência. Em 1947, o drama do *Exodus* comoveu a opinião pública mundial. Esse navio, chegado ao porto de Haifa e tendo a bordo 4500 sobreviventes dos campos de concentração nazistas, é proibido de desembarcar e enviado novamente para a Alemanha pelas autoridades britânicas. O presidente norte-americano à época, Truman, e a União Soviética passam a apoiar o movimento sionista.

Em virtude da falta de controle sobre a questão Palestina, a Inglaterra decide entregar o problema para a ONU solucionar. Em 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral das Nações Unidas vota a favor da partilha da Palestina entre um Estado judaico e um Estado árabe. A cidade de Jerusalém seria colocada sob autoridade internacional.



1.4 Os desdobramentos da partilha da Palestina

Os conflitos entre judeus e palestinos acentuar-se-ão após 15 de maio de 1948, data oficial do fim do mandato britânico e da proclamação do Estado de Israel. Inconformados, os palestinos, apoiados por Egito, Síria, Transjordânia e Líbano, declaram guerra aos israelenses, com a intenção de expulsá-los das terras que faziam parte do novo Estado de Israel. Derrotados, os palestinos perderam o direito ao Estado que lhes fora designado pela ONU, durante a Guerra pela Independência de Israel (1948-1949).

Observe, no mapa abaixo, as fronteiras palestinas a partir de 1949.



Fonte: Dubv, Georges. *Grand atlas historique*. Paris, Larousse, 1999.

Como se pode notar, o território palestino deixou de existir sendo incorporado à esfera de influência de judeus, egípcios (Gaza) e jordanianos (Cisjordânia). Dessa forma, os palestinos tornaram-se refugiados nos países árabes ou no próprio Estado de Israel.

Houve outros conflitos na região que tomaram a proporção de verdadeiras guerras, das quais os principais foram:

- **Guerra de Suez (1956)**, envolveu França e Reino Unido, que tentavam recuperar parte dos antigos territórios coloniais, o Egito, aliado dos palestinos, e os Estados Unidos, que defendiam os interesses do Estado de Israel.

- **Guerra dos Seis Dias (1967)**, esse conflito vencido por Israel mudou mais uma vez o mapa da Palestina. Israel incorporou ao seu território terras do Egito (Sinai e Gaza), da Jordânia (Cisjordânia) e da Síria (Colinas de Golan).

Veja o mapa a seguir:



- **Guerra do Yom Kippur (1973)**, com a nova vitória israelense nessa guerra, os egípcios, sem o apoio da Síria e da Jordânia, assinam os Acordos de Camp David, pelos quais receberam de volta a península do Sinai, ocupada por Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967.

A partir de 1988, em virtude do pessimismo quanto a possível derrota dos judeus para o exército árabe, a OLP²⁷ mudou seu discurso e tornou-se mais moderada. Arafat renunciou ao radicalismo e aceitou negociar com representantes israelenses por intermédio dos Estados Unidos.

Em 1992, o governo trabalhista moderado de Itzhak Rabin passou a dialogar diretamente com a OLP e, em 1993, após os Acordos de Oslo, na Noruega, foi assinado em Washington um acordo histórico entre israelenses e palestinos. Nessas negociações, Rabin

²⁷ Em 1959 Iasser Arafat criou, na Jordânia, a Fatah, grupo político que tinha por objetivo retomar o território perdido em 1949. Em 1964, a Fatah tornou-se a OLP (Organização para a Libertação da Palestina). Reconhecida

concordou com a devolução gradual de Gaza e Cisjordânia para o controle palestino, em troca do reconhecimento do Estado de Israel e do fim dos conflitos entre ambos. No entanto, o preço pela tentativa de estabelecer a paz na Palestina foi alto demais. Rabin foi assassinado por um fanático judeu em 1995, que não aceitou a devolução de terras aos palestinos.

Após várias tentativas de resolução a paz entre israelenses e palestinos parece distante. A disputa por territórios e legitimidade continua desde a criação do Estado de Israel, em 1948. Outras tentativas de acordo foram e continuam sendo elaboradas, porém com pouco sucesso. A incapacidade da comunidade internacional de estabelecer medidas concretas com relação ao litígio, a falta de legitimidade das Nações Unidas, as sucessivas intervenções norte-americanas na região, o radicalismo de grupos judeus e palestinos trazem ceticismo quanto à normalização do conflito. Por isso, voltar às raízes do litígio é fundamental. A elaboração e efetivação do projeto de partilha da Palestina está no cerne do problema e deveria ser revisitada como forma de se buscar novas saídas para o problema.

com essa nova denominação pelos países árabes, foi proclamada por seu dirigente Iasser Arafat um “Estado no Exílio”. A OLP foi aceita pela ONU, em 1974, como única representante do povo palestino.

2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA A PARTIR DE 1945

A queda de Vargas, em outubro de 1945, tem sido motivo de muitas discussões. Entre as questões de difícil explicação estão os motivos que levaram à sua queda e o papel dos Estados Unidos no episódio.

Dois motivos para o acontecimento podem ser citados: o primeiro, diz respeito ao processo de democratização mundial decorrente dos desdobramentos da Segunda Grande Guerra e da derrota do nazismo e do fascismo na Europa. O segundo refere-se à postura norte-americana frente à política interna brasileira do período. O embaixador dos Estados Unidos, Adolfo Berle Júnior, proferiu discurso em 29 de setembro de 1945 no sindicato dos jornalistas a fim de manifestar apoio a Vargas e criticar os movimentos “queremista” e “Constituinte com Getúlio”, que pediam sua permanência no poder. Embora pudesse ser visto como um caso de ingerência externa nos assuntos internos do país, Vargas aprovou o conteúdo do discurso que antes de ser proferido foi apresentado ao então líder do Estado Novo.

A oposição udenista e a imprensa contrária ao governo fizeram nova interpretação do discurso do embaixador norte-americano, vendo nele o apoio dos Estados Unidos à redemocratização do Brasil. Embora a participação norte-americana na queda de Vargas em 1945 não possa ser desconsiderada, não se pode também afirmar que os Estados Unidos tenham sido a “causa” da sua queda, como bem explicitou Gerson Moura. Internamente, a contradição entre o envio de tropas para lutar em favor da democracia na Europa e a manutenção de um regime político autoritário como o Estado Novo, aumentou a oposição interna a Vargas. Apesar da adoção de medidas liberalizantes como a anistia aos presos políticos, a aceitação da volta dos partidos políticos e a convocação de eleições presidenciais, a oposição interna a Getúlio, além da retirada do apoio de Washington, determinou sua deposição em 29 de outubro de 1945.²⁸

Na política externa, algumas mudanças também são visíveis. Durante os sete anos do Estado Novo a diplomacia brasileira movera-se de uma posição de “equidistância pragmática” em relação às grandes potências para um alinhamento progressivo à posição norte-americana,

²⁸ Para aprofundar a discussão sobre os motivos que levaram à queda de Vargas, em outubro de 1945, consultar: BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 302-304; MOURA, G. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p. 42-54; BUENO, C. *Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964)*. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (ORG). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): O desafio geoestratégico*. São Paulo: Annablume/USP, 2000, v. 3, p. 17-20. Merecem menção outras pesquisas relevantes como o relato minucioso

na medida em que a guerra se aproximava da América e os Estados Unidos se envolviam diretamente no conflito.²⁹

Paulo Vizontini afirma que: “a atuação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial constituiu um fator importante para a derrocada do Estado Novo e para o desenvolvimento da percepção de que o país seria, após o conflito, um aliado privilegiado dos Estados Unidos”.³⁰

Foi na conjuntura final do Estado Novo que foram criados os principais partidos políticos brasileiros atuantes da década de 1940 à de 1960: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além do retorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao cenário político nacional.³¹

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o general Dutra, com o apoio do PSD e do PTB, obteve 55% dos votos, com expressivas vitórias em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) obteve 35% dos votos, tendo conquistado boa margem de diferença com o eleito apenas no Distrito Federal, onde somou 183 mil votos, contra 166 mil votos de Dutra e 134 mil de Iedo Fiúza, o candidato lançado pelo Partido Comunista.

Dutra contou com o apoio de pólos opostos: por um lado, os setores da burguesia agrária conservadora e da nova burguesia industrial, que temiam o “esquerdismo” da ala intelectual da UDN; por outro lado, as camadas populares distantes do elitismo da campanha do brigadeiro e próximos do candidato do PSD, pelo fato de ser apoiado por Vargas e pelos trabalhistas, o que lhe possibilitou um grande número de votos.

Na época, a UDN representava uma “aventura no desconhecido”, era o risco das experiências sociais, uma vez que possuía “idéias novas” e era aliada da esquerda democrática. Como vimos, a eleição de 1945 refletia essa preocupação, conseqüentemente, limitava os votos ao brigadeiro Eduardo Gomes.³²

O período que se inicia com o governo Dutra e a nova Constituição pode ser corretamente caracterizado como novo, pois se tratava do fim de uma ditadura e do começo

dos acontecimentos na deposição de Vargas feita por SILVA, H. *Por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976 e HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

²⁹ Para mais informações sobre a mudança de percepção da diplomacia brasileira e os fatores conjunturais que pesaram na época, consultar: MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990, p. 12. Para mais informações sobre o conceito de Gerson Moura “equidistância pragmática” consultar: MOURA, G. *Autonomia na Dependência: política externa brasileira de 1934 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

³⁰ VIZENTINI, P. G. F. *Relações Internacionais e Desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951 – 1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 38.

³¹ Para mais informações sobre a organização partidária do período, consultar: SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976; BENEVIDES, M. V.B. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

de uma fase de respeito às normas mínimas de democracia formal. Entretanto, não se deve perder de vista os limites de tal redemocratização. A Constituição de 1946 incorporava muito da Carta Corporativista de 1937, como o caráter tutelador da legislação trabalhista e as medidas restritivas de segurança nacional. Assim, apesar de se viver o pluralismo partidário e as eleições diretas, mantinha-se o sindicalismo corporativo e outros modelos da extinta ditadura. Além disso, é preciso lembrar que o pluralismo partidário era limitado, tanto quanto o respeito às eleições; o PCB que, em poucos meses de legalidade, conseguiu organizar-se para as eleições, fazendo significativa bancada para a Constituinte (15 deputados e 1 senador) foi cassado, em 1947, pelo Supremo Tribunal Federal.³³

Costuma-se afirmar também que o governo Dutra representou uma interrupção da vocação estatizante anterior, com maior abertura ao capital estrangeiro. Porém, adverte Carlos Fico, pretensões de desenvolvimento de países pobres nunca dependeram exclusivamente de decisões internas. A relevância atribuída aos discursos relativos à maior ou menor receptividade ao capital estrangeiro tende a tangenciar a evidência de que, em se optando pela diversificação da estrutura produtiva, pela industrialização, enfim, por uma mudança estrutural da economia brasileira, torna-se imprescindível o recurso às tecnologias e ao capital estrangeiro, seja pelo fluxo de capitais privados, seja pelo recurso aos empréstimos públicos.³⁴ Segundo Leticia Pinheiro, embora o governo Dutra tenha sido inicialmente marcado por forte liberalismo econômico, não tardou em estipular novo controle das importações para diminuir o desequilíbrio externo e retomar a política de substituição de importações por meio da industrialização.³⁵

2.1. A diplomacia do governo Eurico Gaspar Dutra

Dutra julgava que o Brasil era merecedor de atenções especiais por parte dos Estados Unidos. Afinal, o Brasil revelava-se um fiel aliado, colaborando com as iniciativas norte-americanas para a América Latina e para a criação das instituições internacionais do pós-

³² BENEVIDES, M. V. M. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Op. Cit, p. 57.

³³ FICO, C. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, C. G. (org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1800-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000, p. 169; POMAR, P. E. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 9-47.

³⁴ FICO, C. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, C. G. (org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1800-2000): a grande transação*. Op. Cit. p. 169-172.

³⁵ PINHEIRO, L. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.28-29.

guerra. Desde os acordos assinados em Washington, em 1942, tornou-se evidente a aproximação econômica entre os dois países. Ademais, sua colaboração no esforço de guerra havia ido muito além da cessão de bases aéreas e navais no território nacional; já que o suprimento de matérias-primas básicas e materiais estratégicos haviam sido assegurados a preços estáveis durante o conflito e forças brasileiras empenharam-se diretamente em expulsar tropas alemãs do território italiano em 1944. A instauração de uma forma democrática de governo, a partir das eleições de dezembro de 1945, e a adoção da constituição liberal de 1946 pareciam confirmar a inevitabilidade do estreitamento das relações. Por isso, possivelmente em nenhum outro país da América Latina fosse tão alto o nível de expectativas quanto a esta cooperação como no Brasil após o final da Segunda Guerra Mundial.³⁶

Com efeito, em 1945 e 1946, o governo brasileiro julgava-se no limiar de uma nova era de "relação especial" com os Estados Unidos. Acreditava que o Brasil surgia, naturalmente, como o parceiro privilegiado, principalmente para a região latino americana, na construção da nova ordem internacional que se esboçava sob a hegemonia política, econômica e militar dos norte-americanos.³⁷

Como foi dito, Dutra e Raul Fernandes acreditavam na ligação especial do Brasil com os aliados ocidentais e confiavam que um alinhamento a orbita de influência dos norte-americanos constituía a melhor defesa para enfrentar uma possível terceira guerra mundial. Cumpre observar também que, para os planejadores políticos brasileiros, o alinhamento aos Estados Unidos deveria conferir à nação um certo número de vantagens, a saber: a manutenção de uma posição militar única na América Latina e seu conseqüente status político e participação ativa nas conversações de paz do pós-guerra e no estabelecimento de uma nova ordem internacional.³⁸ Tal visão calcava-se nos pressupostos ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948 sob a influência do "National War College", dos Estados

³⁶ A aliança política e militar durante a guerra vai gerar o mito da "relação especial", segundo Gerson Moura. Embora essa temática seja uma constante em seus trabalhos, é possível destacar *Sucessos e Ilusões* (1991), já devidamente citado no texto da dissertação, e MOURA, G. O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org). *Sessenta anos de política externa (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996, v. 1, p. 87-113. Outro trabalho que merece menção, encontrado no mesmo livro, é o de Rubens Ricupero que esboça um panorama sobre a relação triangular entre o Brasil, a América Latina e os Estados Unidos de 1930 até a década de 1990: RICUPERO, R. O Brasil, a América Latina e os Estados Unidos desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G (org). *Sessenta anos de política externa (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. Op. Cit, v. 1, p. 37-60.

³⁷ MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Op. Cit, p. 64; MALAN, P. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, B.(Org). *História geral da civilização brasileira*, 2ª ed. São Paulo: Diffel, 1986, t. 3, v. 4; BUENO, C. Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964). In: ALBUQUERQUE, J.A.G. (Org). *Sessenta anos de política externa brasileira(1930-1990): o desafio geoestratégico*. Op. Cit, v. 3, p. 22.

³⁸ MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Op. Cit, p.22.

Unidos. A ESG baseava suas concepções no binômio segurança e desenvolvimento, defendendo para o país um projeto econômico de capitalismo associado internacionalmente.³⁹

Uma pertinente contextualização do período trabalhado pode ser encontrada em *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*, que possibilita compreender a visão de mundo e dos projetos da diplomacia brasileira. A seguir citamos um trecho do livro acerca dos anseios brasileiros diante das oportunidades que se apresentavam ao Brasil na busca de seus principais objetivos:

1947 é o ano que assinala o início de uma fase de alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Na expectativa de que a aliança com os Estados Unidos criasse as condições necessárias para o desenvolvimento do país, a exemplo de que ocorreria na Europa ocidental e no Japão, a diplomacia brasileira passa a praticar política de bloco. A pretexto de um incidente com diplomata da Embaixada em Moscou, as relações diplomáticas Brasil-URSS são rompidas. Na ONU, a delegação do Brasil toma invariavelmente partido dos Estados Unidos nas votações de questões vinculadas à polaridade Leste-Oeste [...].⁴⁰

2.2. A Política Exterior do Brasil de 1945-1948

Para entender melhor a participação do Brasil na questão Palestina, convém levar em conta alguns pressupostos básicos que motivaram nossa política para o Oriente Médio.

Após a Segunda Grande Guerra, o Brasil tentou disputar espaço em algumas áreas do cenário internacional, particularmente nas Nações Unidas e junto aos Estados Unidos. Em retrospectiva, seus esforços resultaram em ganhos pouco satisfatórios. O fim da guerra deu lugar a novos arranjos de poder e a novos interesses políticos e estratégicos que, no plano mundial, excluía o Brasil. A crença na aliança com os Estados Unidos como forma de desenvolver o país impedia os dirigentes políticos brasileiros de perceber a perda de relevância em todos os campos nas relações de nosso país com os Estados Unidos, seja ela política, econômica ou militar⁴¹.

As posições do governo Dutra facilitam a compreensão das referências que condicionavam as atitudes específicas adotadas pelo Brasil naquele período. O contexto no

³⁹ VIZENTINI, P. G. F. *Relações Internacionais e Desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951 – 1964)*. Op. Cit, p. 40-42.

⁴⁰ *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995*. Brasília: Funag, 1995, p. 34.

qual é definida a política sobre Israel e Palestina insere-se, de certa forma, no quadro das polêmicas existentes, mas, sobretudo, no quadro das orientações principais da política exterior. Para tanto, basta ver a polêmica ocorrida entre o ministro das relações exteriores, Raul Fernandes, e o então embaixador do Brasil, Oswaldo Aranha. Para o ministro, não cabia ao Brasil discordar do voto americano na ONU. Enquanto que Aranha, desde a década de 1930, vinha demonstrando simpatia pelas posições dos Estados Unidos, no intuito de obter ganhos para o país, mas numa perspectiva tradicional, no quadro do reconhecimento da hegemonia norte-americana.⁴²

Dutra e Raul Fernandes acreditavam na aproximação da Terceira Guerra Mundial e, por conseguinte, na necessidade de formar-se um bloco contra o comunismo. Enquanto que Aranha chegou a conclusão de que naquele momento não havia sinal de uma guerra global entre Estados Unidos e União Soviética e que até "havia um certo grau de colaboração entre as duas potências" na ONU, por isso, a delegação brasileira insistia na impossibilidade de uma guerra a curto prazo⁴³. Segundo Gerson Moura, o próprio Oswaldo Aranha, admirador dos Estados Unidos, era capaz de reconhecer não apenas as reivindicações soviéticas de poder como também a busca de hegemonia por parte dos Estados Unidos. Ele concluía que, embora a política brasileira devesse sempre estar do lado americano, não poderíamos fazer de nossa solidariedade uma servidão.⁴⁴

As diferentes concepções da política internacional ficaram explicitadas, de fato, quando Raul Fernandes apoiado por Dutra disse que o Brasil deveria se posicionar a favor dos Estados Unidos na guerra diplomática contra a URSS, enquanto que a proposta dos diplomatas brasileiros que estavam em Washington e Nova York era de conciliação. Como atesta Vigevani e Kleinas, os representantes do Brasil na ONU chegaram a utilizar o argumento do prestígio que, - afinal se concretizava com a eleição de Oswaldo Aranha para o

⁴¹ VIGEVANI, T.; KLEINAS, A. Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: SANTOS, N. B. (org). Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades. Op. Cit, p. 72-73.

⁴² Para consultar as análises realizadas sobre essas divergências, ver: MOURA, G. *Sucessos e ilusões*: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Op. Cit, p. 63; MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa*: a política externa do governo Dutra. Op. Cit, p. 36-40. BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Op. Cit, p. 312-313; HILTON, S. *Oswaldo Aranha*: uma biografia. Op. Cit, p. 431-463; VIGEVANI, T.; KLEINAS, A. Brasil e Israel: da Partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel*: Diplomacia e Sociedades. Op. Cit, p. 75; VIZENTINI, P. G. F. *Relações Internacionais e desenvolvimento*: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964. Op. Cit, p. 42.

⁴³ Em várias ocasiões Aranha afirmou a impossibilidade de uma terceira guerra mundial acontecer: AOA, Oswaldo Aranha a Raul Fernandes, 1947.08.01, fotograma 550, cp. Carta enviada em 25 set. 1947; AOA, Resposta de Aranha a Samuel Wainer, 1947.00.00/5, fotograma 175-176, produção intelectual (pi); AOA, Aranha a Carlos Lacerda, 47.08.01, fotograma 560, cp. Carta escrita em 4 out. 1947.

⁴⁴ MOURA, G. *Sucessos e Ilusões*: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial, Op. Cit, p. 63; MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa*: a política externa do governo Dutra. Op. Cit, p. 38.

cargo de presidente da Sessão Ordinária da ONU - para fortalecer a idéia de que, em alguns casos, seria mais prudente manter distância das contendas e promover a conciliação. Desta forma, entendiam ser possível evitar o surgimento de grupos contrários aos interesses brasileiros. A situação chegou a tal ponto que o próprio presidente Dutra interveio na polêmica, reforçando formalmente a posição de Raul Fernandes.

Aranha "mantinha as vistas sobre o quadro estratégico mais amplo e o calor verbal da Guerra-Fria lhe causava profunda inquietação". Por isso, parecia-lhe imprescindível evitar atritos entre os dois blocos e manter a imparcialidade brasileira na contenda.⁴⁵

Na verdade, além dos aspectos ideológicos, que em grande medida eram oriundos das disputas políticas internas, e tendo em conta o revigoreamento da aliança com os Estados Unidos, o Ministério das Relações Exteriores considerava que buscar aumentar os vínculos com os norte-americanos reverteria em benefícios para o Brasil.⁴⁶ Contudo, como hoje parece claro, os Estados Unidos não tinham interesse quanto às pretensões brasileiras de vantagens especiais, como a manutenção de sua superioridade militar no conjunto da América do Sul e na construção da nova ordem internacional. A missão Abbink⁴⁷, de 1947, constitui-se num bom exemplo do pouco interesse nutrido pelo país do norte acerca dos anseios brasileiros. Se na área econômica os dois países tinham concepções diferentes na maneira de encaminhá-la, no político e militar houve consensos.⁴⁸ O melhor exemplo é o TIAR⁴⁹, assinado, no Rio de Janeiro, em setembro de 1947.

Se esta era a situação da política brasileira ante os Estados Unidos, a diplomacia tinha, no período, outros objetivos essenciais voltados para a América Latina. A preocupação era com relação ao equilíbrio na América do Sul e na Bacia do Prata, dado o avanço do peronismo. Tal constatação permite compreender a estratégia da política internacional adotada pelo Brasil na época.

A orientação do Ministério das Relações Exteriores, somada às percepções de Aranha, sem dúvida, tiveram influência nas decisões sobre a questão Palestina. Em telegrama a Aranha, Fernandes orientava a delegação a “encontrar uma solução de compromisso entre as

⁴⁵ STANLEY, H. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Op. Cit, p. 446.

⁴⁶ Para mais informações, consultar: MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Op. Cit, p. 64-71.

⁴⁷ Uma comissão técnica mista liderada por John Abbink, chefe da delegação americana, e por Otávio Bulhões, chefe da delegação brasileira, que deveria analisar os fatores que dificultavam o processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

⁴⁸ CERVO, A. L. & BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p. 248.

⁴⁹ O TIAR é um tratado que envolve os países das Américas com o objetivo de estabelecer um pacto para defesa mútua. O acordo foi assinado na cidade do Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947, entrando em vigor em 3 de dezembro de 1948. O texto na íntegra do Tratado encontra-se disponível no site do Ministério das Relações Exteriores, www2.mre.gov.br/daí/tiar.htm. Acesso em: 15 de julho de 2008.

partes litigantes, evitando favorecer abertamente uma ou outra facção e acompanhando, em caso de uma decisão concreta da Assembléia sobre o assunto, o voto dos Estados Unidos da América”.⁵⁰

No caso do Oriente Médio, especificamente o caso da Palestina, o voto brasileiro a favor da partilha desse território, efetivada em 29 de novembro de 1947, e que reconhecia o direito dos judeus a um lar nacional; portanto há um Estado próprio, ao lado de um Estado palestino árabe, é o resultado da posição internacional do Brasil, alinhado ao voto norte-americano na ONU. Outro fator muito difundido para a consolidação da posição brasileira a favor da partilha é o conflito entre árabes e judeus na Terra Santa, que inviabilizava um Estado federativo. Para Ramiro Saraiva Guerreiro, o Brasil teria preferido a formação de um único Estado em que convivessem harmoniosamente árabes e judeus, no entanto, a intransigência entre as partes inviabilizava essa possibilidade.⁵¹

Segundo Tullo Vigevani e Alberto Kleinas, no caso da Palestina, a política externa brasileira não teve autonomia suficiente para ser formulada e levada ao debate internacional. Ela foi elaborada no contexto político da época, condicionada pelas relações com os Estados Unidos e pela questão do equilíbrio na América do Sul, em particular com a Argentina peronista⁵².

Naquele momento, vinham ocorrendo manifestações de árabes e judeus no Brasil para obter do país decisão favorável a sua causa. Em 1947, a Liga Árabe comunicou à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos a decisão de criar um escritório árabe no Rio de Janeiro.⁵³ Os judeus também buscavam apoio. O movimento sionista brasileiro sempre foi conhecido pela sua capacidade de organização e pela liberdade que gozava para expressar suas aspirações em favor da causa judaica, salvo o período de 1938 a 1945, quando decreto de 1938 proibiu o funcionamento de organizações políticas internacionais no Brasil.

Como reação, os judeus elaboraram uma petição levada por Jacob Schneider, Salomão Steinberg e Aron Neuman em que solicitavam ao governo brasileiro permissão para a comunidade judaica do Brasil continuar auxiliando o Movimento Sionista Mundial em seu objetivo de criar na Palestina o Estado de Israel e de participar no estabelecimento dos

⁵⁰ AHI, Raul Fernandes a Oswaldo Aranha, telegrama 122, 12 set. 1947. A orientação do ministério das relações exteriores sobre a Palestina encontra-se também no AOA, 1947.08.01, rolo 23, fotograma 523, correspondência política (cp).

⁵¹ GUERREIRO, R. S. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 172. Para mais detalhes, consultar os documentos do AHI, "Envio de estudo sobre a questão da Palestina", Missão do Brasil junto às Nações Unidas para Exteriores, confidencial, ofícios recebidos, cx. 150, p. 2-3.

⁵² VIGEVANI, T; KLEINAS, A. *Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949)*. In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit, p. 88.

⁵³ Idem, p. 78.

sobreviventes do holocausto. Após a análise da petição, o governo brasileiro revogou a proibição de 1938.

A proibição de 1938 não foi interpretada pelas organizações judaicas brasileiras e internacionais como prova de anti-semitismo por parte do governo brasileiro. Consideravam que a restrição visava apenas atingir “movimentos subversivos internacionais e não intencionava atingir movimentos nacionalistas como o sionismo”. No entanto, quando se referem a imigração de judeus europeus para o Brasil citam que a política governamental, principalmente do Itamaraty, carregava um ranço de preconceito que se refletia na relutância brasileira em aceitar imigrantes judeus, tratados, muitas vezes, como “indesejáveis”.⁵⁴

Embora em dificuldades, a comunidade judaica procurava se articular para ajudar os imigrantes da Europa e para tornar-se mais influente na sociedade brasileira, promovendo encontros sobre a realidade dos judeus no mundo e discussões acerca da possível resolução da ONU em torno da partilha da Palestina.

A eleição de um brasileiro para o cargo de presidente da AGNU (Assembléia Geral das Nações Unidas) motivou a comunidade judaica a se organizar e a pressionar o governo brasileiro. Após a escolha de Oswaldo Aranha para presidente da Sessão Extraordinária das Nações Unidas que discutiria o problema da Palestina organizações judaicas enviaram um telegrama de congratulação pela sua eleição ao relevante cargo. Em maio de 1947 os membros do Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina aproveitaram uma reunião na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) para enviar novo telegrama ao chefe da delegação brasileira na ONU, Oswaldo Aranha. No comunicado expedido que contava com a assinatura de, entre outros, Augusto Frederico Schmidt, Alberto Guerchunoff, Samuel Wainer e Herbert Moses reafirmavam a “esperança ardente de toda comunidade judia pela sua ação a favor da grande raça, eternamente perseguida, e a quem tanto deve o ser humano”.⁵⁵

Conforme se aproximava o dia em que seria divulgada a resolução das Nações Unidas sobre a Palestina, 29 de novembro de 1947, o Comitê Cristão Pró-Palestina procurava mobilizar intelectuais, políticos e a imprensa a pressionarem setores do governo brasileiro a apoiar a causa sionista por meio de seu representante na ONU.

⁵⁴ FALBEL, N. *Manasche: sua vida e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 67-91.

⁵⁵ Idem, p. 92.

2.3. A política exterior do Brasil em relação ao Oriente Médio

A Declaração Balfour, de 2 de novembro de 1917, então endereçada ao Lorde Rothschild, constitui o documento legal, de valor internacional, que dá origem ao debate sobre a Palestina nos termos em que ele se desenvolveu durante quase um século. Como se sabe, esse debate ocupou grande parte do século XX, e certamente, ocupará ainda parte do século XXI.

Em 1947, se por um lado, o chanceler Raul Fernandes aconselhava nosso país a manter equidistância nos assuntos que diziam respeito a árabes e judeus, dada a existência no Brasil de uma comunidade síria e libanesa importante, por outro, Aranha, na histórica Assembléia da ONU que presidiu em 1947, teve atuação decisiva na partilha da Palestina de que resultou a criação do Estado de Israel.

Dutra era um velho adversário de Aranha, mas, mesmo assim o convocou para representar o Brasil nas Nações Unidas, onde, primeiro, representaria o Brasil no Conselho de Segurança, dirigindo suas reuniões em março de 1947, depois seria escolhido com votação significativa para presidente da primeira sessão extraordinária da Assembléia Geral e, então, mesmo sem o apoio do Departamento de Estado e do próprio chanceler brasileiro, mas com o apoio dos países latino-americanos, seria eleito presidente da segunda sessão ordinária da Assembléia da ONU. Coube-lhe a função de dirigir o debate e a votação daquele órgão sobre o assunto mais urgente do período: a criação do Estado de Israel. Segundo Stanley Hilton, "com o espaço conquistado pela eleição ao mais alto posto internacional jamais exercido por um brasileiro, Aranha voltou de Nova Iorque consagrado como o maior estadista do Brasil desde o Barão do Rio Branco".⁵⁶

O argumento utilizado pelo Ministério das Relações Exteriores na defesa de posição prudente na questão Palestina era devido a existência, no Brasil, de uma comunidade síria e libanesa. Esta posição, na verdade, buscava compatibilizar uma questão de política interna – o equilíbrio entre várias comunidades – com posições estratégicas no plano internacional. Daí a razão pela qual a orientação em favor do equilíbrio não poderia se chocar com o apoio brasileiro aos norte-americanos, lembrando-se que 1947 é o ano em que o Brasil passa a praticar política de bloco. Nesse sentido, a delegação brasileira na ONU buscava difícil equilíbrio no qual, embora os Estados Unidos e a União Soviética tivessem posições semelhantes, em relação à questão Palestina, o governo orientava-se no sentido de favorecer

apenas os norte-americanos. Dessa forma, a delegação brasileira vê-se em dificuldades para atender à solicitação da delegação norte-americana, solicitando a inclusão de um soviético no novo comitê a ser criado, com o fim de apresentar um plano concreto relativo à Palestina.

Em suma, o voto brasileiro pela partilha da Palestina foi resultado do posicionamento internacional do país. Pode-se mesmo concluir que, se por um lado o Ministério não emitia orientações precisas, por outro, o comportamento da delegação brasileira nas Nações Unidas pautava-se por uma política de prestigiar o Brasil e pela necessidade de afirmar posições malvistas, não só em meios governamentais como também na imprensa, como veremos adiante.

Oswaldo Aranha insistia no fato de que o apoio dos Estados Unidos só poderia decorrer de seus próprios interesses (“a presidência é uma posição de que necessitam todos os dias, como da nossa delegação”), e do papel que o Brasil souber desempenhar (“Não nos escravizem daí, deixando-nos certa liberdade de movimentos, para podermos arrancar algo deste país”). Assim, é necessário que “Aranha conduza adequadamente o debate sobre a Palestina, pois ele implica a obtenção de papel de relevo para o Brasil naquela conjuntura”.⁵⁷

Nessa questão, que decidiria o futuro da Palestina, Aranha teria, sobre o voto brasileiro, o controle que reivindicava em outras decisões na ONU. As instruções enviadas por Raul Fernandes davam liberdade de atitude para a delegação brasileira:

Pensamos que, na questão da Palestina, a melhor atitude é a abstenção, dada a oposição dos árabes e a existência no Brasil de uma grande colônia sírio-libanesa. Todavia, se esse voto nulo impedir os dois terços necessários para o aperfeiçoamento da resolução de partilha, devemos votar de acôrdo com as grandes potências às quais incumbirá a responsabilidade de pô-la em prática. Vossa excelência, em todo caso, procederá de acôrdo com seu próprio ponto de vista se for diverso do que deixamos indicado, dado que seus elementos de informação são mais completos.⁵⁸

O caso palestino não foi histórico somente pelas mobilizações e paixões que despertou e por decidir o futuro de uma região, dado os seus desdobramentos persistentes, mas também

⁵⁶ HILTON, S. *Oswaldo Aranha: uma biografia*, Op. Cit, p. 421.

⁵⁷ VIGEVANI, T & KLEINAS, A. *Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949)* In: *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit, p. 95.

⁵⁸ AOA, Exteriores à delegação do Brasil, 1947.08.01, fotograma 580, cp. Cópia de telegrama enviado em 20 nov. 1947 à delegação do Brasil junto à Assembléia Geral da ONU.

porque foi um raro momento em que os Estados Unidos e a URSS se encontravam do mesmo lado, o que muito facilitaria uma decisão final.

Contudo, era impossível qualquer compromisso entre as partes litigantes. Os árabes reivindicavam a aplicação do princípio da autodeterminação wilsoniana dos povos - objetivo desconsiderado por Aranha - e insistiam na criação de um Estado palestino com soberania plena (apesar de a Liga árabe utilizar a causa Palestina para fins próprios); os líderes judeus, queriam a partilha, ou seja, a criação de dois Estados, um judeu e outro árabe. O Comitê Especial enviado à Palestina (UNSCOP) pela Assembléia Geral, após a sessão extraordinária que Aranha presidira em maio, apresentou um relatório que endossava o ponto de vista sionista. Sete países dos onze integrantes da Comissão eram favoráveis à partilha da Palestina, que mais a frente seria a proposta vencedora na Assembléia Geral da ONU.

Após o encerramento da sessão foram feitos diversos discursos de elogio à atuação de Aranha na presidência da Assembléia Geral da ONU. Por fim, analisando a questão Palestina disse que a Assembléia desincumbiu-se da difícil tarefa com grande responsabilidade e concluiu da seguinte maneira: "só posso concordar e expressar minha confiança nessa ousada e histórica experiência empreendida pelas Nações Unidas".⁵⁹ Em retrospectiva, as esperanças de Aranha revelaram-se frustradas, já que o que se viu após a criação do Estado de Israel foi um acirramento do conflito que resiste incólume ainda hoje. E como disse Carlos Lacerda em 1948, o Brasil tem sua parcela de responsabilidade no conflito também.⁶⁰

2.4. Oswaldo Aranha: um homem de seu tempo

Em virtude da participação relevante de Oswaldo Aranha nos dois momentos cruciais para a história dos judeus, durante o Estado Novo (1937-1945) e na Assembléia das Nações Unidas, em 1947, que decidiu o futuro tanto de judeus quanto de palestinos, faz-se necessário uma apreciação comparativa dos dois momentos específicos.

Embora a imigração de judeus para o Brasil fosse algo que já vinha ocorrendo desde quando este país era colônia portuguesa, após a instalação do nazismo na Alemanha, em 1933, essa imigração vai se intensificar. Adolf Hitler estabeleceu medidas anti-semitas,

⁵⁹ HILTON, S. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Op. Cit, p. 458.

⁶⁰ LACERDA, C. *O Brasil e o mundo Árabe*. Rio de Janeiro, 1948. Consultar, também: GATTAZ, A. *A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à nova Intifada*. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

encontrando nos judeus uma explicação para os males que atingiam a Alemanha, com isso os judeus são obrigados a deixar seus lares e mudarem-se para outros países.

A partir de 1935 ocorre a intensificação da fuga dos judeus alemães anunciando o massacre que estava por acontecer. Os principais destinos do movimento migratório eram os Estados Unidos, a América Latina e a Palestina.

Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, no caso específico do Brasil, o presidente Vargas e os responsáveis pela sua política, Oswaldo Aranha e João Carlos Muniz, relutavam em aceitar a vinda de judeus para o Brasil, tanto que se encarregaram de restringir informalmente a imigração em 1935. Em 7 de junho de 1937, essa política vai se radicalizar com a proibição de vistos a todas as pessoas de "origem semita". Para esta autora, a postura anti-semita sustentada pelo governo Vargas durante o Estado Novo "tem suas raízes na mentalidade racista persistente no Brasil desde o século XIX". A discussão se fazia em torno de qual etnia: amarela, branca ou negra seria a mais adequada para compor o povo brasileiro? Nesse quadro de opções, os judeus estavam excluídos, pois eram vistos como "indesejáveis", sem condições para compor o povo brasileiro.⁶¹

Outro trabalho que merece menção é o de Jeffrey Lesser, que afirma que Aranha concordava com muitos dos estereótipos anti-judaicos da época, contudo, em sua visão pragmática os judeus ricos, qualificados e influentes poderiam auxiliar no processo de desenvolvimento econômico do país e dinamizar as relações com os Estados Unidos. Para este autor, com Oswaldo Aranha à frente do Ministério das Relações Exteriores, a entrada dos judeus foi maior no país. Assim, em 1939, teriam imigrado para o Brasil cerca de 4601 judeus, número superior a anos anteriores.⁶²

Num segundo momento, Oswaldo Aranha, eleito presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi um dos responsáveis pela divisão da Palestina que culminou na criação do Estado de Israel, em 1948. Daí em diante, o Brasil e Oswaldo Aranha foram considerados "amigos" de Israel, do sionismo e de todos os judeus.

É evidente que houve mudanças no posicionamento de Aranha. No Estado Novo, a grande discussão era em torno da formação da identidade nacional e do papel que o imigrante deveria exercer dentro desse processo. Pelo fato de os judeus serem vistos de maneira

⁶¹ TUCCI CARNEIRO, M. L. Imigrantes e refugiados judeus em tempos sombrios: Brasil, 1933-1948. In: GRINBERG, K. (org) *Os judeus no Brasil*. Op. Cit, p. 335-374. Maria Luiza Tucci Carneiro foi a responsável pelo primeiro estudo acadêmico que demonstrou o papel de Aranha na criação das circulares secretas que impediam a entrada de imigrantes judeus perseguidos pelo nazismo, no Brasil, durante o Estado Novo. Cumpre observar, ainda, a polêmica aberta com a publicação do estudo dessa autora e da interpretação que ela faz dos documentos pesquisados. Para mais informações, consultar: TUCCI CARNEIRO, M. L. *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. Op. Cit.

negativa, o Itamaraty baixou circulares secretas impedindo a entrada de "semitas" no país. Contudo, de acordo com as necessidades e as leituras que eram feitas dos judeus por intelectuais e políticos, os esteriótipos eram facilmente manipulados e acabavam, no limite, tornando-se positivos. Afinal, se o Brasil primava pelo desenvolvimento econômico ninguém estava em melhor condição do que os judeus para dinamizar e, assim, contribuir para o desenvolvimento econômico da nação. Daí entende-se os motivos que possibilitaram a significativa entrada de judeus no período de rígida restrição aos "indesejáveis".⁶³

Em 1947, a questão da identidade nacional e da imigração é sobrepujada pelo surgimento da Guerra-Fria, dos grandes debates em torno do desenvolvimento econômico do país e da segurança nacional. Na verdade, Aranha e os principais grupos influentes da época viam uma outra realidade, o que se estava em discussão, além das questões postas acima, era a postura da diplomacia brasileira frente às novas oportunidades do pós-guerra e aos grandes problemas de então. A interpretação lógica com relação à questão Palestina seria que o Brasil buscasse harmonizar interesses políticos internos - manter a serenidade dos representantes árabe-israelenses no Brasil - e mostrar representatividade e influência perante as outras nações do mundo, buscando o espaço que acreditava merecer no cenário internacional e na nova geopolítica oriunda do pós-guerra.

Finalmente, pode-se concluir, examinando os dois momentos e suas principais prioridades, que Oswaldo Aranha não era um anti-semita convicto mas sim um homem de seu tempo que sofreu a influência das idéias e dos objetivos que o "novo" Estado que se formava na década de 1930, e as esperanças abertas com o fim da Segunda Grande Guerra proporcionavam ao Brasil. Nos seus arquivos, essa noção fica clara. No fundo o que se buscava era um projeto de nação e maneiras de acomodar os diversos grupos e interesses dentro desse processo.

Após um panorama histórico da política externa brasileira durante o governo Dutra (1946-1950), do contexto que acabou moldando o voto brasileiro pela partilha da Palestina e do papel desempenhado pela delegação brasileira, em particular por Oswaldo Aranha num momento em que o Brasil buscava maior projeção internacional, faz-se necessário ampliar o escopo do trabalho com o incremento da pesquisa feita na imprensa. Mais do que contar "uma" história da questão Palestina, aquela que pode ser lida apenas consultando o número dos jornais da época, o que se busca é analisar as opiniões e as motivações eventualmente

⁶²LESSER, J. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Op. Cit, p. 218 e 319.

⁶³ LESSER, J. *Judeus salvam judeus: os esteriótipos e a questão dos refugiados no Brasil, 1935-1945*. In: GRINBERG, K (org). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Op. Cit., p. 315-335.

ocultas nas posições difundidas nas páginas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* quanto à discussão da questão Palestina e da participação da delegação brasileira, em específico de Oswaldo Aranha, nas Assembléias da ONU que decidiram o futuro de judeus e palestinos e marcaram profundamente os anseios das duas comunidades. Cabe, portanto, reconstruir a visão que os jornais consultados tinham do contexto internacional, dos interesses nacionais e da política externa brasileira.

3. A LEITURA DO *O ESTADO DE S. PAULO* SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL E A QUESTÃO PALESTINA

Maria Helena Capelato em *Os Arautos do Liberalismo* mostra como o projeto de "construção da grande potência" dos liberais de *O Estado de S. Paulo* tinha como meta elevar o Brasil à condição de potência de primeira grandeza.⁶⁴ Todavia, esse projeto pós-45 começa a ganhar um novo estímulo advindo das mudanças ocorridas nas relações internacionais e na crença de que somente o capital estrangeiro poderia acelerar nosso desenvolvimento interno. A própria colaboração na Segunda Grande Guerra e na luta contra o comunismo no país eram vistas como formas de obter ganhos para o Brasil. As atenções daqueles que almejavam ver o Brasil como grande potência privilegiaram o seu desenvolvimento material e, nesse campo, várias propostas foram apresentadas para a superação do atraso. Entre elas, destaca-se a política externa como fator de segurança e crescimento.

Para entender melhor essa questão, faz-se necessário esclarecer alguns pontos. Primeiro, que o jornal *O Estado de S. Paulo* representava a UDN naquele momento, apesar de não ser vinculado ao partido. Como disse Maria Victória de Mesquita Benevides, “nenhum outro núcleo de opinião expressou, na época, a tendência paulista da UDN do que um órgão, que, formalmente, não pertence ao partido: o jornal *O Estado de S. Paulo*”.⁶⁵

Sob o espectro de Getúlio Vargas, no governo Dutra, a UDN estava na "oposição cordial". Em setembro de 1946, a direção nacional da UDN admite colaborar com o governo, o que se concretiza com a participação de seus integrantes nos ministérios: Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, e Clemente Mariani, Ministro da Educação e Saúde. Não por acaso serão as duas pastas que o jornal *O Estado de S. Paulo* vai atribuir maior relevância.

Para entender a posição do jornal *O Estado de S. Paulo* na questão Palestina e em seus desdobramentos, bem como sobre a participação brasileira nessa contenda, é necessário levar em consideração a rivalidade existente com a Argentina e o perigo representado então pelo comunismo soviético, pois acabaram criando no matutino a imagem de que somente os Estados Unidos e a ONU poderiam combater o ímpeto desses países. A preocupação do jornal com a situação mundial era estratégica, pois o Brasil "corria o risco de sofrer invasões". Por ser um membro da UDN que está dirigindo a pasta das Relações Exteriores, *O Estado de S. Paulo* sente-se no direito de avisar e sugerir maneiras de agir na política exterior:

⁶⁴ CAPELATO, M. H. *Os Arautos do Liberalismo*: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 29-71.

⁶⁵ BENEVIDES, M. V. *A UDN e o Udenismo*. Op. Cit. p. 229.

Queremos indicar, como tarefa inadiável da representação brasileira junto a ONU, a acusação do teor neo-rosista do governo de Perón. Ou nos decidimos, já, a ter a coragem da denúncia, ou, de futuro, mais coragem precisaremos ter para enfrentar a agressão expansionista que é a consequência fatal dos regimes totalitários.⁶⁶

E diz mais: que a Argentina poderia planejar uma guerra de expansão contra o Brasil, revivendo “a causa inglória da unificação do vice-reinado”. Para esse matutino, a Argentina ameaçava quebrar o equilíbrio político e econômico na América do Sul. Além de elogiar as qualidades de Raul Fernandes, apela novamente para a necessidade de o Brasil denunciar o peronismo diante da ONU:

Se hoje voltamos á carga, fazemo-la na certeza das modificações sensíveis e promissoras que em nossa política externa virá a introduzir o atual ministro das relações exteriores. O senhor Raul Fernandes supera em qualidades pessoais e em capacidade técnica os seus antecessores imediatos, apresentando ainda um traço a que quase nos desabitua nos tempos negros da ditadura – uma perfeita independência política. Não estará, portanto, a fazer vistas grossas á ação perniciososa da triste figura que se incumbe da representação brasileira em Buenos Aires ou perdoa-lhe os conchavos com o peronismo. Por outro lado, o senhor Raul Fernandes, homem de oposição em quem o governo depositou confiança, só tem deveres para com ideais democráticos que ajudou a restaurar em nossa terra. Poderá, portanto, cumprir livremente sua tarefa. Essa, pro momento, mostra-se bastante precisa: apontar á ONU o neo-fascismo caudilhisto e agressivo, que se estabelece no sul do continente, abusando de um povo que governa; desrespeitando a Carta de S. Francisco que jurou cumprir e obedecer. Eis o que urge fazer, antes que seja tarde.⁶⁷

O jornal se considerava o intérprete dos sentimentos e das aspirações não só do povo paulista, mas do povo brasileiro.⁶⁸ Para o matutino, o governo peronista não representava apenas uma ameaça militar externa, mas também econômica, pois advertia que a Argentina com seu plano quinquenal iria sobrepor-se ao Brasil.⁶⁹ Em reação a esta possibilidade exigia do Itamaraty novos acordos comerciais, destacando a necessidade das exportações para a

⁶⁶ OESP, São Paulo, 1 de jan de 1947, Notas e Informações, p. 3. Para mais informações sobre as relações entre Brasil e Argentina, consultar: CAPELATO, M. H. O “Gigante” brasileiro na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, C. G. (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. Op. Cit. p. 303; Bandeira, M. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. O Continente nas relações Argentina-Brasil. 1930-1992. São Paulo: Ensaios, 1995; CERVO, A. L.; RAPOPORT (orgs). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan/Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 260-272.

⁶⁷ OESP. Idem.

⁶⁸ OESP, São Paulo, 4 de jan de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁶⁹ OESP, São Paulo, 10 de jan de 1947. Notas e Informações, p. 3.

economia brasileira.⁷⁰ Essas ameaças, tanto militar quanto econômica, faziam com que a lealdade aos Estados Unidos se tornasse essencial para proteger e desenvolver o país.⁷¹

Por ocasião da nomeação do general Marshall para substituir Byrnes na direção da política exterior dos Estados Unidos, o grupo do jornal formulava votos de “feliz e fecunda” administração ao novo chanceler e se referia aos seus desafios de como assegurar a paz e a segurança não só no continente europeu mas também no americano. Diz ainda que o principal desafio seria “conter o ímpeto argentino possuído por um governo nazi-fascista que ameaça nossa segurança”.⁷² É nesse contexto que a posição pró-Estados Unidos deve ser vista como uma posição estratégica de Segurança Nacional. No entanto, é necessário considerar que a aliança do Brasil com os norte-americanos não é apenas uma questão estratégica do ponto de vista da segurança, mas também para o desenvolvimento do país:

Nenhum país deve basear sua política econômica em noções vagas, em superstições e paixões demagógicas, mas sim em conhecimentos exatos dos seus próprios interesses e dos interesses dos demais países. Para o Brasil não há questão econômica mais importante do que a de nossas relações com os Estados Unidos, por esse país nosso maior cliente e nosso maior fornecedor das mercadorias de que necessitamos.⁷³

O jornal defendia os Estados Unidos como grande parceiro do Brasil, incessantemente:

As relações econômicas entre os Estados Unidos e o Brasil não se limitam, porém, ao intercâmbio comercial, já em si muito importante para nosso padrão de vida e nossa evolução material. Mais relevante ainda é o fato de ser aquele país o único capaz de nos fornecer os capitais indispensáveis a aceleração do nosso progresso econômico.[...] Assim, seria difícil dispensar os capitais norte-americanos numa obra capaz de proporcionar às nossas populações padrão de vida mais alto e ao país inteiro maior potencial econômico e político[...].

Se rejeitasse a oportunidade da colaboração dos Estados Unidos, o Brasil condenaria a si mesmo a um atraso desnecessário, á paralisação de sua evolução material, ao sacrifício de suas potencialidades econômicas.⁷⁴

Essas posições refletem o momento histórico e a perspectiva de um suposto auxílio norte-americano ao Brasil.⁷⁵ A posição do matutino a favor da partilha, como veremos

⁷⁰ OESP, São Paulo, 18 de jan de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁷¹ OESP, São Paulo, 2 de fev de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁷² OESP, São Paulo, 22 de jan de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁷³ OESP, São Paulo, 23 de fev de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁷⁴ OESP, São Paulo, 6 de abr. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁷⁵ A historiografia atual defende que essa percepção é oriunda da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e das novas esperanças abertas com o seu fim. Após a Segunda Grande Guerra, os objetivos essenciais da política externa permaneciam os mesmos da época de Rio Branco: “reforçar a ‘aliança’ com os Estados

adiante, não é senão uma necessidade de colocar em prática o alinhamento do Brasil com as posições defendidas pelos Estados Unidos na ONU. Ademais, o jornal reafirma sua confiança novamente em relação ao chanceler Raul Fernandes (já que demonstrou a ele quais são os caminhos para a segurança e o desenvolvimento do Brasil), porém, critica o governo por não suspender os embaixadores da época do Estado Novo que continuavam em postos estratégicos, por exemplo, em Washington. *O Estado de S. Paulo* advertia, ainda, que acompanhava as ações do Ministério das Relações Exteriores para que houvesse a manutenção da política externa tradicional empreendida por Rio Branco, somente interrompida com a ditadura⁷⁶, além de continuar militando contra as forças totalitárias que tentavam ofuscar a imagem do Brasil diante dos Estados Unidos.⁷⁷

O jornal, militante em sua essência, advertia a UDN nacional sobre suas responsabilidades:

A quanto dissemos na permanência na Embaixada brasileira em Washington do Sr. Carlos Martins Pereira, queremos acrescentar mais um reparo, mesmo porque, em caso de tamanha gravidade, nunca serão demais todos os reparos e críticas que os possam fazer. Em notas sucessivas procuramos mostrar como a manutenção de um conhecido “estado-novista” e amigo pessoal de Vargas num dos postos principais de nossa diplomacia tem disservido á causa do Brasil, diminuindo-lhe o prestígio internacional[...]. Chamamos, com toda a franqueza a atenção da UDN que, por ter no Ministério dois de seus membros mais destacados se vê assim envolvida na mesma grave responsabilidade que recai sobre a presidência da república, sobretudo porque a pasta do exterior se encontra nas mãos de um udenista.⁷⁸

Unidos e ampliar a inserção internacional do país com vistas ao seu pleno desenvolvimento”. Para mais informações, consultar: CERVO, A. L; BUENO, C. *História da Política exterior do Brasil*. Op. Cit; *A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS*. 1946-1995. Op. Cit. p. 15-34; FICO, C. O Brasil no contexto da Guerra-Fria: Democracia, Subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, C. G. (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. Op. Cit. p. 169-172; SALLUM JR, Brasílio. A condição periférica: O Brasil nos quadros do Capitalismo Mundial (1945-2000). In: MOTA, C. G. *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. Op. Cit. p. 416-417; VIZENTINI, P. G. F. *Relações Internacionais e Desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*. Op. Cit, p. 38.

⁷⁶ Entretanto, alguns autores consideram que as posições de Oswaldo Aranha se aproximavam mais das concepções desenvolvidas pelo Barão do Rio Branco do que as atitudes de Raul Fernandes (e das posições defendidas pelo *O Estado de S. Paulo*), que se prendiam mais às questões internas “sobretudo preocupada com o anticomunismo e, portanto, desprovida de percepções históricas dos interesses nacionais brasileiros”. Consultar: VIGEVANI, T.; KLEINAS, A. Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit. p. 79. Existem, também, outras interpretações como a de Sérgio Danese que afirma que Aranha, "diferentemente de Rio Branco, contudo, não ficará tanto ligado a êxitos particulares da política externa brasileira, que a rigor são poucos no período, mas ao protagonismo que o país desesperadamente busca na condição de ex-aliado dos vencedores da Segunda Guerra". Esta opinião pode ser encontrada no livro DANESE, S. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999, p. 308.

⁷⁷ OESP, São Paulo, 16 de abr. de 1947. Notas e Informações, p.3; 17 de abr. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁷⁸ OESP, São Paulo, 18 de abr. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

O ano de 1947 também foi marcado pelo começo da Guerra-Fria. Para o matutino, o que deu origem ao conflito bipolar foi o auxílio de Washington à Grécia e à Turquia, o qual se chocou com os interesses russos na região. Após o discurso de Truman pedindo um empréstimo ao Congresso de 400 milhões de dólares a fim de fortalecer a independência de dois países ameaçados pelo “expansionismo totalitário soviético”, o jornal acreditava na abertura de um momento delicado para as relações internacionais:

Pela primeira vez em sua história, os Estados Unidos arrogam-se o direito de orientar a política do mundo e, como consequência imediata de sua atitude, devemos assinalar duas grandes modificações no panorama mundial. A conferência de Moscou já pode ser dada por inútil e, ao mesmo tempo, a ONU sofre sério golpe em seu prestígio e em suas responsabilidades de futuro desenvolvimento. Em uma palavra, mais uma vez a política mundial vê-se obrigada a desistir desses sonhos promissores de entendimento internacional que, por vezes, os homens de boa vontade alimentam.⁷⁹

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, os direitos individuais assegurados pela Carta de São Francisco sofriam sério golpe em seu prestígio e em suas possibilidades de desenvolvimento. Os grandes responsáveis por isso eram os regimes expansionistas: tanto o peronista como o soviético. O jornal em questão sentia a proximidade de uma nova guerra mundial, a menos que a ONU fosse protegida e os Estados Unidos se colocassem como os protetores da democracia:

Enquanto mesmo forçados á intervenção direta os Estados Unidos se dispuserem a sustentar a organização democrática entre os povos materialmente menos favorecidos ninguém terá dúvidas quanto ao bom partido.

O Brasil, a livre opinião do povo brasileiro, já tomou o seu partido. Ao lado dos Estados Unidos nos colocamos hoje, dispostos a enfrentar a situação como ela exigir, como nos colocaremos em todas as ocasiões em que a democracia correr qualquer perigo.⁸⁰

O jornal queria a constituição da ONU para assegurar a paz e a segurança mundiais. Acreditava que um mundo pacífico criaria as condições para o Brasil aumentar suas exportações para os Estados Unidos e para a Europa.⁸¹ Ademais, embora os interesses

⁷⁹ OESP, São Paulo, 14 de mar. de 1947. Notas e Informações, p. 3. Para mais informações, ver também: MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Op. Cit; HILTON, S. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Op. Cit. p. 43.

⁸⁰ Idem. Para mais informações, consultar: *A palavra do Brasil nas Nações Unidas*. 1946-1995. Op. Cit. p. 34 e 63.

⁸¹ OESP, São Paulo, 12 de fev. de 1947. Notas e Informações, p. 3; 21 de fev. de 1947. Notas e Informações, p. 3; 23 de fev. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

estratégicos e econômicos fossem relevantes, não se pode perder de vista que *O Estado de S. Paulo*, assim como a UDN, agiam em defesa de seus princípios básicos que caracterizam sua herança liberal burguesa, como os seus ideais moralizadores, a confiança no progresso democrático, a preocupação com as liberdades individuais e a confiança de que nosso país teria um futuro promissor.⁸²

Num momento em que a política exterior do Brasil encontrava-se sobrecarregada, outras necessidades se faziam presentes como a reafirmação do Brasil à política de bloco comandada pelos Estados Unidos e a certeza de que somente o capital estrangeiro daria ensejo para nosso país superar o atraso da economia.⁸³

Os livros de Maria Helena Capelato, *Os Arautos do Liberalismo*; e de Capelato e Maria Lígia Prado, *O Bravo Matutino*, mostram como o jornal pensava em um projeto de desenvolvimento para o Brasil sempre associado ao capital estrangeiro. Essa percepção acentua-se no pós-1945, quando os Estados Unidos surgem como a maior potência do Ocidente capitalista:

O Estado de S. Paulo sempre se mostrou favorável á entrada de capitais estrangeiros no país, sob a alegação de que o estágio em que se encontra o Brasil justificava os plenamente. Argumentavam que ante a insuficiência de capitais próprios reclamados pelo desenvolvimento, o país não podia prescindir do financiamento externo para realizar sua grande obra de progresso.⁸⁴

O Estado de S. Paulo manifestava também em seus editoriais, majoritariamente encontrados na página 3, seu pessimismo quanto ao pronto estabelecimento no seio das Nações Unidas de um verdadeiro poder supra-estatal, essencial para manter o poder da ONU no mundo. Para o matutino, o grande responsável pela pouca credibilidade da ONU e do aumento da probabilidade de uma nova guerra mundial é o poder de veto dado aos Estados Unidos e a União Soviética.⁸⁵

⁸² Consultar: BENEVIDES, M. V. *A UDN e o Udenismo*. Op. Cit.; CAPELATO, M. H. *Os Arautos do liberalismo*: imprensa paulista 1920-1945. Op. Cit.

⁸³ OESP, São Paulo. 29 de julho de 1947, p. 3; CAPELATO, M. H. *Os Arautos do Liberalismo*: imprensa paulista 1920-1945. Op. Cit. p. 52; CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino*: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. Op. Cit. p. 88.

⁸⁴ CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino*: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. Op. Cit, p. 88.

⁸⁵ O Itamaraty, por sua vez, considerava o veto “um mal necessário”, “condição sine qua non de operacionalidade da ONU tendo em vista a situação internacional no momento em que ela foi criada”. Para mais informações, consultar: SIMONSEM, M. H. *Oswaldo Aranha*: a estrela da revolução. São Paulo: Mandarin, 1996, p. 348 e AOA, 1947.08.01, rolo 23, fotograma 523, cp.

3.1. A questão Palestina no jornal *OESP*

A respeito da questão Palestina, o jornal *O Estado de S. Paulo* tenta a princípio manter distância dessa questão, segundo ele complexa, dada a existência de dois pontos de vista e por inviabilizar a oportunidade de comentários imparciais. No entanto, não deixa de enfatizar o “inegável sofrimento de perseguições históricas que o martírio sob o nazismo mais uma vez sacrificou”. Servia, contudo, “para revelar o verdadeiro estado das relações internacionais em nossos dias”.⁸⁶

A questão Palestina foi um dos assuntos mais noticiados nesse jornal durante o período de 1947-1948, porque era o maior problema do pós-guerra na sua concepção⁸⁷. Para dificultar a resolução do litígio, a rivalidade entre países no Conselho de Segurança da ONU tornava difícil uma resolução acerca do impasse árabe-israelense na Palestina⁸⁸. Essas notícias foram mais ativas no matutino durante os períodos mais exacerbados, como na decisão da ONU a favor da Partilha em 1947, da criação do Estado de Israel em 1948 e de seus evidentes desdobramentos.

O apoio do jornal à partilha da Palestina deu-se por dois fatores: primeiro, por ser a posição defendida pelos Estados Unidos, no entendimento de que o Brasil deveria acompanhar a política internacional defendida pelos norte-americanos e traçada pela ONU. Na concepção do matutino nossa posição não poderia ser outra, "dado os laços que unem o Brasil à República do Norte", principalmente por compartilharmos interesses comuns, de ordem ideológica, os mesmos ideais democráticos e, de ordem econômica, a necessidade do intercâmbio comercial. Segundo, porque considerava que outra solução seria inviável, pois, “foi ter as mãos da ONU e esta, desarmada ainda dos órgãos constitucionais que possibilitariam a adoção de uma solução transitória, qual fosse de uma tutela internacional temporária, viu-se obrigada a decidir em definitivo”.⁸⁹ O matutino acreditava que somente os Estados Unidos se encontravam em condições de implementar a partilha da Palestina, pois era a potência com maior influência e poderio militar no momento.

Em razão do antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética presente na ONU, episódios e decisões sobre a Palestina também podiam “definir posições e formar partidos

⁸⁶ OESP, São Paulo, 1 de mar. de 1947. Notas e Informações, p. 3; 19 de dez. de 1947. Notas e Informações, p.3.

⁸⁷ OESP, São Paulo, 13 de jun. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁸⁸ OESP, São Paulo, 2 de mar. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁸⁹ OESP, São Paulo, 12 de dez. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

que, antecipadamente, não eram de prever”.⁹⁰ Dessa forma, a probabilidade de uma nova guerra mundial não era de toda infundada segundo o matutino. O clima parecia não ser dos melhores, entretanto, propício para assumir responsabilidades:

Como se vê, o quadro é um só e coerente nas suas linhas de composição. Diante dele, só um insano poderia alimentar otimismo. Valha-nos, no entanto, a noção da grave realidade e o conhecimento dos fatores que o determinam. Se tornou inevitável a divisão do mundo em duas facções, não a como fugir á conjuntura, mas, ao enfrentá-la, devemos assumir a inteira responsabilidade que nos trará, indisfarçavelmente, as posições que viermos a ocupar. Não fujamos ao compromisso, porque a luta por existência menos difícil e por uma convivência menos áspera, que continuará a ser a luta de todos os que amam a liberdade e respeitam a dignidade humana, não se deterá, por certo, ao se confirmar o primeiro malogro⁹¹.

É conveniente lembrar que o Brasil já havia rompido relações diplomáticas com a URSS, fato apoiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*⁹².

Outro ponto que pode ser analisado na parte noticiosa do jornal é o posicionamento dos Estados Unidos no que concerne à Palestina. É evidente para *O Estado de S. Paulo* o poder superior que os Estados Unidos representavam naquele momento, não só na concretização dos objetivos brasileiros mas também para garantir a segurança do mundo, o que se consubstanciava na ONU. Para este jornal, os Estados Unidos eram, na ONU, "o mais forte de seus membros, o maior de seus benfeitores econômicos, o mais respeitado dos titulares permanentes do Conselho de Segurança".⁹³ Era o único também em condições de efetivar a partilha da Palestina por intermédio das Nações Unidas. Dessa forma, entende-se a importância que assume o discurso que pronunciou na reunião da Comissão de Inquérito, o delegado norte-americano Hershel Johnson, onde se declarou a favor do relatório elaborado pela maioria dessa Comissão, a favor da partilha da Palestina.⁹⁴

⁹⁰ OESP, São Paulo, 30 de nov. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁹¹ Idem.

⁹² OESP, São Paulo, p. 1, 22 de out. de 1947; 23 de out. de 1947. Notas e Informações, p. 3. Para mais informações, ver também: BANDEIRA, M.; Melo, C.; ANDRADE, A T. *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*: Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967; MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Op. Cit. p. 82-90; CERVO, A. L ; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Op. Cit; BUENO, C. "A política multilateral brasileira". In: CERVO, A. L. (org). *O desafio internacional*. Op. Cit. p. 72-73.

⁹³ OESP, São Paulo, 25 de mar. 1948. Notas e Informações, p. 3.

⁹⁴ Atitude dos Estados Unidos na ONU sobre o caso da Palestina. OESP, São Paulo, p. 1, 12 de out. 1947. Para acompanhar as ações dos Estados Unidos, por meio do jornal *O Estado de S. Paulo*, acerca da questão Palestina, consultar: Novamente adiada a Conferência da Palestina, p. 1, 31 de jan. 1947; p. 1, 23 de fev. 1947; O representante dos Estados Unidos na ONU fala sobre a cooperação entre o Ocidente e o Oriente., p. 1, 20 de abr. 1947; Nova proposta norte-americana á ONU sobre a Palestina, p. 1, 1 de nov. 1947; BELL, Donald. Os Estados Unidos e o problema da Palestina, p. 1, 31 de jan. 1948; Grave advertência dos países árabes aos Estados Unidos, p. 1, 26 de fev. 1948; Possível empréstimo dos Estados Unidos a nova República de Israel, p. 1, 26 de

As informações no jornal a respeito das posições assumidas pelos Estados Unidos no cenário internacional são divulgadas pelas agências internacionais e por alguns colaboradores, como a do dia 12 de outubro de 1947 sobre a confirmação da posição dos Estados Unidos com relação à Palestina que recebeu o título *Atitude dos EUA na ONU sobre o caso da Palestina*. Nesse texto ficou clara a posição norte-americana a favor da partilha da Palestina.

3.2. O Jornal *OESP* na defesa do Estado de Israel e dos interesses do Brasil

Conhecer a concepção que este jornal forma da situação internacional é fundamental para compreender as motivações, assim como aconteceu com a posição favorável à partilha da Palestina, que o levaram a defender a criação do Estado de Israel.

A resolução sobre a Terra Santa representa a primeira decisão da Assembléia das Nações Unidas que se pode considerar de importância fundamental para a paz. Ao votá-la, mais de um membro da ONU fez sentir que chegara o momento de “demonstrar o valor da contribuição democrática à causa da harmonia mundial”. O jornal continuava se abstendo de discutir os méritos das partes em conflito o que o interessava na questão Palestina era “a manutenção de um princípio e do prestígio de uma organização internacional sobre a qual recai boa parte da responsabilidade de manter os povos em convivência pacífica”. Termina o editorial dizendo que os povos livres, apesar de tudo, encontram nas Nações Unidas – sobretudo em sua Assembléia Geral – “a esperança de ascenderem a um estágio superior de sua existência, e que esta esperança continua sendo algo essencial”.⁹⁵

Posteriormente, contudo, o jornal *O Estado de S. Paulo* abandona a equidistância e começa a advogar como de direito o Estado de Israel por considerar que o prestígio das Nações Unidas estava em jogo. Para o jornal, "se a ONU depois de decretada, pela sua autoridade máxima que é a Assembléia Geral por meio de uma medida concreta, não tiver a energia e a força necessárias para garantir a sua execução", segundo o jornal, “estará liquidada”.

E conclui:

maio de 1948; p. 1, 5 de ago. 1948; p. 1, 18 de set. de 1948; Os Estados Unidos não reconhecerão o governo árabe da Palestina, p. 1, 14 de out. 1948; A posição dos Estados Unidos em face da partilha da Palestina, p. 2, 21 de nov. 1948; p. 1, 27 de jan. 1949, p. 1; p. 1, 5 de abr. 1950.

⁹⁵ OESP, São Paulo, 7 de dez. de 1947. Notas e Informações, p. 3.

Diante do caso palestino a ONU não pode esmorecer ou contemporizar – é sua própria sorte que está em jogo e, se cinco ou seis Estados árabes se rebelam e se estão insatisfeitos duas ou três associações judaicas, o mundo por isso não poderá deixar que seja exterminada a última e tenue esperança de paz que lhe resta neste momento sombrio, pois manter a paz na Palestina, para preservar a paz no mundo inteiro.⁹⁶

O cenário não poderia ser mais sombrio. No entanto, os acontecimentos se sucedem e trazem algumas esperanças. Para o jornal, a informação de que as Nações Unidas, por proposta de seu secretário, discutiria e provavelmente aprovaria medidas visando compor uma força militar internacional, revestia-se de significado especial, já que a adoção do plano de partilha da Palestina criou a necessidade dessa tropa das Nações Unidas. O matutino continua, mesmo assim, a reconhecer a fraqueza e os erros da ONU, mas não deixa de acreditar, malgrado todos os percalços, que só o organismo internacional poderá trazer estabilidade à política mundial. Em suma, essa força especial seria a única forma de a ONU impor sua vontade na Palestina, demonstrando que suas decisões, ao contrário das resoluções da extinta SDN, têm força e vigor. Além de que “é a primeira tentativa para traduzir praticamente os velhos anseios de paz e segurança universais”.⁹⁷

A decisão da ONU de criar o Estado de Israel continua merecendo lugar de destaque nos editoriais do matutino que em hipótese alguma considerava tal decisão “arbitrária ou despótica”, pois nascia de uma Assembléia de entidades inteiramente livres e ciosas de sua liberdade. Dessa forma, uma vez dado, o veredicto transformava-se, automaticamente, em ordem legal da suma autoridade supra-estatal. “Dentro desse quadro, a rebeldia dos árabes que desejam a qualquer custo anular o que as Nações Unidas decidiram, é de todo condenável”. E continua, faz-se necessário tomar posição num novo conflito que se abre, entre a Liga Árabe e a ONU:

Não precisamos acrescentar, portanto, que estamos ao lado do órgão internacional, de que o Brasil é membro e defensor, e cujos objetivos são os daquela comunidade internacional juridicamente organizada que, para nós, sempre constitui uma aspiração superior. Não podemos, pois, deixar de reprovar com veemência aqueles que, afirmando desejarem a paz e a segurança mundiais, se erguem contra a opinião da maioria, sobretudo quando já tiveram ocasião de expor suas razões e defender seus direitos⁹⁸.

⁹⁶ OESP, São Paulo, 19 de dez. 1947. Notas e Informações, p. 3.

⁹⁷ OESP, São Paulo, 11 de jan. de 1948. Notas e Informações, p. 3.

⁹⁸ OESP, São Paulo, 18 de fev. 1948. Notas e Informações, p. 3.

Não obstante, o jornal se refere ao provável pedido de cessão de tropas que a secretaria da ONU enviaria ao governo brasileiro para, com o concurso de outros exércitos nacionais, compor as forças armadas das Nações Unidas, cuja primeira campanha seria a pacificação do território palestino. Mesmo sabendo que se confirmando tais rumores de certos setores da política nacional levantar-se-iam protestos pretensamente nacionalistas, “destinados a explorar a índole pacífica do nosso povo”, o Estadão apoiava o envio de tropas brasileiras para o Oriente Médio e até sugeria ao Ministério das Relações Exteriores que adotasse essa política como forma de uma ação mais efetiva do Brasil nas relações internacionais, e comparava a nova situação com a situação do exército brasileiro na Segunda Grande Guerra:

Não podemos, de forma alguma, compreender a entrada do Brasil para a ONU como uma medida de simples oportunismo político, que só se manteve enquanto da adesão provier vantagens e que se suspenderia no momento em que as primeiras obrigações fossem exigidas – afastamos tal interpretação com repugnância e horror. Assim sendo, nossa posição mesma de Estado-membro da sociedade internacional impôs o dever de emprestarmos ao organismo coletivo as forças de que dispomos para que se firme, pela coerção das armas, a sua autoridade no mundo [...] se um dia, sob os aplausos do povo, partiram nossos soldados para defender a democracia nas fraldas geladas dos Apeninos e seus feitos incluíram-se nas páginas mais luminosas de nossa história, não faltará agora entusiasmo para levar a cabo a mesma tarefa, tanto mais que, desta feita, não combateremos contra este ou aquele grupo, mas apenas em prol da causa da paz universal. Em princípio, não podemos, portanto, negar apoio militar às Nações Unidas, porque somos das Nações Unidas e não o negaremos nunca.[..] Confiemos, pois, no alto critério do governo nacional, mas, ao mesmo tempo, demos aos mentores de nossa política exterior a certeza de que a opinião pública brasileira preza os compromissos assumidos, não se intimida diante de riscos, nem permitirá que, por falta sua, a paz venha a sofrer um golpe talvez fatal.⁹⁹

À medida que ia se aproximando a data da criação do Estado de Israel, as hostilidades na Palestina aumentavam e colocavam em risco não somente as populações que se digladiavam no momento, mas, principalmente, a cidade de Jerusalém. A posição de *O Estado de S. Paulo* a favor de tropas brasileiras irem ao auxílio de um possível exército das Nações Unidas tinha como escopo a proteção da cidade de Jerusalém, visando preservar a cidade, garantindo a liberdade política e religiosa:

Se ontem nosso delegado junto á ONU sublinhara a importância da intervenção internacional em Jerusalém, hoje devemos mostrar que nossas

⁹⁹ OESP, São Paulo, 28 de abr. 1948. Notas e Informações, p. 3.

convicções, longe de constituírem simples objeto de retórica, correspondem á sincera deliberação de agir.¹⁰⁰

Com relação à questão de Jerusalém, o matutino concordou com a ação da diplomacia brasileira nas Nações Unidas para tratar de uma questão que interessava de perto ao Brasil:

Os recentes debates, travados nas Nações Unidas, acerca da preservação da cidade de Jerusalém, deu ensejo a que nossos representantes diplomáticos aprendessem ao vivo uma lição da maior importância. De fato, a propósito de uma questão particularíssima, puderam nossos delegados assumir uma atitude responsável e independente, que gostaríamos de ver reproduzida em todas as ocasiões em que se tornasse necessária.¹⁰¹

Outro fator que explica a posição desse jornal é a questão da rivalidade com a Argentina. O Brasil se mostrou contrário a qualquer envio de suas tropas para o Oriente Médio, entretanto, a própria delegação brasileira na ONU alertava para o caso de que se o país não manifestasse interesse em auxiliar as Nações Unidas, certamente os Estados Unidos contariam com a ajuda da Argentina¹⁰². O que seria nefasto para o Brasil, segundo *O Estado de S. Paulo*, à medida que o Brasil perderia destaque no concerto das nações (entenda-se Estados Unidos).

Ademais, outra preocupação à época não citado no jornal, mas presente nos documentos enviados pela delegação nas Nações Unidas para o Brasil era a intenção dos Estados Unidos de excluir a União Soviética de qualquer participação nos destinos da região médio-oriental¹⁰³. Israel seria o responsável pelo bloqueio do avanço do comunismo na região.

Por fim, o jornal, após ser informado de que a ONU estava se armando, elogia a primeira força de Paz das Nações Unidas. Apesar de ser uma força internacional reduzida, "cerca de 50 homens, já é o primeiro passo em direção à formação do exército da ONU".¹⁰⁴

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ OESP, São Paulo, 30 de abr. 1948. Notas e Informações, p. 3.

¹⁰² VIGEVANI, T.; KLEINAS, A. Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: SANTOS, N. B. *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit. p. 105-108. Nas mensagens enviadas pela delegação brasileira ao MRE a eventualidade do auxílio argentino aos Estados Unidos caso o Brasil não cedesse tropas era certa. Entretanto, o chefe da delegação argentina na ONU, em 1948, falava apenas na "possibilidade" de isso acontecer. Para analisar as mensagens enviadas pela delegação brasileira sobre o suposto auxílio militar argentino, consultar AHI, Muniz à Secretaria de Estado, telegrama 602, 19 de abril de 1948 e 27 de abril de 1948.

¹⁰³ AHI, Muniz à Secretaria de Estado, telegrama 602, 12 de abril de 1948.

¹⁰⁴ OESP, São Paulo, 2 de jul. 1948. Notas e Informações, p. 3. Obs: Segundo Norma Breda dos Santos, a ONU só teve sua primeira força de Paz em 1956 e contou com a participação brasileira em sua primeira missão. Para mais informações, consultar: SANTOS, N. B. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (org). *Israel e Palestina: a construção da Paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 263-285.

O Brasil mantinha-se atrelado aos Estados Unidos em questões estratégicas, mas como este é um momento na ONU em que as grandes potências se anulavam, uma vez que os Estados Unidos não acionavam o Conselho de Segurança para cumprir as exigências da Assembléia Geral na Palestina, pelo fato de não querer a presença soviética na região. Nesse momento de indecisão, o Brasil, para o jornal, juntamente com outros países, deveria, por meio de seu padrão moral, assumir um papel de liderança, garantindo assim a pacificação da Palestina e a manutenção do prestígio das Nações Unidas¹⁰⁵. Por isso, torna-se necessário que forças brasileiras integrem as tropas da ONU para cumprir essa missão. Além do mais, como fica patente em suas páginas, a questão Palestina daria o ensejo para o Brasil se destacar no concerto das nações, assumindo uma posição de protagonista e de um dos responsáveis pela segurança mundial.

Contudo, todos sabiam da gravidade do conflito entre árabes e israelenses, já que os países árabes prometeram lutar pela independência da Palestina e os judeus, por seu lado, pela criação do Estado de Israel. Além do mais, a guerra-fria ameaçava chegar aos povos do Oriente Médio. A criação do Estado de Israel no dia 15 de maio de 1948, traz pessimismo quanto ao futuro das Nações Unidas e do Oriente Médio, mas, mesmo assim, o jornal *O Estado de S. Paulo* se mostrava a favor do novo Estado:

Infelizmente, a notícia da proclamação de uma nova República chega aos povos do mundo não como novidade alvissareira, mas para suscitar dúvidas e apreensões. O Estado de Israel acarreta, com seu nascimento, evidente desprestígio das Nações Unidas, um aguçamento das competições entre as potências, e início de uma guerra não declarada, a que a Transjordânia resolveu lançar-se e o recrudescimento dos choques armados que, de há muito ensangüentavam a Terra Santa. Como, no entanto, a nova entidade nacional não nasceu da pura rebeldia que impõe a independência pelas armas, mas das reivindicações obedientes aos processos jurídicos em vigor, só cabe lastimar que, sob a aparência de uma melhor organização, ainda tão confusas e instáveis permaneçam os negócios internacionais.¹⁰⁶

O matutino defendia a criação, de fato, do Estado de Israel porque foi “legitimamente votado na ONU” (muitos judeus também utilizaram este argumento) e criticava os árabes que invadiram a Palestina, uma vez que eles estavam contribuindo para o desprestígio da organização internacional que juraram proteger. Felizmente, “os Estados Unidos, propondo-se a desenvolver a defesa do governo israelita, por intermédio do Conselho de Segurança, e nos

¹⁰⁵ OESP, São Paulo, 30 de abr. 1948. Notas e Informações, p. 3.

¹⁰⁶ OESP, São Paulo, 16 de maio de 1948. Notas e Informações, p. 3.

termos da Carta de S. Francisco, demonstraram uma largueza de visão que honra o Departamento de Estado”.¹⁰⁷

Se por um lado a intervenção norte-americana, por meio do Conselho de Segurança, garantindo o direito dos israelenses ao seu Estado é positiva, outros problemas aparecem, como a possibilidade de um conflito entre Washington e Moscou por interesses estratégicos no Oriente Médio. O conflito na Palestina representava um sério risco para a paz mundial. O que leva o jornal a se indagar: “Encontrarão, as Nações Unidas, uma solução para seus próprios problemas?”.¹⁰⁸ A resposta era difícil, mas acreditava que se continuassem em seu então atual ritmo as batalhas entre árabes e judeus, antes que se definisse a sorte da luta, faria uma vítima certa: a ONU. O jornal lembrava que: “desde a primeira Assembléia Geral das Nações Unidas, na ocasião em que se verificou a volta deste jornal às mãos de seus legítimos donos, não escondemos as esperanças que depositávamos na nova sociedade das nações” para resolver nossos problemas mais sérios.¹⁰⁹

Em síntese, condenava a ação dos árabes contra o Estado de Israel e apoiava a existência de fato do novo Estado, simplesmente porque o “Estado de Israel é criação de Lake Success”. Acreditava que para que houvesse a manutenção de alguns princípios básicos fundamentais, que garantissem a democracia, a paz e a segurança num mundo cheio de problemas, seria necessária a existência de uma autoridade que agisse como árbitro internacional, representando todos os países. Claro que o contexto histórico da época é essencial para entender as posições que moldaram o pensamento do jornal, não se esquecendo, entretanto, da ideologia liberal que animava o matutino e dos desafios que o mesmo via para o progresso brasileiro.

Cumprir observar que a repercussão da questão Palestina se faz presente no jornal, também, em forma de manifestação. Algumas aparições dos judeus foram verificadas, por exemplo, um protesto de israelitas que cerraram suas portas, em sinal de protesto contra o ato do governo inglês que proibiu o repatriamento dos judeus que em navios britânicos viajavam à Palestina, ou então, a convocação que a Organização judaica do Brasil e o Rabinato lançaram convocando todos os judeus para à tarde, “depois de um dia inteiro de jejum, se reunirem na sinagoga e orarem pela volta dos israelitas á terra de seus antepassados”.¹¹⁰

No mesmo dia, em editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* o problema dos judeus é enfatizado novamente:

¹⁰⁷ OESP, São Paulo, 19 de maio de 1948. Notas e Informações, p. 3.

¹⁰⁸ OESP, São Paulo, 4 de jan. 1948. Notas e Informações, p. 3; 20 de maio 1948. Notas e Informações, p. 3.

¹⁰⁹ OESP, São Paulo, 23 de maio 1948. Notas e Informações, p. 3.

O ‘Comitê Auxiliar do Joint em São Paulo’ tem o prazer de convidar todos os interessados para assistir á grandiosa conferência na qual usarão da palavra dois ilustres do mundo judaico: Comandante Joshua L. Goldberg, Rabino da terceira divisão Naval Norte-Americana, a qual abordará o interessante tema “Como solver os problemas dos Judeus na Europa [...]”.¹¹¹

A propósito do regresso do presidente da Assembléia Geral da ONU, Oswaldo Aranha, o jornal publicou mensagens de judeus agradecendo o seu apoio e o da delegação brasileira na ONU ao plano de partilha da Terra Santa.¹¹² Entretanto, não foi encontrada nenhuma manifestação de árabes residentes no Brasil, no jornal *O Estado de S. Paulo*.

3.3. A participação da delegação brasileira na ONU em 1947 vista pelo OESP

Outro objetivo analisado é a posição do jornal diante da participação da delegação brasileira e da atuação de Oswaldo Aranha, então presidente da Assembléia Geral, nos debates internacionais, principalmente sobre a questão Palestina.

Embora o Ministério das Relações Exteriores estivesse “em boas mãos”, a delegação que representava o Brasil na Assembléia Geral da ONU, na concepção do jornal, não honrava a política externa tradicional do país. Desde já se pode adiantar que como disse o biógrafo de Aranha, a imprensa saudou sua participação na ONU¹¹³, essa imprensa deve ser explicitada, ou seja, quais veículos de comunicação o saudaram? Pois, o jornal *O Estado de S. Paulo*, incrivelmente no ano de 1947 não cita em seus editoriais nenhuma vez o nome de Oswaldo Aranha, apenas cita a presença de um brasileiro, oportunista político, na ONU que quer se aproveitar da situação externa para angariar prestígio interno. A própria delegação brasileira, como um todo, ocupou poucas vezes a parte editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, merecendo elogios somente na questão de Jerusalém, como já assinalado. Para entender a posição desta folha é necessário conhecer a política interna e a história do jornal.

Aranha sempre teve sua carreira política vinculada aos revolucionários gaúchos de 1930 próximos a Vargas. Além do mais, na política externa contraria as exigências do jornal, principalmente no que concerne a relação com a Argentina. São essas motivações associadas

¹¹⁰ Protesto de israelitas. OESP, São Paulo, p. 2, 3 de set. 1947.

¹¹¹ Pela reabilitação dos judeus sobreviventes. OESP, São Paulo, 3 de set. 1947. Notas e Informações, p. 3.

¹¹² Regresso do Presidente da Assembléia Geral da ONU. OESP, São Paulo, p. 2, 7 de dez. 1947.

¹¹³ SIMONSEN, M. H. Oswaldo Aranha: a estrela da revolução. Op. Cit. p. 336.

ao prestígio internacional angariado por Aranha na ONU e seu desejo de ser presidente do Brasil¹¹⁴ que vão moldar a opinião do jornal em relação a ele e à delegação brasileira como um todo. O silêncio nos editoriais pode ser visto como uma forma de desconsiderar e minimizar sua atuação externa¹¹⁵. O ápice da fúria do jornal se dará quando sugerir ao Ministério das Relações Exteriores a substituição da delegação brasileira, formada por membros “estado-novistas e oportunistas”, por outra delegação que trabalhe para os interesses do Brasil, não para interesses próprios.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, considerando a pasta das Relações Exteriores imprescindível, continuava com a sua militância. A propósito do discurso do delegado brasileiro João Carlos Muniz na ONU não deixa de fazer algumas considerações, “muito embora nem por sombras haja, entre o seu caso e do delegado argentino, outra qualquer relação além do fato de terem ambos pronunciado seus discursos no mesmo dia”. Considera que as palavras do delegado brasileiro não refletiam nossa atitude e linha de orientação, sobretudo quando o momento exigia a máxima clareza e decisão. Para o matutino, João Carlos Muniz, de modo inexplicável, confundiu nossa diretriz internacional geral com a significação de nossa posição continental, afirmando que “a posição essencial do Brasil é a de ser um instrumento de conciliação no quadro das relações internacionais das Nações Unidas”, o que poderá, “em exageradas interpretações, sugerir que estamos negociando entre os blocos antagônicos quando, temos de há muito, partido tomado”. E conclui:

Estamos certos de que algum engano perturbou a expressão do ponto de vista brasileiro que, inexplicavelmente, parece estar um passo atrás da posição norte-americana, quando, de fato, por nosso destino histórico e por nossa função política mundial, nos encontramos mais avançados do que o Departamento de Estado.¹¹⁶

Essa citação lembra-nos uma frase de Aranha: “tornarmo-nos mais realista que o rei seria uma impertinência”.¹¹⁷ Entretanto, é natural essa posição do jornal, pois o antagonismo na ONU era cada vez mais evidente. Além do mais, preparava-se o caminho para romper as relações diplomáticas com a URSS, que aconteceria em poucos dias. Outra constatação

¹¹⁴ Consultar, HILTON, S. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Op. Cit, p. 431.

¹¹⁵ Embora o livro de Abramo não trate da questão Palestina, a interpretação acima foi feita a partir de suas menções, ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹¹⁶ OESP, São Paulo, 21 de set. 1947. Notas e Informações, p. 3.

¹¹⁷ BANDEIRA, M. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Op. Cit. p. 312; VIGEVANI, T.; KLEINAS, A. Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: Santos, N. B.(org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit. p. 82. Para uma melhor contextualização da frase atribuída a Aranha, consultar AOA, Aranha a Fernandes, 17 de outubro de 1947.

importante é a de que o conflito criado entre as diferentes percepções do chanceler Raul Fernandes e Dutra e da delegação brasileira na ONU, um privilegiando o alinhamento total aos Estados Unidos e o outro a conciliação como forma de obter resultados positivos para o Brasil reflete-se na imprensa nacional.

A eleição para o Conselho de Segurança tornou-se outra fonte de atritos entre o jornal *O Estado de S. Paulo* e a delegação brasileira, principalmente com Oswaldo Aranha. Nas eleições de 30 de setembro, para substituir o Brasil no Conselho de Segurança, foi eleita a Argentina, o que causou insatisfação ao jornal. Este não conseguia compreender a atitude do bloco “latino-americano” que sustentara a candidatura da Argentina para substituir o Brasil no Conselho de Segurança, sobretudo quando até as nações escandinavas e o bloco soviético mostraram-se dispostos a sufragar a República do Uruguai, “esplendida defensora da democracia internacional”. Ao invés disso, continua o jornal, “vamos apoiar a Argentina, cuja política exterior tem sido uma clara ameaça á paz americana e uma fonte de preocupações internacionais?”. E continua:

Nossa estranheza é ainda maior quando sabemos que as reuniões preparatórias de tais acordos têm sido presidida pelo chefe da delegação brasileira, pois acreditamos que já era tempo de ter-se convencido o Itamarati do verdadeiro caráter “neo-rosista” e, portanto, anti-americano e anti-brasileiro, do governo de Buenos Aires. O nosso Ministro das relações exteriores está a dever um esclarecimento á nação que, por si só, não pode justificar tão estranhas atitudes.¹¹⁸

Em outro editorial, o jornal revela sua insatisfação novamente e, ainda, critica a delegação brasileira:

Ao invés de insistirmos em disfarçar erros com comentários benévolos e conservadores, devemos preferir á conciliação artificial a rudeza de sinceridade. Assim sendo, nada nos impede de declarar explicitamente, que, a nosso ver, a eleição da Argentina constituiu uma derrota para o ponto de vista norte-americano, uma ameaça grave á comunidade continental e, mais, que tudo aconteceu com a complacência, senão com a colaboração dos representantes brasileiro [...] Coube aos países latino-americanos, em reunião privada que o chefe da delegação brasileira presidiu, tramar a eleição da Argentina.¹¹⁹

¹¹⁸ OESP, São Paulo, 1 de out. 1947. Notas e Informações, p. 3.

¹¹⁹ OESP, São Paulo, 5 de out. 1947. Notas e Informações, p. 3.

Segundo o jornal, o Brasil “contribui para o enfraquecimento da política democrática e de todo inutilizou a representação americana no Conselho de Segurança”, quando se mostrou favorável à Argentina. Mas o jornal tinha uma explicação para esse episódio:

Será difícil e, sobretudo, inútil procurarmos jeitosas explicações para disfarçar o lastimável equívoco, sobretudo quando seremos nos próprios os primeiros prejudicados.

Não estranhamos que tais singularidades se devam á nossa delegação junto á ONU, compondo-se ela de antigos colaboradores de Vargas e tendo na chefia um homem que, quando atacado pela radio Moscou por seus erros passados, não sabemos como defender. Estranhamos, sim, que tendo consentido em nomear tais representantes, nosso Ministério do Exterior não os mantenha agora sob a orientação e a disciplina que regem toda vida a diplomática. Afinal, não esperamos que acabem por possuir discernimento de nossa política exterior aqueles que, no interior e no estrangeiro, continuarão no futuro, como sempre fizeram no passado, a confundir política com oportunismo. Impõe-se dete-los antes que seja tarde demais”.¹²⁰

O jornal se mostra cético quanto à delegação brasileira junto à ONU, pois no Conselho Econômico e Social, além de não defender os interesses brasileiros, não alerta os demais países sobre o mal que a Argentina representa, ou seja, que “o plano quinquenal platino não visa fins econômicos senão políticos” tentando intervir economicamente nos países e impor a sua hegemonia. Inconformado, o jornal diz que “não podemos crer que nossa inércia provenha da incapacidade de nossos representantes ou de carência de documentação”.¹²¹

A revolta contra o peronismo, a forma como a delegação brasileira conduzia nossa política externa na ONU diferente da percepção do jornal, somado aos interesses políticos internos, revelam as verdadeiras motivações do Estadão, como é conhecido o matutino paulista, contra Oswaldo Aranha e a delegação brasileira:

Nossa representação junto á ONU não está cumprindo os seus deveres. Numerosa, bem instalada e bem remunerada, não se confisca intervenção sua que demonstre ao mundo o que o Brasil pensa e quer. Composta, em parte, por ex-servidores de Vargas, parece que esses maus funcionários, contaminaram os demais com sua sibarítica inatividade que só vemos rompida por um ou outro discurso, as mais das vezes vagamente teórico e recheado de tiras literárias, ou pelo açodamento com que se disputa um posto de projeção capaz de excitar a vaidade pessoal de um dos nossos diplomatas. Parece, realmente, que as atividades diplomáticas são, as últimas a preocuparem aqueles que o Ministro do Exterior mandou para tomar o lugar que toca ao Brasil nas Nações Unidas: movimentos de pura propaganda pessoal tomam todo o tempo desses funcionários, cuja máxima preocupação parece ser a de trazer para o Brasil o Prêmio Nobel da Paz (num ano em que

¹²⁰ Idem.

¹²¹ OESP, São Paulo, 12 fev. 1948. Notas e Informações, p. 3.

a discrição e a objetividade de juízos aconselhariam a que não se distribuissem distinções desta ordem), e, por trás de tais projetos, transparece a obstinada vontade de preparar nos Estados Unidos, bem longe portanto dos reclamos da opinião pública nacional, uma candidatura para as futuras eleições presidenciais. Não estará o Itamarati disposto a incluir no rol das projetadas transferências de embaixadores uma recomposição da delegação brasileira em Lake Success, de maneira a permitir que o país desenvolva sua política exterior e que, numa representação de tamanha responsabilidade, se reflita a sábia e segura orientação que aos nossos negócios externos pode imprimir o Sr. Raul Fernandes?¹²²

O jornal esforça-se para minimizar todas as ações de Oswaldo Aranha e todos os elogios endereçados a ele são refutados, como se pode ler no exemplo dado acima. Quando o embaixador foi indicado como candidato ao Prêmio Nobel da Paz¹²³, o jornal ridicularizou o possível título. Sugeriu, ainda, a transferência dos "maus funcionários" que compunham a delegação brasileira em Lake Success. Todavia, os interesses partidários por trás das posições do jornal são entrevistados quando comenta a notícia de uma eventual recomposição ministerial.

Assim, afirma que "de todas as pastas federais" uma das que mais preocupam é a das relações exteriores, por isso, "julga que esse setor governamental, considerado em sua importância intrínseca" encontra-se em boas mãos, já que "é o senhor Raul Fernandes o brasileiro mais indicado, por todos os títulos, para orientar nossa política externa". Embora não cite nomes, fala que "impõe-se também examinar porque e por quem virá ele a ser substituído" dando-nos respostas para explicar suas motivações na defesa de seu ponto de vista contrário à representação brasileira na ONU:

Sequer a nossa representação a Lake Success escapou á praga estadonovista. Ora, entre esses espertos diplomatas improvisados, ao menos um, por ser mais ambicioso ou menos discreto, se vem notabilizando pelo vezo irreprimível de transformar as funções representativas no estrangeiro em trampolim para uma futura aventura política no interior do País. Levando consigo uma ruidosa e onipresente máquina de propaganda, já se arrogou o direito de vestir-se com as roupagens de anjo da paz universal e, mesmo

¹²² Idem. O trecho em que o OESP diz que a delegação brasileira estava "bem instalada" diverge do que foi mencionado no segundo artigo escrito por Henrique Valle após a morte de Oswaldo Aranha, em 1960. Segundo Valle, com o final da primeira Assembléia, Aranha retornou ao Brasil com o intuito de "conseguir que se melhorassem as condições de trabalho da delegação do Brasil na ONU, até então pessimamente instalada". Para mais informações, consultar: VALLE, Henrique. Aranha na ONU (II). CM, Rio de Janeiro, p. 2, 10 fev. 1960.

¹²³ Em fins de 1947, quando se afastou da delegação brasileira na ONU, Aranha teve seu nome cogitado como possível candidato ao Prêmio Nobel da Paz. Nos primeiros meses de 1948 prosseguiram as articulações nesse sentido e, em fins de janeiro sua candidatura foi apoiada por 15 países integrantes da União Pan Americana. Era defendida também por entidades sionistas norte-americanas e pela Organização Sionista Unificada do Brasil. O prêmio foi dado, no entanto, ao Conselho dos Quacres, da Grã-Bretanha. Para mais informações, consultar: HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Op. Cit. p. 459-460; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro*. pós-30. ed. revista e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, v. 1, p. 281-310.

depois de desligado do cargo, continua a deixar entrevistas e discursos em que insinua o quanto depende de sua pessoa a segurança mundial. Aqueles, porém, que não se deixam embair pelos elogios da encomenda ou pela autopropaganda, não escapa a ligação evidente entre tais arroubos altruístas e a interesseira perspectiva de uma candidatura á sucessão presidencial. Este, e não outro, o homem que os boatos apontam como o provável sucessor do Sr. Raul Fernandes no Itamarati.¹²⁴

Na mesma nota, aproveitava para advertir a UDN:

Aí tem a UDN sua grande tarefa do momento. Impõe-se a evitar a manobra que visa inutilizar a expressão real da opinião pública, antecipando, por sucessivos golpes de audacia, a escolha do candidato das forças democráticas á sucessão presidencial [...] Se, empregando o melhor de suas forças, a UDN não se sentiu disposta a deter os golpes insidiosos dos remanescentes da ditadura, que concentre sua atenção num só ponto e preserve, ao menos, o Itamarati. É o que dela ainda imagina poder esperar o País.¹²⁵

Essas notas deixam claro que o jornal *O Estado de S. Paulo* não era favorável à forma como a delegação brasileira conduzia nossa política exterior e que compartilhava da política empreendida por Raul Fernandes em detrimento de Oswaldo Aranha. É sintomático também porque reflete a divisão dentro da UDN, na época surgiam vários possíveis nomes para serem candidatos à presidência da República pelo partido, inclusive o de Oswaldo Aranha. O jornal não o reconhecia como um membro da UDN e preferia apoiar desde então o brigadeiro Eduardo Gomes. Ademais, reconhecer suas virtudes como presidente da Assembléia Geral da ONU, implicaria abrir espaço para uma candidatura fortíssima nas próximas eleições para presidência da República. Todavia, não citar em seus editoriais o trabalho realizado na ONU por este brasileiro, nem escrever seu nome e ainda atacá-lo indiretamente, significa, paradoxalmente, reconhecer todo seu prestígio externo e interno, uma vez que sua liderança na discussão da questão Palestina marcou seu nome na história mundial, fato que o jornal não teve como negar, e até apoiou - indiretamente - a causa de Aranha na ONU, sendo ambos a favor da partilha da Palestina.

¹²⁴ OESP, São Paulo, 27 de maio 1948. Notas e Informações, p. 3; ver também A infiltração do “estado novo” na diplomacia, 18 de jun. 1948. Notas e Informações, p. 3.

¹²⁵ Idem

4. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A POLÍTICA INTERNACIONAL NAS PÁGINAS DO *CORREIO DA MANHÃ*

O *Correio da Manhã* foi um jornal carioca, matutino, fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974. Durante grande parte de sua existência foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira. A escolha desse jornal deu-se em grande parte por ser impresso na capital do Brasil à época, pelo apreço que tinha pelas questões internacionais, principalmente quando envolviam o Brasil, e por ser considerado um jornal "combativo e participante".

O nome do jornal ganhou projeção fundamental a partir de 1945, quando em 22 de fevereiro publicou uma entrevista concedida por José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda. Nessa entrevista, José Américo criticava o Estado Novo e reivindicava a convocação de eleições no país. Foi o estopim para outras manifestações de cunho democrático no Brasil¹²⁶.

Com os objetivos alcançados, em dezembro de 1945, o *Correio da Manhã* optou pelo apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN. Outros nomes de peso também apoiaram o brigadeiro, entre eles Artur Bernardes e Oswaldo Aranha, que na visão de Thomas Skidmore apoiou o candidato udenista "porque sentia mágoa de ter visto cortada as suas próprias ambições presidenciais, quando Vargas o forçou a renunciar como Ministro do Exterior em 1944".¹²⁷

Paulo Bittencourt, que assumiu a chefia do jornal de seu pai em 1929, figurou entre os simpatizantes da UDN, além disso, era também, muito amigo de Eduardo Gomes. Os principais temas no jornal no ano de 1946 foram: a constituinte e a organização da UDN - "representante dos valores democráticos". Na visão desse jornal carioca, após a derrota do candidato udenista nas eleições presidenciais, a função do partido seria a de fazer oposição democrática ao presidente eleito, "general Dutra".¹²⁸

¹²⁶ ABREU, A. A. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Op. Cit, p. 1625-1632. Para um maior conhecimento da história desse matutino carioca, consultar: ANDRADE, J. *Correio da Manhã: Um jornal assassinado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991; DULLES, J. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Trad. Vanda Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, v. 1 (1914-1960), p. 80-83.

¹²⁷ SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930-1964*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976, p. 86.

¹²⁸ CM, Rio de Janeiro, 19 abr. 1946, A Convenção Udenista. Tópicos e Notícias, p. 4; O movimento renovador da UDN, CM, Rio de Janeiro, p. 1.

Contudo, quando a UDN aceita os ministérios da Educação e Saúde e das relações exteriores, o *Correio da Manhã* adverte para a possibilidade do partido perder seu diferencial em relação aos outros partidos, a saber: "a oposição democrática".

Por fim, a postura elitista da UDN, já observada por Maria Victória Benevides no livro *A UDN e o Udenismo*, e os conflitos internos no partido fizeram com que o *Correio da Manhã* se distanciasse do partido. Em certo momento, Paulo Bittencourt alertava para a traição do programa inicial da sigla e cobrava maior participação popular em suas fileiras e idéias, do contrário o caminho para o poder seria pouco provável.

Quanto aos problemas internacionais de então as opiniões do *Correio da Manhã* se distanciavam das do jornal *O Estado de S. Paulo*. Enquanto que para o Estadão a Argentina representava uma ameaça iminente, tanto do ponto de vista militar quanto econômico, para o jornal carioca a leitura deveria ser outra. O crescimento argentino, sem dúvida, representava um entrave à política de equilíbrio na América do Sul, mas o problema não poderia ser buscado no país vizinho e sim internamente. Observe um trecho do editorial referente à questão:

O perigo argentino, em qualquer esfera está em nós. Tudo nesse terreno depende da sagacidade e da tenacidade do governo brasileiro. O que se poderia chamar meio vagamente "problema argentino" é apenas um conjunto de proposições econômicas e políticas a que devemos responder dentro das leis da reciprocidade internacional, ou seja a que devemos contrapor uma resposta equivalente. O que pode interessar-nos na Argentina modela por si mesmo a política que devemos seguir aqui para anular um possível desequilíbrio em nossas relações com a nação vizinha.

Em outras palavras, não nos cumpre hoje desconfiar da Argentina, mas observá-la em tudo que nos toque direta ou indiretamente, e, conhecendo-a, construir a nossa defesa. Esta posição diante do problema é simples e intuitiva, e seria inútil falar sobre ela, se pudéssemos confiar na lucidez daqueles que nos dirigem. O equilíbrio internacional não se resolve apenas no Ministério das Relações Exteriores: é um problema total, que afeta os mais variados setores da vida pública¹²⁹.

Para o *Correio da Manhã* a política externa até poderia elevar o nome do Brasil a um status superior, como foi o caso da participação destacada da diplomacia brasileira nas Assembléias da ONU, em 1947. Entretanto, a saída para o fim do subdesenvolvimento e início da modernização do país estaria em sua política interna. Essa visão irá guiar todas as atitudes/opiniões do matutino carioca.

¹²⁹ CM, Rio de Janeiro, 12 jun. 1947. Tópicos e Notícias, p. 4. O tema já era comentado na parte editorial desde o dia 5 jun. 1947.

Durante o trabalho de pesquisa, na imprensa, buscou-se mostrar as particularidades e as aproximações dos pontos de vista dos dois jornais pesquisados. Enquanto que *O Estado de S. Paulo* considerava-se o intérprete das aspirações do povo brasileiro, o *Correio da Manhã* tinha pretensões, digamos, modestas, baseadas em parâmetros regionais. Em comum, os dois jornais tinham a defesa do trabalho do udenista Raul Fernandes sempre que seu trabalho no Ministério das Relações Exteriores era questionado. Para o matutino carioca: "a segurança da argumentação, o senso jurídico, a objetividade expositiva e a qualidade estilística [...] vêm caracterizando os papéis de Estado a cargo do ministro Raul Fernandes".¹³⁰

Contudo, o jornal carioca não fazia sugestões de ação na política externa pelo fato de ser um membro da UDN que ocupava este cargo durante o governo do presidente Dutra.

A política internacional, na época, estava carregada de componentes ideológicos, o que acabava influenciando e, muitas vezes, dificultando as ações do Brasil na política externa. A guerra-fria iniciava-se e com ela a polarização do mundo. Internamente, o receio do comunismo, o desafio democrático e os novos rumos do país assumiam papel fundamental na leitura do Brasil como país do futuro.

No caso específico da questão Palestina na ONU, o matutino carioca acompanhou os litígios e os rumos da nova situação que se abria com a criação do Estado de Israel num território hostil às suas pretensões. Pelo fato de o Brasil não ter representantes na ONU quando da discussão do futuro de palestinos e israelenses no Oriente Médio, o jornal preferia não fazer análises apressadas, muitas vezes baseadas em informações tendenciosas.

Em uma de suas intervenções, na parte editorial, referente à questão dos árabes e da Palestina questiona se realmente os árabes nunca concordaram com a Declaração Balfour. E mais, diz que os russos são os responsáveis pelo rumo que a questão tomou nos últimos tempos. Veja o editorial:

Pretende-se que os árabes jamais teriam concordado com a Declaração. É discutível. O emir Fayçal, em nome do reino árabe, do Hedjaz, e o dr. Chaim Weizmann, delegado da Organização na Conferência da Paz de janeiro de 1919, não só tomaram em consideração as afinidades raciais e laços antigos entre judeus e árabes, como compreenderam que o meio mais seguro de trabalhar pela realização das aspirações recíprocas seria estabelecer a mais estreita colaboração possível no desenvolvimento da Árabia e da Palestina. Sem isso, qualquer consolidação entre ambas seria precária. A Palestina não era e não é um país árabe. Tanto assim se admitia, que a Declaração teve quase apoio universal. O imperialismo russo é que hoje lhe deturpa o sentido exato, agitando o Oriente Próximo. Mas a paz e o bem-

¹³⁰ CM, Rio de Janeiro, 22 out. 1947. Tópicos e Notícias, p. 4.

estar dêsse Oriente não devem ser condicionados aos desejos e às ambições de Moscou.¹³¹

Após a criação do Estado de Israel o jornal em questão demonstra simpatia pelos palestinos, entretanto, faz algumas ressalvas. Vejamos o editorial presente em suas páginas:

Qualquer coisa persiste em nós, na nossa simpatia, que se inclina sem dúvida nenhuma para os árabes, de preferência aos judeus; simpatia que seria partidarismo decidido se pudessemos sentir a existência de uma nação palestina árabe, e não a presença de árabes naquela região que outras nações árabes apetezem dividir ou anexar. Quer dizer, se a causa fôsse a da independência de uma Palestina árabe contra a independência de uma Palestina judaica, aquela e não esta encontraria em nós um caloroso eco; temos de hesitar no limiar da tragédia que se esboça, ao vermos que a causa é afinal a da anexação da Palestina pela Transjordânia, ou a da sua divisão precária entre esta e os povos vizinhos - vizinhos e rivais.¹³²

Cumprir observar que os formuladores de opinião do jornal carioca opinam sobre as questões internacionais na página 1 nesse momento, relegando à página 4, tradicionalmente reduto de seus editoriais, temas específicos do Brasil.

Na citação acima o *Correio da Manhã* abordava algo que a literatura árabe e internacional hoje começa a dar maior atenção, que é a indagação se os países árabes daquela região estavam realmente lutando pelo Estado palestino ou em causa própria.

Em virtude da situação delicada após a criação do Estado de Israel, o jornal carioca esforça-se em construir um discurso que vá de encontro com os anseios das comunidades árabe-judaica presentes no Brasil. Defende que ambos os lados têm razão e, por isso, "não é possível nem justo negar a sinceridade com que muitos judeus se sentem a defender a sua pátria, nem a sinceridade com que muitos árabes se consideram defensores de terras árabes". Contudo, critica judeus e árabes quando afirma que "fôrças israelitas, em todo o mundo, visam negócio ou vantagem anexos a essa formação de um Estado" e que também "vários potentados árabes visam no caso subjetivas expansões de domínio e de importância".¹³³

Como a Guerra de Independência (1948-1949) não cessava, o jornal *Correio da Manhã* colocava em suas páginas que a guerra era, infelizmente, a única solução e que o Estado árabe ou judaico seria forjado por meio dela. Em suas palavras, "ou o Estado de Israel tem

¹³¹ CM, Rio de Janeiro, 17 jan. 1948. Tópicos e Notícias, p. 4.

¹³² CM, Rio de Janeiro, 16 maio 1948, Israel (editorial), p. 1.

¹³³ CM, Rio de Janeiro, 25 maio de 1948. Editorial, p. 1.

viabilidade e portanto fôrça para se impor como Estado e derrota os árabes, ou estes possuem a fôrça necessária para riscá-lo do mapa, e assim farão. Mandará a fôrça"¹³⁴.

Em síntese, para o jornal a guerra era a única solução e a maneira encontrada para definir os limites territoriais das futuras nações. Embora motivada pela dificuldade de se chegar a um consenso entre as partes e pela dificuldade de se estabelecer a paz na região, uma vez que a resolução da ONU não foi cumprida conforme o determinado, as considerações do *Correio da Manhã* eram oportunas e avançadas para a época.

Hoje tem-se a convicção de que realmente o Estado de Israel foi forjado nas guerras contra os árabes e que as sucessivas derrotas árabes colocaram os palestinos em uma situação difícil, com poucas chances de reivindicar as fronteiras determinadas pela resolução nº 181 da ONU, em 1947.

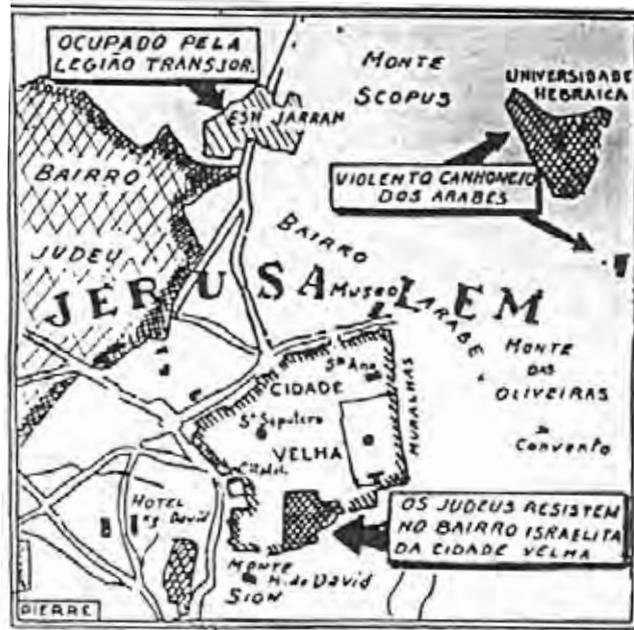
Outra intervenção do jornal que merece menção pela sua atualidade diz respeito ao fato de que após a guerra de independência e as várias tentativas de estabelecer um acordo entre as partes o *Correio da Manhã* em 25 de janeiro de 1949 dizia que judeus e árabes caminhavam "devagarzinho para a paz". Entretanto, seria preciso "longas décadas senão séculos" para que essa paz fosse uma realidade plena, isto é, "uma perfeita harmonia amigável entre vizinhos". E concluiu dizendo que, durante essas décadas ou séculos, "muitos sobressaltos e alvoroços brotarão ali, como pimenta temperando com aspereza os mingáus de paz que se estão cozinhando em Rodes. Já não é mau quando se atinge a "paz oficial". Mas é só essa que podemos talvez esperar, por enquanto".¹³⁵ A alusão a Rodes diz respeito a um acordo feito entre Israel e Egito para terminar com o litígio na região. Quando a assinatura foi ratificada, em editorial, o jornal carioca defendia que o armistício de Rodes era inegável triunfo da ONU e das aspirações de Israel na busca de firmar sua posição de Estado legítimo. Termina dizendo, otimista, que a guerra armada terminaria na Palestina e que entraria num período de negociações e de uma "guerra semí-pacífica", com conflitos de pequena intensidade em algumas áreas da Palestina¹³⁶.

Além de refletir sobre os desdobramentos do conflito entre árabes e israelenses percebe-se em suas páginas a grande quantidade de notícias referentes à situação de Jerusalém. As de maior impacto foram a do dia 21 de maio de 1948 com o título *Bombardeados os lugares santos*, no qual o jornal apresenta um mapa de Jerusalém e informa sobre a situação de conflito nessa cidade. Por considerar relevante, o mapa será colocado a seguir.

¹³⁴ CM, Rio de Janeiro, 7 junho 1948. Editorial, p. 1.

¹³⁵ CM, Rio de Janeiro, 25 jan. 1949. Editorial, p. 1.

¹³⁶ CM, Rio de Janeiro, 25 fev. 1949. Editorial, p. 1.



Correio da Manhã 21/05/1948, p. 1.

Vale menção, também, ao editorial do dia 30 de maio de 1948 sob o título *Granadas*. O jornal cita a notícia recebida de que uma granada havia sido jogada no Santo Sepulcro, e não explodiu. Em seguida, questiona: "árabe? judaica?. Não se sabe. Nem interessa saber". Aproveita ainda o ensejo para refletir se não teria sido melhor se a granada tivesse explodido, pois "talvez" o mundo acordasse para a necessidade de se buscar a paz e para que houvesse a completa efetivação do plano de internacionalização de Jerusalém sob controle das Nações Unidas. Assim, Jerusalém estaria protegida da completa destruição e seria preservada sua liberdade política e religiosa.¹³⁷

O reconhecimento do Estado de Israel pelas Nações Unidas, em 1949, foi alvo de críticas. Para o jornal *Correio da Manhã*, Israel só deveria ser reconhecido enquanto membro da ONU caso fosse definida a situação de Jerusalém. Nas palavras do matutino carioca:

Israel foi o primeiro Estado a ingressar na ONU sem obter para isso a unanimidade dos sufrágios. É um erro grave, e mais um cheque dado aos sentimentos católicos, o havê-lo admitido antes de estar definido cabalmente o regime internacional de Jerusalém, pelo menos. Pouco viverá quem não vir como essa oficialização solene da sua categoria de Estado levará a arrogâncias e exigências mais que exageradas¹³⁸.

¹³⁷ CM, Rio de Janeiro, 30 maio 1948. Editorial, p. 1.

¹³⁸ CM, Rio de Janeiro, 13 maio 1949. Editorial, p. 1.

4.1. O CM e a participação brasileira nos foros multilaterais

As notícias internacionais envolvendo o Brasil sempre foram prioridade na redação do jornal. Em suas páginas, até mais que no jornal paulista, é possível traçar uma linha panorâmica da participação do Brasil nos debates internacionais, sobretudo nas Nações Unidas.

Nesse sentido, entende-se por que o jornal publicou, com destaque, o acidente que o embaixador Pedro Leão Velloso, delegado brasileiro junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, sofreu quando o táxi em que viajava colidiu com outro¹³⁹.

Por suas páginas foi possível, também, em janeiro de 1947, saber da morte do embaixador Pedro Leão Velloso e das homenagens que recebeu no Conselho de Segurança e de todas as delegações presentes na ONU nesse período¹⁴⁰.

É nesse contexto que o nome de Oswaldo Aranha será lembrado, em substituição a Pedro Leão Velloso, pelo presidente Dutra. Aceito de imediato o convite para chefiar a delegação brasileira junto à ONU, de agora em diante Aranha irá ganhar projeção mundial e provocará na imprensa escrita um misto de opiniões que irá desde a crítica severa e mordaz, como foi o caso do Estadão, e de apoio e concordância, como será o caso do *Correio da Manhã*, como veremos adiante.

Oswaldo Aranha foi o presidente das duas Assembléias da ONU em 1947, e tinha como principais desafios: aumentar a relevância do Brasil no cenário internacional, mostrar-se aos Estados Unidos como aliado e digno de um projeto econômico que iria desenvolver a América Latina, conciliar os interesses ideológicos na ONU e facilitar ao máximo uma resolução acerca da questão Palestina.

No que concerne ao último desafio, sua posição como presidente sempre foi o de comandar a Assembléia de modo que nem russos e norte-americanos nem pró-árabes e pró-judeus pudessem dificultar a discussão referente ao futuro daquela região do mundo, que, aliás, continua sendo explosiva.

Segundo notícias enviadas por agências internacionais, Oswaldo Aranha saiu da primeira Assembléia Geral convicto de que a única solução para o litígio seria a federalização da Palestina à semelhança da Suíça, "que atingiu perfeita unidade nacional apesar do povo

¹³⁹ Vítima de acidente o embaixador Pedro Leão Velloso. CM, Rio de Janeiro, p. 1, 21 abr. 1946.

¹⁴⁰ A morte do embaixador Leão Velloso. CM, Rio de Janeiro, p. 1, 17 jan. 1947.

falar três línguas e que conseguiu ser rigoroso, neutro em duas guerras". Concordou até com a possibilidade da imigração para a América Latina¹⁴¹.

José Vicente Pimentel analisando os votos brasileiros na ONU e a questão do Oriente Médio, reforça esta convicção quando diz que quando se aprovou a Resolução nº 181, relativa à partilha da Palestina em dois Estados, um árabe e outro judeu, a delegação brasileira distinguia entre o desejável e o possível. O Brasil preferia um plano que preservasse a unidade política na Palestina, ainda que sob a forma de um governo federal. Como era difícil tal resolução optou por votar a favor da partilha, ciente de que essa alternativa contava com o aval das grandes potências e por trazer em si a possibilidade de progressos futuros¹⁴².

Em setembro de 1947, a delegação brasileira tendo como delegado-chefe Oswaldo Aranha, embarca para Nova York para participar da sessão ordinária da Assembléia Geral que ocorreria entre setembro e novembro de 1947. O que chama a atenção é que logo na chegada do representante brasileiro ele é questionado se apresentaria sua candidatura à presidência da República brasileira. Aranha respondeu que se tratava de uma "história", acrescentando que "estamos longe das eleições para pensar em nomes".¹⁴³

Segundo Stanley Hilton, embora tentasse ocultar, Aranha nutria o desejo de ser indicado pela UDN para ser o candidato da sigla nas próximas eleições para presidente. O jornal *Correio da Manhã* não comentou a possibilidade, enquanto que a voz da UDN paulista, o jornal *O Estado de S. Paulo*, considerava tal pretensão uma afronta e de todo infundada. Além do mais, segundo este jornal, a UDN já tinha candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes.

A princípio, o representante brasileiro deveria apenas presidir as sessões de abertura da Assembléia, até ser eleito o presidente da sessão, pois ele foi o presidente da reunião anterior.

Contudo, é eleito novamente presidente da segunda Assembléia da ONU. O jornal carioca para enfatizar o reconhecimento do trabalho e a influência do representante brasileiro, cita um trecho da fala de Raul Fernandes elogiando-o:

A eleição do Sr. Oswaldo Aranha é uma alta distinção para ele e para o Brasil. Tanto maior, quanto a delegação brasileira não o apresentou como candidato nem disputou votos, limitando-se a receber o encargo e suas grandes responsabilidades, como um serviço do Brasil às Nações Unidas¹⁴⁴.

¹⁴¹ Federalização da Palestina - a solução segundo Oswaldo Aranha. CM, Rio de Janeiro, p. 1, 20 maio de 1947; Robustecido o prestígio da ONU. CM, Rio de Janeiro, p. 1, 18 maio de 1947.

¹⁴² PIMENTEL, J. V. O padrão de votação brasileiro na ONU e a questão do Oriente Médio. In: DUPAS, G. e VIGEVANI, T. (orgs) *Israel e Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. Op. Cit, p. 288. Ramiro Saraiva Guerreiro, no livro já devidamente citado, *Lembranças de um empregado do Itamaraty*, reforça essa idéia.

¹⁴³ O Sr. Oswaldo Aranha em Nova York. CM, Rio de Janeiro, p. 4, 14 set. 1947.

¹⁴⁴ CM, Rio de Janeiro, p. 1, 17 set. 1947.

As palavras de Raul Fernandes nas quais elogiava a escolha de Oswaldo Aranha para presidente da segunda Assembléia Geral da ONU, oculta o conflito existente entre a delegação brasileira na ONU e a secretaria de Estado. O responsável pela pasta das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes, colocou-se contra a reeleição de Aranha em nome da rotatividade, enquanto que o chefe da delegação brasileira recebia apoio incondicional das delegações que representavam os países latino-americanos¹⁴⁵.

Outra particularidade que se pode notar nas notícias veiculadas pelo *Correio da Manhã*, na sua parte editorial principalmente, é que o conflito existente entre a delegação brasileira na ONU e o ministério das relações exteriores, um preferindo a conciliação e o outro o alinhamento incondicional aos Estados Unidos não repercute no jornal carioca.

O resultado final da Assembléia levou à divisão da Palestina, por 33 votos contra 13 a Assembléia aprovou o plano russo-norte-americano. Aproveitando o ensejo, o *Correio da Manhã* publicou fotos mostrando a divisão das terras e as áreas de influência de cada etnia, a fim de facilitar a explicação do episódio fatídico para seus leitores.

Após a morte de Oswaldo Aranha, em 1960, Henrique Rodrigues Valle publicou três artigos que, além do papel político de Aranha no país, comentavam sua atuação internacional. No terceiro artigo escrito no jornal *Correio da Manhã*, em 11 de fevereiro de 1960, cita a atuação do chefe da delegação brasileira e presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1947, na questão Palestina. Segundo Valle:

Convém recordar a atuação de Aranha no mais importante de todos que deu como resultado a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

Aranha foi acusado, por alguns árabes, de haver manobrado em favor da partilha; ou por outra, de esposar a causa dos judeus. A verdade porém é diferente. Não é preciso conhecer a fundo o problema da Palestina para saber que uma vez prometido, pela Inglaterra, o estabelecimento do chamado “lar nacional judeu”, o território mais cedo ou mais tarde acabaria por desmembrar-se. A partilha foi uma consequência inevitável da Declaração Balfour e dos termos do Mandato da Liga das Nações. Quando o problema passou, a pedido do mandatário, a jurisdição das Nações Unidas era velho de 25 anos. Nem Aranha, nem a Assembléia da ONU inventaram a necessidade de dividir o território. Antes da Comissão Especial das Nações Unidas, duas outras comissões haviam já optado pela partilha, como

¹⁴⁵ AOA, Exteriores à delegação do Brasil nas Nações Unidas, 1947.08.01, rolo 23, fotograma 512, cp. Telegrama recebido em 18/19/VIII/1947.

única solução plausível. Não agisse a Assembléia como agiu e o resultado seria, ao menos na prática, o mesmo. Terminado o mandato, a guerra se declararia e não há por que imaginar que as coisas se passassem então de modo diferente. A atuação de Aranha foi portanto apenas no sentido de que a Assembléia não faltasse à responsabilidade que assumira e correspondesse à confiança que nela se depositava. Não decidir seria lavar as mãos, posição cômoda mas que não era de seu feitio, convencido que estava de que a única solução política para o assunto residia na partilha do território, empenhou-se, de fato, Aranha, como presidente, para que a Assembléia tomasse a histórica decisão e emprestasse sua autoridade ao ato. Acrescente-se, porém, que, como chefe da delegação do Brasil, Aranha ateve-se, estritamente, às instruções do Itamarati. Etapa por etapa, a delegação foi fazendo o que lhe indicava a secretaria de Estado [...] Reconheça-se, portanto, que Aranha ajudou, não a partilha que viria de qualquer modo, mas sim à Assembléia Geral da ONU a assumir a responsabilidade que lhe incumbia. Esse era um papel legítimo de presidente – e ele o desempenhou com desassombro. Protelou, em verdade, a votação final, de uns dois dias, para ter certeza de que a Assembléia se desempenharia como devia da missão que lhe havia sido confiada. Mas só pôde fazê-lo, obviamente, porque, como presidente, sabia encarnar a maioria da Assembléia¹⁴⁶.

Ao término da Assembléia, em 29 de novembro de 1947, Oswaldo Aranha foi homenageado pelas delegações presentes, retornando em seguida para o Brasil. Em seu regresso foi recepcionado por vários representantes de associações de classe e amigos. O *Correio da Manhã* acompanhou a volta do representante brasileiro e de toda delegação com grande afinco e entusiasmo¹⁴⁷.

Oswaldo Aranha recebeu diversas homenagens também dos judeus. O presidente da federação das sociedades israelitas do Rio de Janeiro enviou ao representante brasileiro e presidente da Assembléia da ONU um telegrama de agradecimento. Esse telegrama deu ênfase à grande contribuição que Oswaldo Aranha e o Brasil davam para a solução "pacífica" dos problemas mundiais¹⁴⁸.

Além da análise oportuna da questão Palestina, o jornal carioca destacou-se pelo apoio às ações de Oswaldo Aranha no cenário internacional e a sua candidatura ao Prêmio Nobel da

¹⁴⁶ VALLE, Henrique Rodrigues. Aranha na ONU (III). CM, Rio de Janeiro, p. 2, 11 fev. 1960.

¹⁴⁷ Homenagem a Oswaldo Aranha na ONU. CM, Rio de Janeiro, p. 1, 16 maio 1947; O regresso do sr. Oswaldo Aranha. CM, Rio de Janeiro, p. 2, 22 maio 1947.

Paz, em 1948. Para os que, como o jornal *O Estado de S. Paulo*, identificavam Aranha como varguista e simpatizante da ditadura, o *Correio da Manhã* oferecia outra interpretação:

Lider de uma revolução em 1930, o sr. Oswaldo Aranha logo se desencantou com os rumos que ia ela tomando, desvirtuada e traída desde os começos de exercício de poder. Voltou-se, então, para a política externa, onde poderia prestar serviços à pátria, acima de partidarismos e paixões, encontrando um ambiente mais propício á sua inteligência, cultura e idealismo.

E continua:

Ministro das Relações Exteriores de um govêrno que se inclinava para o lado do nazi-fascismo, o sr. Oswaldo Aranha conseguiu mudar-lhe, afinal, a orientação, lutando e empenhando-se, em consonância com os sentimentos nacionais, pela solidariedade do Brasil á causa da democracia na guerra.

Para o jornal carioca, o prêmio seria uma distinção para o Brasil, afinal "o Prêmio Nobel nunca foi concedido a um brasileiro, já tendo sido um argentino alvo dessa distinção". Continua o jornal, "se o juri sueco resolver concedê-lo êste ano ao sr. Oswaldo Aranha terá conferido o Prêmio Nobel da Paz a uma das personalidades que mais merecem hoje em todo o mundo".

O prêmio, então, seria um reconhecimento pela sua história (justamente o que incomodava o jornal *O Estado de S. Paulo*) como embaixador do Brasil em Washington, como chanceler brasileiro empenhado na causa da democracia mesmo em época de ditadura e como presidente da "mais alta assembléia internacional".

Por fim, conclui:

A candidatura do sr. Oswaldo Aranha ao Prêmio Nobel da Paz é das que, por todos os títulos, se justificam sem contestação; poderá ser vitoriosos com aplausos universais, principalmente com os aplausos de todos os brasileiros.¹⁴⁹

Embora nem todos os veículos de comunicação à época tenham se colocado a favor da candidatura de Oswaldo Aranha, como é o caso citado do jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, a Associação Brasileira de Imprensa, na figura de seu presidente Herbert Moses

¹⁴⁸ Homenagem ao delegado do Brasil nas Nações Unidas. CM, Rio de Janeiro, p. 2, 3 dez. 1947.

¹⁴⁹ CM, Rio de Janeiro, 11 jan. 1948. Tópicos e Notícias, p. 4. Para mais informações, no CM, sobre a candidatura de Oswaldo Aranha ao prêmio nobel da paz e o apoio que recebeu no Brasil e no mundo, consultar: Oswaldo Aranha e o Prêmio Nobel da Paz, p. 1, 19 dez. 1947; a candidatura de Oswaldo Aranha ao Prêmio Nobel da Paz, p. 2, 28 jan. 1948; Apoio á candidatura do sr. Oswaldo Aranha ao Prêmio Nobel da paz, p. 2, 3 fev. 1948; Prêmio Nobel, p. 4, 21 fev. 1948; A candidatura do sr. Oswaldo Aranha ao Prêmio Nobel da paz, p. 2, 26 fev. 1948.

abraçou a causa. Na carta em que enviou para Oswaldo Aranha, em Lake Success, Nova York, Moses comentava a campanha de DIRETRIZES em favor do seu nome para o Prêmio Nobel da Paz e afirmava que se dependesse dele, “o título seria seu desde logo”. Herbert Moses chegou a fazer campanha para que Oswaldo Aranha ganhasse o prêmio Nobel da paz daquele ano, com o rótulo *Oswaldo Aranha: advogado da paz*.¹⁵⁰

Outra organização de jornalistas a se solidarizar com a campanha a favor de Aranha foi a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, que enviou a seguinte declaração a Oswaldo Aranha por intermédio de seu presidente Augusto de Freitas Lopes Gonçalves:

A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, interpretando o pensamento e a vontade dos profissionais de imprensa do Brasil, tem a honra de comunicar que com vivo entusiasmo se solidariza com os que tomaram a bela iniciativa de propor o nome de V. Ex. para obtenção do Prêmio Nobel da Paz [...] é grande a dívida de gratidão dos povos para com V. Ex. que, com admirável saber, tanto está dando da sua inteligência e do seu labor por um mundo de justiça e concórdia¹⁵¹. (grifo do autor).

O apoio à candidatura de Aranha não se limitou a setores de comunicação. Ao que parece houve uma significativa mobilização a fim de conseguir essa distinção para um brasileiro. Entre os apoios mais significativos pode-se destacar o da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos, Faculdade de direito da Universidade do Paraná, Sociedade sul rio-grandense, Pontifícia Universidade Católica do Peru, Associação dos ex-combatentes do Brasil, Academia alagoana de Letras, Academia carioca de Letras, organização sionista unificada do Brasil e dos Estados Unidos, entre outras.

Finalmente, é relevante observar que as manifestações ou desdobramentos da questão Palestina se expressaram por meio dos agradecimentos da comunidade judaica do Rio de Janeiro ao Brasil e a Oswaldo Aranha e pela divulgação de que os judeus do Rio de Janeiro estavam organizando ofícios religiosos e fazendo jejum a fim de marcar a luta dos judeus pela "conquista de sua pátria - a Palestina". Muitos judeus até fecharam a porta de suas casas comerciais e outros centros de atividades sociais e culturais. Lembrando que neste momento teria início a sessão da Assembléia Geral da ONU que decidiria o futuro dos judeus. O

¹⁵⁰ AOA, Herbert Moses a Oswaldo Aranha, 1947.01.02, rolo 23, fotograma 274, cp. Carta enviada a Aranha em Nova York em 29 de outubro de 1947.

¹⁵¹ AOA, Da Federação dos Jornalistas Profissionais ao Embaixador Oswaldo Aranha, 1947.01.02, rolo 23, fotograma 278, cp. Enviado a Oswaldo Aranha em 5 de janeiro de 1948.

interessante é que essas informações eram levadas à redação do jornal pessoalmente pelos próprios judeus¹⁵². No arquivo de Oswaldo Aranha, guardado no CPDOC, também é possível encontrar telegramas e convites de judeus para alguma cerimônia ou comemoração relativa à luta do povo judeu por um território. Por exemplo, o que recebeu em 27 de outubro de 1947 da Organização Sionista da América para participar de um jantar em comemoração aos 30 anos da Declaração Balfour. Detalhe, neste momento, o destino de judeus e palestinos estava sendo discutido nas Nações Unidas, com Oswaldo Aranha à frente dos trabalhos da organização mundial¹⁵³.

Na verdade, o contato com Aranha e outros membros influentes da sociedade brasileira fazia parte da política judaica proposta pelo Movimento Sionista Mundial e por Nahum Goldmam, chefe da Agência Judaica para a Palestina, de Nova York.

Em 28 de setembro de 1945, Goldmam enviou um relato sobre a situação dos judeus na Europa e pediu para que as organizações sionistas da América Latina tomassem algumas medidas para pressionar os ingleses e a opinião pública dos respectivos países a se colocarem a favor da causa judaica. Dentre essas medidas, sugeriu a mobilização da imprensa e de amplos setores da sociedade¹⁵⁴. Com relação ao Brasil, pode-se notar o atendimento das sugestões colocadas acima: primeiro, pelo comício de protesto contra o mandato britânico na Palestina feito no Pacaembu, em 1946, e pelo comício em comemoração a aprovação pela ONU da partilha da Palestina no mesmo estádio, em 1947. Segundo, pelo número de notícias publicadas na imprensa a respeito da Palestina e da luta dos judeus por este território.

4.2. A cobertura da questão Palestina feita pelo *OESP* e o *CM*

É interessante notar que a partir da criação do Estado de Israel as notícias vindas das agências internacionais e veiculadas pelo *O Estado de S. Paulo*, começam a colocar no lugar de judeus o termo semitas; por exemplo, no dia 16 de maio, o título de uma matéria é a

¹⁵² Prossegue a luta dos israelitas. *CM*, Rio de Janeiro, p. 3, 2 set. 1947.

¹⁵³ AOA, Convite da Organização Sionista Mundial a Oswaldo Aranha, 1947.08.01, rolo 23, fotograma 547, cp. Convite enviado a Aranha em 27 de outubro de 1947.

¹⁵⁴ FALBEL, N. *Manasche: sua vida e seu tempo*. Op. Cit, p. 51-65.

seguinte: *Oficialmente iniciada na Palestina a guerra entre árabes e semitas*; antes mesmo, no dia 9 de maio, o título da matéria é *A Rússia e a Checoslováquia reconheceriam imediatamente o governo semita*; ou, como no dia 18 de maio, *Propaga-se a toda Palestina a luta entre árabes e semitas*¹⁵⁵. A interpretação que se faz desses títulos é que havia nos meios noticiosos um movimento a favor da causa dos judeus, utilizar o termo semita serve para lembrar o holocausto e a necessidade de se criar um Estado para os judeus e, também, ser semita legítima a posse da terra, dado que antigamente os povos semitas habitavam aquela região. Entretanto, uma ressalva é importante, falar do semita serve para identificar tanto a população judaica como a árabe-palestina. Outro ponto interessante diz respeito a uma imagem no jornal *O Estado de S. Paulo* que mostra, num momento de conflito exacerbado entre israelenses e palestinos, um “arame farpado nos limites da cidade nova de Jerusalém dominada pelas forças judaicas”.¹⁵⁶ Carlos Lacerda e Diane Kuperman advertiam sobre o caráter escuso das notícias enviadas ao Brasil pelas agências internacionais¹⁵⁷.

A parte no jornal referente ao noticiário internacional foi elaborada com telegramas das agências *France Press*, *United Press* e *Reuters*. Conseqüentemente, os editoriais nos quais o jornal paulista expressava sua opinião a respeito dos assuntos que considerava mais importante sofriam influência dessas mesmas agências quando abordavam questões internacionais. Entretanto, convém ressaltar que sofrer influência não significa que os formuladores de opinião do jornal *O Estado de S. Paulo* aceitassem e reproduzissem o mesmo discurso, até porque um dos méritos dessa pesquisa é mostrar que o “Estadão” tinha um projeto para o Brasil e que construía o discurso de acordo com seus interesses e perspectivas. Esse intento pode ser visto com nitidez na parte editorial.

Outra maneira do jornal *O Estado de S. Paulo* manter seus leitores informados era por meio da publicação de artigos sobre a questão Palestina. Alguns textos eram transcritos de diferentes jornais e outros eram feitos especialmente para *O Estado de S. Paulo*¹⁵⁸. A partir da leitura atenta destas matérias foi possível notar que muitas vezes, de fato, o responsável pela assinatura do texto deixa transparecer sua opinião sobre as informações transmitidas. Porém, em outros casos, o autor adotou uma postura exclusivamente informativa, não sendo possível detectar claramente sua opinião. Alguns artigos que chamaram a atenção: o de Paulo Ronai

¹⁵⁵ Respectivamente, OESP, São Paulo, p. 1, 16 de maio de 1948; p. 1, 9 de maio de 1948; p. 1, 18 de maio de 1948. Outros títulos: Envolvidos em ampla batalha os árabes e judeus da Palestina, p. 1, 11 de maio de 1948.

¹⁵⁶ OESP, São Paulo, p. 1, 14 de jul. 1948.

¹⁵⁷ LACERDA, C. *O Brasil e o Mundo Árabe*. Op. Cit. p. 17, 24 e 37; KUPERMAN, Diane. *Mídia e Oriente Médio: uma relação de guerra e paz*. In: SANTOS, N. B. *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit. p. 235-264.

¹⁵⁸ Os títulos dos artigos mais significativos serão enviados em anexo.

(1947) com o título *Exodus 1947*, no qual defende a escolha dos judeus de irem para a Palestina e para tanto utiliza o holocausto como justificativa¹⁵⁹. A posição de Paulo Ronai se explica pelo fato de ter presenciado o holocausto, sendo vítima da perseguição nazista. Como judeu não poderia mais viver na Europa, por isso veio para o Brasil a convite do Itamaraty¹⁶⁰. O de Pierre Monbeig, geógrafo francês que foi membro da missão francesa que participou ativamente das primeiras atividades acadêmicas da USP (1935-1946), com o título *A Colonização Israelita* onde o autor toma uma posição crítica em relação à chegada de judeus na Palestina¹⁶¹. No que concerne à participação brasileira na questão Palestina na ONU, o único que expressou sua opinião nessa folha foi Paul Vanorden Shaw, historiador norte-americano que também deu aulas na USP na época de sua formação, ocupando a cadeira de História da América. Em seus artigos escritos principalmente sobre a questão Palestina e o envolvimento do Brasil na questão nunca deixou de enfatizar o excelente trabalho empreendido pela delegação brasileira, sobretudo Oswaldo Aranha, e a grande contribuição que o Brasil dava ao mundo. Falava também da liberdade que tinha para escrever, sem nunca lhe restringirem seus escritos, o que deve ser levado em consideração já que a opinião do jornal era oposta à visão de Paul Vanorden Shaw. Outro autor que merece menção é Arthur Koestler, embora seus artigos no jornal sejam mais informativos. Durante parte de sua vida foi adepto do sionismo.

O *Correio da Manhã* também dependia das notícias enviadas pelas agências internacionais, porém, muitas delas eram modificadas ou resumidas. Talvez, por isso, antes e depois da criação do Estado de Israel não se verificou o uso do termo semita em suas páginas. Ademais, alguns textos referentes à participação brasileira na ONU não continham menção a nenhuma agência internacional.

A publicação de artigos sobre o tema foi pouco explorada pelo *Correio da Manhã*, se comparado ao jornal paulista. Destaque para o texto de Harold Laski, com o título *Erro grave dos judeus*, Wenceslau Rosa, com o título *O mundo nas mãos dos judeus* e, após a criação do Estado de Israel, de Augusto Frederico Schmidt, *O povo de Israel e a Pátria*. Neste artigo defende veementemente a volta legítima dos judeus para "casa" depois de 2000 anos.¹⁶²

¹⁵⁹ RONAI, Paulo. *Exodus 1947*. OESP, São Paulo, p. 1, 13 de set. 1947.

¹⁶⁰ Para mais informações, consultar: www.museujudaico.org.br/livros/wolff.html. Acessado em 18/07/07.

¹⁶¹ MONBEIG, Pierre. *A Colonização Israelita*. OESP, São Paulo, p. 4, 2 de jun. 1948.

¹⁶² Respectivamente, Laski, H. *Erro grave dos judeus*. CM, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jan. 1947; ROSA, W. *O mundo nas mãos dos judeus*, p. 2, 30 dez. 1947; SCHMIDT, A. F. *O povo de Israel e a Pátria*, p. 2, 18 maio 1948.

Schmidt era membro do Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina que surgira em 1947 para formar uma opinião pública simpática à causa sionista na Palestina¹⁶³.

Destaque também para uma resenha elaborada por Edmundo Moniz acerca do livro *Ladrões nas Trevas*, de Artur Koestler. Para Moniz, o livro era pertinente para o momento, uma vez que se "constitui num apanhado fotográfico vivo e imparcial do conflito entre judeus e árabes". O romance girava em torno de uma comuna agrícola, vizinha de uma aldeia árabe - a torre de Ezra - no qual o autor apresentava uma idéia do que se passava naquele momento na Palestina. O grande mérito do livro de Koestler, no entender do resenhista, era justamente ter conseguido expressar a "angústia e o desespero do povo judeu, de um povo que, nestes últimos cem anos, deu ao mundo homens como Marx, Freud e Einstein".

Na resenha, Edmundo Moniz, coloca também que o autor do livro em questão era judeu e que defendia a criação do Estado de Israel, chegando a defender, de certa maneira, o terrorismo da Irgun, grupo judeu que lutava na época pela criação de um Estado judeu na Palestina.¹⁶⁴

Além dos artigos e da resenha citada acima, destacou-se a postura crítica do jornalista Carlos Lacerda, que tinha cadeira cativa na redação do jornal. Em 1946, por sua própria sugestão, foi criado no *Correio da Manhã* a seção intitulada *Na Tribuna da Imprensa*, tradicionalmente encontrada na página 2. A princípio essa seção tinha a função de fazer uma "crônica da Constituinte" que fosse, ao mesmo tempo, uma "reportagem sobre a vida nacional". Depois, com o tempo, passou a ser um espaço no qual Lacerda escrevia suas opiniões acerca de diversos temas da política nacional e internacional.

Na política internacional, um tema que mereceu muita de sua atenção foi com respeito à questão Palestina e a participação brasileira na contenda. Em setembro de 1947, começa a escrever assiduamente sobre as questões em apreço, o que vai culminar com sua viagem ao Oriente Médio em busca de respostas.

Entre seus artigos escritos antes dessa viagem, destacam-se *As Razões dos Árabes I e II*. Nesses dois textos, Lacerda tenta mostrar que enquanto os árabes já estavam instalados na região há pelo menos dois séculos, os judeus sionistas esforçavam-se por dar legitimidade à posse das terras. O principal argumento utilizado pelos judeus era que outrora foram habitantes da Palestina e, por isso, mereciam o direito sobre o território. Carlos Lacerda questiona se este argumento é suficiente para que haja a ocupação e prevê as conseqüências de uma possível guerra entre árabes e israelenses. Também não se esqueceu do papel que os

¹⁶³ FALBEL, N. *Manasche: sua vida e seu tempo*. Op. Cit, p. 91-92.

¹⁶⁴ Moniz, E. Koestler e o caso judaico. CM, Rio de Janeiro, 2º seção, p. 1.

Estados Unidos desempenhavam naquele contexto, tanto que termina o artigo *As razões dos árabes I* perguntando-se por que os norte-americanos apoiavam a divisão da Palestina. A seu ver a explicação era óbvia, uma vez que, naquele país, residia "uma numerosa comunidade judaica" que "influi diretamente na vida política do país, fazendo pender para o seu lado a balança política de Washington".

Carlos Lacerda levantava, ainda, outras indagações. A de que os principais povos vencedores da Segunda Grande Guerra não queriam mais judeus em seu território, por isso necessitavam mandá-los para outro local. Também aproveitava a oportunidade para concluir com o Brasil, levantando a hipótese de que caso o Brasil defenda realmente a partilha da Palestina "estará dividindo a casa alheia apenas por não querer permitir a entrada de judeus no território brasileiro".¹⁶⁵ Este continua sendo um assunto de grande relevância para a historiografia que se debruça sobre a questão judaica no Brasil.

É significativo o fato de que o Brasil não teve nenhum representante da imprensa na Assembléia Geral da ONU, em 1947, quando das discussões acerca do futuro da Palestina. Carlos Lacerda lamentou muito esse fato em seu livro *O Brasil e o mundo árabe* que é uma coletânea de artigos escritos, em 1948, quando esteve no Oriente Médio¹⁶⁶. Viajou pelo Egito, Líbano, Síria e Palestina e enviava suas correspondências para *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* de Pernambuco e Rádio Mayrink Veiga.

Em seu livro *O Brasil e o Mundo Árabe*, Lacerda fez críticas severas à participação do Brasil na criação do Estado de Israel e previu a guerra sem fim entre árabes e israelenses na região.

As correspondências enviadas ao jornal *O Estado de S. Paulo* por Carlos Lacerda foram *A Palestina e o Brasil* e *o Verdadeiro Mufti de Jerusalém*, além de outra correspondência enviada por Carlos Lacerda ao *Correio da Manhã* em 16 de maio de 1948 que foi transcrito pelo *O Estado de S. Paulo*, chamado *Traição á Paz: A decisão do senhor Truman e a posição do Brasil*¹⁶⁷. Além desses textos que também foram publicados no jornal carioca, podemos citar outros títulos relevantes reproduzidos no *Correio da Manhã*, como: *O desfiladeiro*, *Jogando fora um amigo certo*, *Falta ao Brasil uma política*, *Mensagem de Abd-el-Krim aos brasileiros*, *As origens da crise na Palestina*, *As origens da crise na Palestina II*, *Seis pontos para uma política brasileira no Oriente Médio*, *Os cristãos e a Palestina*, *Ao Brasil ou a*

¹⁶⁵ LACERDA, C. *As razões dos Árabes I*. CM, Rio de Janeiro, 15 out. 1947, Na Tribuna da Imprensa, p. 2; *As razões dos Árabes II*, 16 out. 1947. Na Tribuna da Imprensa, p. 2.

¹⁶⁶ A viagem ao Oriente Médio foi devidamente informada pelo CM, com o título *A caminho do Cairo*, p. 2, 31 jan. 1948.

Ninguém e Os interesses norte-americanos no Oriente Médio. Esses textos podem ser encontrados na íntegra no livro acima mencionado¹⁶⁸.

Após o seu retorno ao Brasil, em 23 de março de 1948, Carlos Lacerda faz uma reflexão dos caminhos e descaminhos da Palestina e das atitudes do Brasil diante de questão tão complexa¹⁶⁹.

No dia posterior à criação do Estado de Israel, em 16 de maio de 1948, escreve um texto bem enfático com o título *Traição á Paz*, na seção *Na Tribuna da Imprensa*. Como fica evidente, deixando clara sua opinião.

Algumas questões levantadas nesses textos merecem menção. Além de proporcionar à opinião pública brasileira “os elementos indispensáveis para que ela mesma forme o seu juízo acerca dos interesses do Brasil”, Carlos Lacerda coloca algumas posições que devem ser explanadas até como um contraponto às idéias dos jornais estudados e da historiografia que analisa a questão da Palestina do ponto de vista do Brasil atualmente.

Para Carlos Lacerda a posição do Brasil frente à questão da Palestina deveria ter sido a da abstenção¹⁷⁰. Para ele, "se os judeus querem constituir o seu Estado em pátria alheia que não seja com a cumplicidade do Brasil". Este já foi muito longe votando pela partilha. "Ir além daí seria pactuar numa traição á paz". Sobre os rumores na época de que o novo Estado de Israel estaria pressionando o governo brasileiro para reconhecê-lo de fato e estabelecer relações diplomáticas, nos telegramas enviados para *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, Carlos Lacerda foi enfático: "o governo brasileiro deve recusar-se a qualquer manobra para o reconhecimento do 'Estado' judaico. E acabar com essa pilheria de 'embaixador' sionista no Rio de Janeiro".¹⁷¹

E continuou:

A opinião pública brasileira espera que o governo tenha o cuidado de não confundir a nossa política de comum acordo com os Estados Unidos, com a obrigação de acompanhar os erros eleitoralistas do Sr. Harry Truman. Nem

¹⁶⁷ Respectivamente, OESP, São Paulo, p. 11, 17 fev. 1948; OESP, São Paulo, p. 5, 14 de mar. 1948; OESP, São Paulo, p. 11, 22 maio de 1948.

¹⁶⁸ Os principais artigos de Carlos Lacerda, escritos na imprensa, serão anexados ao final da pesquisa.

¹⁶⁹ CM, Rio de Janeiro, 31 março 1948. Na Tribuna da Imprensa, p. 2.

¹⁷⁰ LACERDA, C. *O Brasil e o Mundo Árabe*. Op. Cit. p. 36. Conforme relatado no livro de Dulles, *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*, página 109, Lacerda chegou até mesmo a censurar Oswaldo Aranha por concordar com os EUA na partilha da Palestina. Segundo ele: “o Brasil deveria ter-se absterido ao invés de participado na votação para a criação do Estado de Israel”.

¹⁷¹ LACERDA, Carlos. *Traição á paz*. OESP, São Paulo, p. 11, 22 de maio de 1948; *A Palestina e o Brasil*. 17 de fev. 1948, p. 3; LACERDA, C. *Traição á Paz*. CM, Rio de Janeiro, p. 2, 16 maio de 1948; LACERDA, C. *O Brasil e o Mundo Árabe*. Op. Cit. p. 19-21.

reconhecimento de "Estado" judeu nem negociações visando esse objetivo - eis o que pleiteamos.

Segundo o correspondente brasileiro, Carlos Lacerda, o próprio Oswaldo Aranha, com quem mantinha contato, quando da votação e da decisão na ONU a favor da partilha, manifestou ceticismo em relação a tal resolução¹⁷². Essa colocação diverge da afirmação de outros estudiosos no assunto que deixam claro em seus escritos a posição a favor de Israel manifestada por Oswaldo Aranha nas Nações Unidas.¹⁷³

Assim como o jornal *O Estado de S. Paulo*, Dutra e Raul Fernandes, Carlos Lacerda também via a proximidade de uma nova guerra mundial, por isso pedia para que o Brasil mantivesse distância da contenda. Segundo Lacerda “porque nos faltam forças para assumir tamanha responsabilidade e, até mesmo, porque no-lo proíbe a Constituição”.¹⁷⁴

Enquanto o jornal *O Estado de S. Paulo* manifestava-se favoravelmente ao envio de tropas brasileiras para auxiliar o exército das Nações Unidas na missão de apaziguar e proteger principalmente Jerusalém, Carlos Lacerda discordava veementemente:

A simples idéia de que em vez de mandar fôrças suas, os Estados Unidos, para evitarem que a Rússia exija o mesmo “direito” resolvam promover a vinda de fôrças sul-americanas – e neste caso deve-se entender Brasil – causa horror e repulsa. Por que raios há de um soldado brasileiro, um só que seja, morrer para cumprir a promessa feita por Lord Balfour, em 1917 a Lord Rotschild? Em que consistia, afinal, essa promessa? Em que os ingleses fariam o possível para, sem ferir os direitos dos habitantes da Palestina, árabes em grande maioria, dar alí um “lar nacional” aos judeus. Que temos nós com êsse “compromisso” abusivo entre dois Lordes, a nenhum dos quais pertencia a Palestina?¹⁷⁵

Para Carlos Lacerda, se o Brasil cedesse soldados à ONU para ir à guerra estaria cometendo um crime contra a independência da Palestina e ofuscando a autodeterminação dos povos. Ademais, como correspondente brasileiro, Carlos Lacerda tentava informar a opinião pública que com essa atitude somente estaríamos "enchendo-os de horror pelo nosso país". Como disse o primeiro ministro do Egito, Nakrashi Pasha, ao correspondente brasileiro: "o seu país é um dos responsáveis pelo sangue que correr na Palestina".¹⁷⁶ Portanto, se por um lado os árabes no Brasil não alimentavam nenhum tipo de hostilidade quanto às atitudes do

¹⁷² A interpretação de Mario Henrique Simonsen (*Oswaldo Aranha: a estrela da revolução*. Op. Cit. p. 352-353) é semelhante ao de Carlos Lacerda.

¹⁷³ Entre outros, SENKMAN, L. O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina, 1949-1955. In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit.; HILTON, S. *Oswaldo Aranha: Uma biografia*. Op. Cit.

¹⁷⁴ LACERDA, Carlos. *Traição á Paz*. OESP, São Paulo, p. 11, 22 de maio de 1948; CM, p. 2, 16 maio de 1948.

¹⁷⁵ LACERDA, C. *O Brasil e o Mundo Árabe*. Op. Cit. p. 70.

Brasil, no mundo árabe, como deixa claro Carlos Lacerda, a insatisfação era grande uma vez que o Brasil não tinha nenhuma razão ou “motivo plausível de um interesse profundo” para favorecer uma guerra contra o mundo árabe e para votar pela partilha da Palestina.

O correspondente reclama da falta de posição do Brasil. Segundo ele, a delegação brasileira na ONU não recebera instruções taxativas para votar pela partilha. Na questão do provável pedido, da ONU, para que o país cedesse soldados para compor a força de paz das Nações Unidas, no Oriente Médio, também não tínhamos uma definição clara. Essa falta de opinião é prejudicial ao interesse nacional, dessa forma:

Urge que os homens de govêrno, estejam ou não no govêrno, se entendam sôbre este assunto. Qual é a opinião do Congresso Nacional sôbre a divisão da Palestina? Que opinião têm a Câmara e o Senado sôbre a politica exterior do país? Frequentemente nos esquecemos de que a política externa de um país democrático é dirigida de acôrdo, e não á revelia dos partidos predominantes. O ministro Raul Fernandes tem procurado ouvir os partidos. Mas estes – eis a verdade – não têm opinião¹⁷⁷.

Para o correspondente brasileiro, o voto a favor da partilha e as posições brasileiras assumidas na ONU com relação à Palestina eram frutos do desconhecimento da opinião pública brasileira, principalmente da falta de opinião de nossos dirigentes. Em última instância, a finalidade de Carlos Lacerda era avisar ao Brasil dos perigos que representava para o mundo a atitude dos países, inclusive do Brasil, em favorecer a divisão da Palestina e de se compactuar com a colonização israelense no território palestino.

A crítica de Carlos Lacerda em relação à falta de opinião dos partidos políticos brasileiros no plano internacional procede. De maneira geral, os partidos que se constituíram a partir de 1945 concederam reduzido espaço às questões de política externa e de relações internacionais em seus respectivos programas. De 1945 a 1964 a falta de um planejamento partidário relativo à política externa era tanto que Paulo Roberto de Almeida utiliza para tratar o tema em seu artigo no livro *Sessenta anos de política externa* o subtítulo *Os partidos políticos sem política externa*. Contudo, o trabalho do referido autor reafirma o que Marcel

¹⁷⁶ LACERDA, C. O Brasil e o Mundo Árabe. Op. Cit. p. 73; LACERDA, Carlos. A Palestina e o Brasil. OESP, São Paulo, p. 3, 17 de fev. 1948.

¹⁷⁷ LACERDA, C. *O Brasil e o mundo árabe*. Op. Cit. p. 172. Para saber mais sobre a posição nacional, ou falta dela, consultar: VIGEVANI, T; KLEINAS, A. Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit. p. 96-108.

Merle já havia constatado: a pequena relevância que os partidos políticos atribuem à política externa¹⁷⁸.

Cumprir observar também que Carlos Lacerda não era o único correspondente brasileiro no Oriente Médio, naquele momento. Outro grande nome da imprensa brasileira presente na região foi Samuel Wainer. A viagem que fez à Palestina foi relatada de forma breve no livro de memórias *Minha razão de viver*. Nesse livro, embora não conste seu auxílio à causa sionista e o esforço para estabelecer relações diplomáticas com Israel, aborda as entrevistas feitas com terroristas "patriotas" judeus e suas impressões sobre Jerusalém, Tel Aviv e o Neguev antes do início da guerra de independência na Palestina, após a criação do Estado de Israel.

Segundo Wainer, o objetivo das reportagens era a de responder às crônicas parciais enviadas do Cairo por David Nasser, acusado de receber material de propaganda árabe no hotel em que estava hospedado¹⁷⁹.

As impressões de Wainer sobre a criação do Estado de Israel foram devidamente trabalhadas no livro *Samuel: duas vozes de Wainer*, de Joëlle Rouchou, no qual a autora comenta basicamente a respeito da vida pública e privada do referido correspondente. Para realizar a pesquisa, a princípio uma dissertação de mestrado, Rouchou recorreu às memórias de Samuel gravadas em 53 fitas que tornaram-se 1.300 páginas datilografadas. Samuel Wainer não tinha o hábito de manter um arquivo próprio, segundo a autora.

A cobertura para os "Diários Associados" foi feita por dois repórteres: Samuel do lado israelense e, do lado árabe, David Nasser que depois foi substituído por Murilo Marroquim. A convocação de Wainer para tal empreendimento tem um grande significado, pois era judeu e sabia que a proposta dos "Diários" de Assis Chateaubriand era justamente defender a criação do novo Estado.

A leitura que Wainer fazia da criação do Estado de Israel era diferente da feita por Lacerda. Para Wainer, a criação do Estado de Israel era um fato político de extrema relevância, sendo o primeiro acontecimento positivo das Nações Unidas. Após fazer um panorama histórico da luta dos judeus e das negociações com os ingleses, conclui que a criação do Estado de Israel era inevitável e também a única forma de compensar os judeus pelos sofrimentos do holocausto. De acordo com Rouchou, a questão israelense ligou o

¹⁷⁸ ALMEIDA, P. R. A. A política da política externa: os partidos políticos nas relações internacionais do Brasil, 1930-1990. In: ALBUQUERQUE, J. G. (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*, v. 4, Op. Cit, p. 381-447.

¹⁷⁹ WAINER, S. *Minha Razão de Viver*: memórias de um repórter. 12º ed. Rio de Janeiro: Record, 1989, cap. 16, p. 107-108.

jornalista ao judeu: "afinal ele ia cobrir o nascimento de uma nação, contar para milhões de leitores ávidos pela novidade como se cria um país. Por outro lado, é um judeu que, atavicamente, espera por um pedaço de terra".¹⁸⁰

A questão era justamente que a profissão do jornalista, teoricamente imparcial, chocava-se com sua origem judaica, portanto simpática ao novo Estado.

Outro aspecto interessante diz respeito à relação entre os dois principais correspondentes no Oriente Médio, Wainer e Lacerda. Embora amigos quando pequenos, a inimizade entre ambos acabou prevalecendo. Na verdade, o problema é que estavam sempre em posições opostas. No caso vertente, Lacerda mostrava-se a favor dos árabes enquanto que Wainer nutria simpatia pelos judeus.

A relação entre eles piorou, na época, principalmente devido a proximidade de Wainer com Vargas. A criação do jornal "*Última Hora*", em 12 de julho de 1951, por Samuel Wainer com o aval de Vargas era inaceitável por parte da direita, em particular pela UDN, porque o jornal era um instrumento que o governo federal se valia para promover seus feitos.

Com o intuito de acabar com Wainer e seu jornal, Lacerda acusou-o, em 1953, de não ser brasileiro nato. Segundo Carlos Lacerda, Wainer "havia nascido na Bessarábia numa época em que a antiga província russa era parte da Romênia".¹⁸¹ Por não ter nascido no Brasil Wainer não poderia ser proprietário de jornal, pois existe uma lei no país que exige que o proprietário dos veículos de comunicação seja comprovadamente brasileiro.

Carlos Lacerda levou sua acusação até o fim. Foi também uma das principais testemunhas de acusação no julgamento que aconteceu em outubro de 1955. Samuel Wainer ficou preso durante um ano até que, após ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, foi absolvido e considerado um brasileiro de fato.¹⁸²

Se havia representantes brasileiros cobrindo a situação na Palestina durante a criação do Estado de Israel, na Assembléia Geral das Nações Unidas, de setembro a novembro de 1947, não havia. Os dois principais correspondentes citados anteriormente apenas procuraram manter contato com Oswaldo Aranha.

Carlos Lacerda trocava cartas sobre a situação internacional com Aranha. Após fazer uma análise da importância da eleição de Oswaldo Aranha para presidir a Assembléia das Nações Unidas, em 1947, recebe uma correspondência de Aranha afirmando ter lido seu artigo referente à sua eleição e colocando-se favorável à presença de jornalistas brasileiros na

¹⁸⁰ ROUCHOU, J. *Samuel: duas vozes de Wainer*. 2º ed. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004, p. 147-153.

¹⁸¹ DULLES, J. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Op. Cit. p. 161.

ONU. Sem eles, segundo Oswaldo Aranha, “nossa opinião será formada por juízos de estranhos. E isso é um grande mal, quando deveríamos ajuizar por nós mesmos”. A carta a Lacerda foi motivada, primeiro, pela necessidade que Aranha tinha em se defender de insinuações feitas no Brasil de que sua eleição para presidente da Assembléia da ONU só foi possível graças ao apoio russo e que estava se tornando um russófilo e, portanto, anti-americano. Segundo, pela reafirmação de que uma terceira guerra mundial naquele momento era “impossível”, uma vez que “não o podem fazer os que a querem e não querem os que a podem fazer”.

Por fim, conclui:

Imagino a confusão das Agências nos noticiários dos jornais. Confesso-lhe que eu mesmo, quando aí, tinha impressão de que a situação mundial agravou-se por fôrma irremediável. Esta é mais uma indicação da justeza da sua tese da necessidade de jornalistas novos na ONU. A realidade é bem diversa. Ouvir os oradores e vê-los falar, acompanhar a vida das delegações e os trabalhos dos Comitês, enfim, penetrar a intimidade desse grande hospital de medicina preventiva, que é a ONU, seria decisivo para afastar juízos incertos e prejudiciais, espalhados em nosso país [...].

Venha, pois, a esta sessão que ainda demorará algumas semanas, ver o mundo com seus grandes olhos brasileiros, para poder dizer ao nosso povo aquilo que ele precisa ouvir e saber.¹⁸³ (grifo do autor)

Samuel Wainer, também com poucas informações sobre a situação internacional e a respeito do papel do Brasil nas Nações Unidas, envia a Aranha um questionário para ser respondido e que, em seguida, seria reproduzido nos “Diários Associados”. Entre as oito perguntas solicitadas, os principais temas foram o papel da ONU na consolidação da paz mundial, o conflito entre Estados Unidos e União Soviética, os antecedentes da sua eleição para a presidência da ONU, o desinteresse do Itamaraty pela sua candidatura e, finalmente, sobre suas convicções acerca dos principais desafios a serem discutidos pela Assembléia da ONU.¹⁸⁴

¹⁸² Para mais informações a respeito, consultar ROUCHOU, J. *Samuel*: duas vezes de Wainer. Op. Cit, p. 112-114 e 153-157.

¹⁸³ AOA, Oswaldo Aranha a Carlos Lacerda, 1947.08.01, rolo 23, fotograma 560, cp. Correspondência enviada em 4 de outubro de 1947.

¹⁸⁴ AOA, Samuel Wainer a Oswaldo Aranha, 1947.08.01, rolo 23, fotograma 553, cp. Correspondência enviada em 25 de setembro de 1947.

Em resposta, Oswaldo Aranha acrescenta uma nova pergunta e, portanto, uma nova resposta. Demonstra que era equivocado admitir a possibilidade de uma terceira guerra mundial e o fim da ONU como se estava fazendo no Brasil, que não existia propriamente um conflito entre Estados Unidos e União Soviética nas Nações Unidas, que o suposto apoio russo a sua eleição não passou de um mal entendido, que o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética foi acertado, embora em seu arquivo ficou nítido o ressentimento por não ter sido consultado a respeito. Finalmente, agradece o ensejo de poder informar a opinião pública brasileira do que realmente acontecia em Lake Success e deixa um recado para aqueles que estavam a seu ver deturpando suas atitudes e palavras:

Não se pode julgar nossa posição porque estamos votando desta ou daquela maneira neste ou naquele caso. Esses votos decorrem de injunções e consultam sempre, ainda quando aí se queira fraudar nosso propósito, a defesa de princípios de nossa política exterior. Não se pode, à distância, diferenciar os objetos, quanto mais ajuizar de atitudes [...]. É preciso estar aqui e conviver com os acontecimentos, para poder julgar de nossos atos.

Oswaldo Aranha aproveita o momento também para pedir novamente a presença de jornalistas brasileiros em Lake Success e para criticar a postura da imprensa em relação à participação da delegação brasileira nas Nações Unidas:

Cria que se tivéssemos jornalistas brasileiros entre nós, na ONU, acompanhando nossos trabalhos, eles estariam rindo, às gargalhadas, das versões aí veiculadas, por jornais responsáveis, sobre a atitude brasileira nesta Assembléia.

Nunca usufruiu o Brasil de mais prestígio e autoridade do que neste momento na ONU [...]. A imprensa nossa vomita suas injurias contra mim, como presidente da Assembléia, contra o Chefe das Nações e contra o Brasil, justamente pela nossa atitude na defesa dos Estados Unidos e das nações democráticas.¹⁸⁵

Um dos motivos que dificultam a formação de uma opinião quanto às colocações e posições de Oswaldo Aranha na Assembléia da ONU, como sua visão acerca da questão

¹⁸⁵ AOA, Resposta de Aranha a Samuel Wainer, 1947.00.00/5, rolo 21, fotograma 175-176, produção intelectual (pi). Sem data de envio na correspondência.

Palestina, é justamente o fato da ausência da imprensa brasileira naquele recinto internacional. Nunca se esquecendo que um dos nobres papéis do jornalista, como o do historiador, é chegar aos bastidores do problema, trazendo à tona o jogo de persuasão característico de momentos como esse presenciado ao final de 1947.

4.3. As posições do Brasil na ONU após a partilha da Palestina

Após a criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, exércitos dos países árabes invadiram a Palestina como haviam prometido caso o Estado israelense fosse aceito pela ONU, dando início a um conflito armado conhecido como “Guerra de Independência”(1948-1949). Israel saiu vitorioso dessa disputa e como consequência incorporou boa parte do território destinado pela resolução das Nações Unidas ao Estado palestino. A internacionalização de Jerusalém não aconteceu, ela foi dividida entre a Jordânia e Israel. Milhares de palestinos deslocaram-se em direção aos países vizinhos, principalmente Jordânia e Egito.

O episódio que propiciou tais desdobramentos foi a partilha da Palestina, que contou com o apoio do Brasil. Embora o Brasil tenha votado a favor da partilha, tomou posteriormente algumas atitudes aparentemente incoerentes, pois resistiu em reconhecer “de direito” o Estado de Israel; absteve-se na votação para seu ingresso na ONU e relutou para estabelecer relações diplomáticas com o novo Estado constituído. Cabe, portanto, escrutarmos os motivos para tais atitudes.

Segundo Malamud (israelense designado para fazer contato com o Brasil, em agosto de 1948), cônsul honorário após o reconhecimento brasileiro de fato em abril de 1949, os fatores para a demora do reconhecimento do Itamaraty eram o temor de Raul Fernandes e Dutra de que o governo provisório israelense estivesse dominado por comunistas e partidos de esquerda e a preocupação em não prejudicar as relações diplomáticas com o mundo árabe, principalmente Egito, Síria e Líbano. O terceiro fator que Malamud menciona para explicar a demora brasileira em reconhecer Israel e em estabelecer relações diplomáticas é o legado anti-semita deixado pelo Estado Novo entre os funcionários do Itamaraty.¹⁸⁶ O primeiro motivo

¹⁸⁶ SENKMAN, L. O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina 1949-1955. In: SANTOS, N B.(org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit. p. 119-122.

pode ser rechaçado dada a pouca representatividade dos comunistas israelenses; os outros dois fatores não dão conta da complexidade das indagações levantadas.

Para João Vicente Pimentel, a guerra entre árabes e israelenses foi um dos fatores que levaram o Brasil a aguardar até 7 de fevereiro de 1949 para reconhecer o Estado de Israel. A abstenção na ONU evitaria que o governo brasileiro fosse identificado como anti-judaico ou anti-árabe. O não cumprimento da Resolução n. 181 no que diz respeito a Jerusalém, também explica a abstenção brasileira quanto à admissão de Israel nas Nações Unidas, em 11 de maio de 1949.¹⁸⁷

A suposta incoerência das posições brasileiras na ONU com relação a Israel vai perdendo credibilidade à medida que se define o cenário da época; se por um lado, como diz Norma Breda dos Santos, existiam fatores que explicariam o voto brasileiro a favor da admissão de Israel na ONU, como o apoio dado à partilha da Palestina, o voto norte-americano a favor do reconhecimento de Israel, a recomendação do Conselho de Segurança sobre a admissão de Israel na ONU e o interesse do Brasil para que todos os países tivessem representação nas Nações Unidas. Por outro lado, deve-se levar em consideração o apoio do governo brasileiro a uma resolução, aprovada poucos dias antes da votação da adesão de Israel, "convidando-o a prestar esclarecimentos sobre a administração de Jerusalém e a situação dos refugiados árabes". Para esta autora, a influência do Vaticano também não pode ser negligenciada, pois pressionou para que os países católicos reivindicassem a internacionalização de Jerusalém e o livre acesso à Cidade Santa, sem restrições¹⁸⁸.

Leonardo Senkman surpreende-se com o "jornal" brasileiro judeu *Aonde Vamos?* e com personalidades israelenses que criticavam o Brasil por não ter reconhecido o Estado de Israel e não ter estabelecido relações diplomáticas com o mesmo, mas se omitiram em comentar a abstenção brasileira em 1949 no que concerne à admissão de Israel na ONU¹⁸⁹.

Contudo, é possível elaborar outra explicação para as posições brasileiras na ONU com relação a Israel. A partir de 1948 começa a ficar claro para a diplomacia brasileira que o auxílio econômico esperado dos Estados Unidos não ocorreria e que o Brasil estava relegado

¹⁸⁷ PIMENTEL, J. V. O padrão de votação brasileiro na ONU e a questão do Oriente Médio. In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (orgs). *Israel e Palestina: a construção da Paz vista de uma perspectiva global*. Op. Cit. p. 289.

¹⁸⁸ SANTOS, N. B. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós (?) sionismo. In: SANTOS, N. B.(org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit. p. 29-31. No mesmo livro, Tullo Vigevani e Alberto Kleinas também citam o papel que a Santa Sé desempenhava nesse momento, além de que ao contrário de Norma Breda dos Santos, defendem que a atitude do Brasil para com Israel na ONU foi marcada pela incoerência.

¹⁸⁹ SENKMAN, L. O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina 1949-1955. In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Op. Cit. p. 123-124. Embora Senkman refira-se a *Aonde Vamos?* como um jornal foi, na verdade, uma revista, que surgiu em 1943 e circulou semanalmente até a década de 1970.

a segundo plano nas relações internacionais. Como reação, a diplomacia brasileira caracterizar-se-ia pela formulação de discursos baseados em regras de cunho “principistas e moralistas”. Daí em diante as atitudes do Brasil no cenário internacional serão marcadas pela cautela e pela adesão aos elevados propósitos da Carta de São Francisco. As posições brasileiras na ONU com relação a Israel e, antes mesmo, na votação a respeito da partilha da Palestina, podem ser entendidas como uma resposta ao sentimento de exclusão e da dependência do país em relação às grandes potências.¹⁹⁰

Como se percebe, a produção acadêmica brasileira sobre o tema em apreço ainda é limitada e os trabalhos que examinam as posições do Brasil assumidas nas Nações Unidas com relação à questão Palestina, sobretudo Israel, estão longe de refletir a fecundidade e a relevância do tema até para os dias atuais. O que se tentou fazer foi justamente ampliar as perspectivas, acrescentando novas fontes de pesquisa. A novidade do trabalho é a análise da questão da partilha da Palestina e a participação do Brasil centrada na ótica dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, apoiado pela documentação dos Arquivos do Ministério das Relações Exteriores e do CPDOC.

O jornal *O Estado de S. Paulo* não traz a resposta definitiva para essas interrogações, no entanto, corrobora algumas convicções levantadas pela historiografia atual. Sem dúvida, o não cumprimento da Resolução n. 181, que determinava, entre outras exigências, a internacionalização de Jerusalém foi um fator primordial para a relutância brasileira diante de Israel. Antes mesmo da criação do seu Estado, como foi colocado anteriormente, essa folha se posicionou favoravelmente ao envio de tropas da ONU, com o auxílio de soldados brasileiros, para proteger os lugares sagrados de Jerusalém.¹⁹¹ O peso da comunidade árabe no Brasil também deve ser levado em consideração uma vez que *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* se esforçavam em construir um discurso imparcial que inviabilizasse qualquer contestação interna das comunidades árabe ou judaica. Outro fator que deve ser mencionado é que poucos dias antes da votação sobre a admissão de Israel na ONU foi publicado um texto no jornal paulista que se constitui num manifesto do Vaticano a favor da Internacionalização de Jerusalém e da proteção dos lugares Santos que num país católico como o Brasil deve ter tido alguma repercussão.¹⁹²

Contudo, a partir de meados de 1949 as questões que envolviam o Oriente Médio não ocupam mais a parte editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, nem os colaboradores escrevem

¹⁹⁰ Interpretação feita com base no livro *A palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995*. Op. Cit, p. 43-45.

¹⁹¹ Consultar, OESP, São Paulo, 11 de jan. 1948. Notas e Informações, p. 3; 28 de abr. 1948. Notas e Informações, p. 3; 30 de abr. 1948. Notas e Informações, p. 3.

sobre a Palestina. A eclosão de uma nova guerra mundial não dependia mais do que ocorresse na Palestina e as esperanças de que a internacionalização de Jerusalém fosse implementada estava se esvanecendo de acordo com as últimas notícias recebidas do Oriente Médio.¹⁹³ Internamente, as preocupações com as próximas eleições presidenciais e, externamente, a necessidade das exportações brasileiras e a Guerra da Coréia vão ocupar boa parte da atenção do matutino. Todavia, noticia o reconhecimento “de direito” do Estado de Israel pelo Brasil¹⁹⁴; o estabelecimento de “relações diplomáticas e comerciais entre Israel e o Brasil”¹⁹⁵, e a visita de Carlos Martins Thompson Flores, ministro do Brasil no Líbano, a Jerusalém antes de regressar a Beirute, via Amã, após uma estada de quatro dias em Israel. O objetivo de sua visita era o estudo das relações comerciais entre o Brasil e Israel¹⁹⁶.

Nesse aspecto, a pesquisa no jornal carioca mostrou-se produtiva. Em suas páginas foi possível acompanhar a pressão sofrida pelo senado brasileiro para que reconhecesse imediatamente o novo Estado israelense.

Poucos dias depois da criação do Estado de Israel, o senador Hamilton Nogueira enfocava no Congresso Nacional a questão Palestina declarando que a solução mais adequada para o caso seria a que foi defendida pela delegação brasileira nas Nações Unidas. O senador dizia abertamente que seu propósito era pressionar o governo brasileiro a reconhecer o Estado de Israel. Para tanto, fazia considerações sobre o movimento sionista e sobre a importância que os judeus tiveram na colonização do Brasil.

No decorrer de sua fala, conforme notícia do jornal *Correio da Manhã*, foi questionado pelo senador Villasboas. O senhor em questão perguntava se "diante das estatísticas, isto é, diante do fato de termos em nosso território 167 mil árabes e apenas 16 mil judeus, não seria melhor esperar um pouco por esse reconhecimento por parte do Brasil do novo Estado?".¹⁹⁷

O senador Hamilton Nogueira fazia parte do Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina, que desde o início de 1947, surgira para formar uma opinião pública favorável à causa judaica. O movimento contou com significativa participação de intelectuais e estudiosos de

¹⁹² A Igreja Católica e o acesso aos lugares Santos na Palestina. OESP, São Paulo, p. 2, 5 de maio 1949.

¹⁹³ Iniciada a transferência do governo de Israel para Jerusalém. OESP, São Paulo, p. 5, 29 de mar. 1949; A questão de Jerusalém inquieta a Palestina, p. 1, 16 de set. 1949; Contrários árabes e judeus á Internacionalização de Jerusalém, p. 1, 17 de set. 1949; Protesta Israel contra o projeto de internacionalização de Jerusalém, p. 1, 6 de nov. 1949; Desafio á autoridade da ONU, p. 1, 14 de dez. 1949; Iniciada a transferência do governo de Israel para Jerusalém, 15 de dez. 1949; O problema da Internacionalização de Jerusalém, p. 1, 3 de jan. 1950; Jerusalém oficialmente proclamada capital do Estado de Israel, p. 1, 5 de jan. 1950.

¹⁹⁴ OESP, São Paulo, p. 1, 8 de fev. 1949.

¹⁹⁵ OESP, São Paulo, p. 1, 9 de fev. 1949.

¹⁹⁶ OESP, São Paulo, p. 1, 21 de mar. 1950.

¹⁹⁷ CM, Rio de Janeiro, 22 maio 1948, Senado (discussão sobre a viabilidade do reconhecimento do Estado de Israel), p. 2.

vários segmentos da sociedade favoráveis à criação do Estado de Israel, entre eles: professor Inácio Azevedo de Amaral, reitor da Universidade do Brasil, Celina Padilha e Maria Luiza Azevedo Cruz, professoras, José Lins do Rego, escritor, Elói Pontes, jornalista, Tito Lívio de Santana, vereador e Campos Vergal, deputado¹⁹⁸.

O Comitê Pró-Palestina brasileiro estava coligado ao Comitê Mundial Pró-Palestina, sediado em Nova York, que reunia cerca de 30 associações espalhadas por todo o mundo. No Brasil, o Comitê existiria até meados de 1949.

A discussão sobre a viabilidade do reconhecimento do novo país ganhou maior projeção quando a Câmara de Representantes do Uruguai, após saudar o nascimento do Estado de Israel, propôs "uma ação conjunta de solidariedade dos países sul-americanos de apoio e defesa daquele novo organismo". Esse fato obrigou o Brasil a formar uma Comissão de Diplomacia da Câmara que opinou por retardar o reconhecimento do Estado de Israel. Dentre os motivos que mais pesaram para o parecer contrário às pretensões de alguns grupos da época poderiam ser citados: a indefinição das dimensões do território israelense, o pequeno número de sionistas no Brasil, a importância da comunidade árabe no país e a violação da resolução nº 181 determinada pela ONU.

Por ser oportuno, será reproduzido abaixo o parecer lido na Câmara pelo relator José Armando d' Afonseca sobre a viabilidade do reconhecimento do Estado de Israel, naquele momento, pelo Brasil e a respeito da iniciativa do Uruguai quanto ao pronto reconhecimento sul-americano ao Estado de Israel.

O reconhecimento de um Estado é atribuição do Poder Executivo e ato de soberania dos Estados.

O Brasil não reconheceu o novo Estado, aguardando que este melhor se defina.

Considera-se, em geral, que um Estado existe quando reúne os seguintes elementos: uma população permanente; um território definido; um governo; a capacidade de se dirigir e de manter relações com os demais membros da comunidade internacional.

O território definido ou determinado é condição geralmente considerada indispensável para a existência do Estado.

Ora, precisamente esse elemento não existe ainda, ou é ainda desconhecido, no proclamado Estado de Israel. Nem ao menos se pode dizer que este adotou as fronteiras traçadas na resolução da partilha aprovada pela Assembléia das Nações Unidas.

Outrossim, há certas considerações políticas que contribuem para retardar o reconhecimento do Estado de Israel, pois de um lado, a colônia sionista, no Brasil, não é muito grande, e do outro lado mantemos relações diplomáticas com três Estados árabes diretamente envolvidos na luta: o Egito, a Síria e o

¹⁹⁸ FALBEL, N. *Manasche*: sua vida e seu tempo. Op. Cit, p. 91.

Líbano, além de que existem, entre nós, uma colônia de origem árabe bastante numerosa.

Destaque-se, contribui para o adiantamento, não só a falta de preenchimento de condições para que o novo Estado seja considerado como tal, mas ainda a instabilidade da sua condição atual e a desordem e confusão ali reinante, em consequência da luta armada que se trava em seu território. Realmente, um reconhecimento em tais circunstâncias é prematuro e poderia tomar o aspecto de intervenção na disputa.

Acresce ainda, que a criação do Estado Judaico não representa a execução da decisão das Nações Unidas, em parte, aliás, até violadas, pois uma solução parcial, adotada por uma ou outra parte, não constitui execução do plano determinado pela ONU que deveria ser adotado em conjunto e não parcialmente.

Penso, pois, que devemos acusar e agradecer cordialmente a mensagem da Câmara dos Representantes da República Oriental do Uruguai¹⁹⁹.

O parecer foi interpretado pelos judeus como parte do jogo de influência política, ou seja, não era somente os judeus que tinham personalidades influentes a favor da sua causa, mas também os árabes. Isso se deu pelo fato de o presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados do Congresso, José Afonseca, ser conhecido pela sua simpatia aos árabes e ser considerado “o deputado dos árabes de São Paulo”. Dessa forma, o Comitê procurava justificar a relutância política do Brasil em reconhecer o Estado de Israel²⁰⁰. A revista *Aonde Vamos?* atribuiu a demora do reconhecimento “à pressão de diplomatas brasileiros pró-árabes e à posição assumida por influentes jornais da comunidade síria e da libanesa” no Brasil²⁰¹. Os judeus desconfiavam sempre do Itamaraty. Na maioria das vezes em que comentavam sobre alguma dificuldade enfrentada pela comunidade judaica do Brasil referiam-se a membros do Itamaraty como responsáveis.

Apesar das perspectivas criadas na época, de fecundas relações entre Brasil e Israel, o que se viu após as divulgações feitas em fevereiro de 1949 foi um completo congelamento nas expectativas. Somente em 31 de janeiro de 1951 Vargas anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel. O primeiro representante diplomático brasileiro, Fabrino de Oliveira, foi nomeado somente em outubro de 1951 e apresentou suas credenciais ao presidente de Israel em março de 1952. O representante de Israel, general David Shaltiel, apresentou suas credenciais a Vargas em 8 de abril de 1952.

A promessa do novo governo era de que as questões internacionais seriam tratadas de forma diferente da época do chanceler Raul Fernandes; no entanto, a política exterior com

¹⁹⁹ Contra o reconhecimento, agora, do Estado de Israel. CM, Rio de Janeiro, p. 1, 13 julho 1948.

²⁰⁰ FALBEL, N. *Manasche*: sua vida e seu tempo. Op. Cit. p. 102.

²⁰¹ SENKMAN, L. O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina, 1949-1955. In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel*: Diplomacia e Sociedades. Op. Cit., p. 121.

relação a Israel não mudaria, “ainda que alguns cidadãos judeus, como Wainer e Lafer, fossem escutados pelo Presidente”.²⁰²

²⁰² Idem, p. 126-131. A propósito, ver também: CARNEIRO, M. L. T. *O anti-semitismo na Era Vargas. (1930-1945)*. Op. Cit.; LESSER, J. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Op. Cit.

CONCLUSÃO

A política exterior do Brasil, durante o período estudado, caracterizou-se pela busca de subsídios externos para seu desenvolvimento. Na busca desse objetivo, o Brasil na ONU sempre se colocou a favor dos Estados Unidos, o que em grande medida nos auxilia na compreensão de suas posições na esfera internacional, inclusive em relação ao voto favorável à partilha da Palestina.

Ficou claro que a posição brasileira com relação à questão Palestina foi influenciada diretamente pelo contexto internacional, ainda que tivesse relação com temas debatidos internamente no país.

A necessidade de promover o equilíbrio entre as várias comunidades presentes no Brasil com posições estratégicas no plano internacional e a guerra-fria acabaram moldando o projeto de política externa considerada ideal para o país à época.

Mais do que a perda de autonomia tão propalada o que se viu na diplomacia brasileira foi um esforço desmedido com o objetivo de atingir suas metas. A discussão da partilha da Palestina na ONU, em 1947, representou uma oportunidade para colocar em prática os objetivos do Brasil, afinal, um brasileiro era o presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, o que poderia auxiliar na busca da almejada projeção internacional e no seu reconhecimento concomitante por parte de outros países.

A questão Palestina repercutiu nas páginas de *O Estado de S. Paulo* de modo a tornar-se um dos principais assuntos de natureza internacional nos anos de 1947/1948. Dessa forma, foram noticiados os debates na ONU, a criação do Estado de Israel em 1948, bem como opinou sobre a necessidade da proteção da cidade de Jerusalém e expressou sua crítica ao desempenho e as atitudes da delegação brasileira na ONU em 1947, sobretudo de Oswaldo Aranha.

Reconstruir o cenário político da época foi importante para dar sentido a algumas opiniões dos jornais. Para *O Estado de S. Paulo*, o momento oferecia o ensejo para acelerar o desenvolvimento da economia brasileira com o apoio dos Estados Unidos, posição que o levava a defender o alinhamento diplomático com este país. Na esfera internacional, outras questões influenciaram as posições do jornal, como as novas perspectivas abertas pela criação e funcionamento da ONU, a rivalidade com a Argentina e o receio do comunismo.

Cumprir salientar, também, a atenção especial que o matutino paulista dava à pasta das relações exteriores na época, por ser o chanceler Raul Fernandes, um udenista. O jornal em

questão fazia sugestões e advertia sobre as oportunidades que se apresentavam à política externa brasileira. Em alguns pontos, a opinião do jornal se assemelhou ao posicionamento do Brasil nas Nações Unidas, como no referente à partilha da Palestina.

A princípio tinha-se a impressão de que o apoio do Jornal *O Estado de S. Paulo* à criação do Estado de Israel devia-se a sua identificação com a história dos judeus. Embora este jornal não deixasse de enfatizar o sofrimento e as perseguições sofridas por esse povo, não há evidências suficientes para corroborar tal asserção. Por isso, preferiu-se ver a posição favorável ao estado israelense como forma de garantir a sustentabilidade das Nações Unidas e, principalmente, a manutenção dos princípios básicos que moldavam as opiniões do jornal. Outra interpretação a ser mencionada diz respeito à relevância que se dava, à época, ao fato de ser um brasileiro o presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas. O matutino concordava que uma maior participação brasileira nas relações internacionais seria útil às pretensões nacionais, no entanto, não poderia expressar essas idéias em razão de seu atrito com Oswaldo Aranha, chefe da delegação brasileira e presidente da AGNU, em 1947. Ademais, as histórias do jornal e da trajetória política de Oswaldo Aranha levavam a leituras distintas acerca da política externa brasileira.

A possibilidade da UDN indicar para as eleições presidenciais, que ocorreriam em 1950, o nome de Oswaldo Aranha era inadmissível para o jornal paulista. A resposta para tal intransigência do matutino encontra-se no próprio arquivo de Oswaldo Aranha, na sessão Recortes de jornais (j). Segundo notícia veiculada pelo jornal *Diário da Noite* à época, a relutância ao nome de Aranha provinha da desconfiança que os udenistas de São Paulo tinham dele, pois achavam que Aranha poderia contar com o apoio de Getúlio Vargas e de Ademar de Barros, o que a UDN paulista não admitia.²⁰³

No que concerne ao *Correio da Manhã*, em sua visão pragmática, as mudanças no país só poderiam advir de uma administração interna competente. Na análise das relações internacionais, em ambiente tão hostil, o matutino em questão não deixa de fazer reparos quanto a análises feitas acerca da Argentina peronista, do ambiente de guerra-fria e das perspectivas do pós-guerra. Quanto à questão Palestina reluta em posicionar-se, devido a presença de representantes das duas comunidades no Brasil e das poucas informações recebidas a respeito. Entretanto, expressou sua crítica em relação ao ingresso de Israel nas Nações Unidas antes de se definir o futuro de Jerusalém.

²⁰³ AOA, recorte do jornal *Diário da Noite*, 12 de janeiro de 1950, j.

Mais do que se posicionar, embora nutrisse mais simpatia pelos palestinos, a proposta do *Correio da Manhã* foi refletir sobre os desdobramentos da questão Palestina. Sua visão a longo prazo do problema e dos percalços a serem enfrentados no futuro para se chegar a um consenso sobre a divisão do território são méritos desse jornal.

A impressão que se tem é que a parte opinativa e crítica em relação à divisão da Palestina foi deixada para Carlos Lacerda. Nada mais cômodo do que dar esse papel para Lacerda. Era uma forma de evitar polêmicas e de manter o equilíbrio entre as comunidades árabe e israelense presentes no Brasil.

O destaque maior do jornal carioca se expressa justamente na distinta leitura que fazia da história política de Oswaldo Aranha. Em suas páginas é possível perceber o esforço de desconstruir a idéia de que ele era um dos articuladores do projeto varguista, sobretudo do Estado Novo. Na verdade, o jornal buscava responder às críticas feitas a Oswaldo Aranha.

Não perdia a oportunidade também de homenageá-lo. Para o *Correio da Manhã*, Aranha era um símbolo da luta do país na busca do desenvolvimento e simbolizava o que de melhor o Brasil tinha aos olhos do mundo. Como reconhecimento pelo seu trabalho como ministro da fazenda, como embaixador brasileiro em Washington, como ministro das relações exteriores e, por fim, como presidente da Assembléia Geral da ONU, o *Correio da Manhã* cedeu suas páginas para homenagear "esse grande brasileiro". Tanto que foi um dos órgãos de imprensa que levantou a bandeira a favor da sua candidatura ao Prêmio Nobel da Paz. O "Estadão" tentava desqualificar tal possibilidade usando como subterfúgio o contexto conturbado da época. Como um dos papéis do historiador é justamente dar sentido à ampla gama de informações dispersas, na pesquisa ficaram visíveis os motivos que levavam o jornal *O Estado de S. Paulo* a criticar a postura de Oswaldo Aranha.

Embora o país não tivesse jornalistas na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1947, no período da criação do Estado de Israel, contava com a presença de dois correspondentes de peso da imprensa na região. O objetivo principal dos correspondentes, Carlos Lacerda e Samuel Wainer, era justamente preencher uma lacuna no conhecimento brasileiro e contribuir, de maneira parcial, para que a opinião pública se colocasse a favor ou contra a divisão da Palestina e a conseqüente criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948.

Ao que parece a atuação dos judeus na imprensa brasileira foi mais intensa que a dos árabes. O intuito era aumentar o apoio da opinião pública do Brasil à causa israelense. Por isso, a mobilização das organizações judaicas nesse período, principalmente do Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina, não pode ser negligenciada.

As organizações judaicas no Brasil merecem uma leitura mais atenta para se medir o grau de influência que tiveram na formação de uma opinião nacional a respeito. Nesse sentido, pesquisa posterior no Arquivo Histórico Judaico Brasileiro e na revista *Aonde Vamos?* podem dar um panorama da história do movimento judaico no Brasil, de suas relações com os árabes, da pressão sobre os formuladores da política externa brasileira e dos representantes do país que serviram nas Nações Unidas quando da discussão da criação do Estado de Israel e de qual o grau de influência de seus membros nos meios jornalísticos, políticos e intelectuais da sociedade brasileira.

Contudo, numa análise mais contida, pode ser que o espaço buscado pelos árabes para se manifestar tenha sido outro. Essa indagação ultrapassa os limites dessa dissertação, por isso, em trabalho posterior, será sugerido a inclusão de fontes que contenham as manifestações dos árabes do Brasil. Afinal, é preciso dar voz aos agentes da História, nunca ocultá-los.

A imprensa brasileira continua atualmente atenta aos desafios do Oriente Médio. Embora a região apresente nos últimos anos novos focos de conflito, como as guerras no Iraque e no Líbano, a questão Palestina e seus desdobramentos nunca abandonaram o noticiário da grande mídia brasileira, seja por questões estratégicas ou pela identificação com árabes ou israelenses.

Na presente dissertação buscou-se compreender, também, os fatores que historicamente impedem Israel e Palestina de chegarem a um consenso sobre a divisão do território. O projeto sionista, o oportunismo árabe, a fraqueza dos órgãos multilaterais, sobretudo das Nações Unidas e a relutância americana em desaprovar no Conselho de Segurança da ONU, as atitudes tomadas por Israel com relação a seus projetos de ocupação de áreas palestinas podem ser colocados como motivos que dificultam um acordo promissor entre israelenses e palestinos. Contudo, reafirma-se a convicção de que a solução encontra-se no respeito a resolução nº 181 das Nações Unidas, que estabeleceu a divisão da Palestina²⁰⁴.

A partir de uma perspectiva jornalística e diplomática, essa pesquisa ilustra o papel preponderante que a política interna assume na análise de um tema das relações internacionais. Neste trabalho, procurou-se, assim, compreender as motivações das notícias, dos artigos e dos editoriais sobre a questão Palestina. Afinal, não se pode perder de vista que

²⁰⁴ Entretanto, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, mencionou em sua viagem a Ramallah, Cisjordânia, que "os palestinos não mais se referissem às resoluções da ONU que reconheciam como fronteiras as anteriores à Guerra dos Seis Dias. Elas não foram no passado, disse, de maior utilidade política". Embora a favor de Israel, Bush sugeriu o fim da "ocupação" israelense o que pode ser visto como um avanço por parte dos

os jornais representam grupos de pressão diversos, principalmente, interesses políticos, como é o caso vertente. Não se perdeu de vista, também, a compreensão do tema da Palestina e dos parâmetros que norteavam as atitudes da diplomacia brasileira na busca de seus objetivos imediatos.

No fundo, o que se buscou também foi responder a uma indagação feita por Tullo Vigevani e Alberto Kleinas, não respondida, sobre a questão Palestina. “Afinal, para que lado se inclinava a opinião pública ou ao menos as elites e os formadores de opinião?”. Embora seja uma questão complexa, foi possível pensar em respostas. O jornal *O Estado de S. Paulo*, influente jornal paulista, demonstrava apreço pela posição israelense após a vitória legítima da proposta de partilha da Palestina na ONU, em 1947. O *Correio da Manhã*, importante formador de opinião no Rio de Janeiro, apresentava maior simpatia pelos palestinos. Entretanto, sempre com algumas ressalvas.

Ao final fica a impressão de que as indagações aumentaram e que a ampliação do trabalho em pesquisa posterior pode ser positiva. Por exemplo, ampliar a pesquisa na imprensa sobre os temas já mencionados, pesquisar possíveis meios utilizados pelos árabes para discutir e opinar acerca da divisão da Palestina e do papel do Brasil na partilha realizada pelas Nações Unidas, relacionar os argumentos de Wainer e Lacerda na defesa de judeus e palestinos bem como uma eventual disputa entre ambos na veiculação de informações referentes à Palestina, consultar os jornais que Wainer enviava suas "impressões" sobre a criação do Estado de Israel, pesquisar jornais notadamente árabes e judeus com circulação nacional. O que se buscou foi justamente ter uma dimensão maior sobre o impacto e a repercussão que teve no Brasil a questão Palestina e a leitura e a relevância que a imprensa brasileira atribuía a temas da política internacional, com ênfase na participação do Brasil nas discussões que levaram à divisão da Palestina e no desempenho de Oswaldo Aranha enquanto presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1947.

FONTES

Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro. Setor de documentação. **Arquivo Oswaldo Aranha**. Série: Correspondência Geral.

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 1945-1951. Coleção de Microfilmes do Cedap (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa) da Unesp/Assis.

Obs: Cumpre observar que a pesquisa foi desenvolvida a partir dos editoriais dos jornais OESP e CM, pois refletem as opiniões dos jornais. Entretanto, autores que utilizaram a mídia impressa para se expressar também foram levados em consideração. Dessa forma, foram colocados a seguir os textos assinados mais relevantes encontrados nos jornais trabalhados.

Em especial, os artigos:

BASTIDE, Paul Arbousse. A Questão do "exodus 1947" e a opinião pública francesa. OESP, São Paulo, p. 1, 2 de set. 1947. "Especial para *O Estado de S. Paulo*".

_____. O Renascimento de Israel. OESP, São Paulo, p. 1, 7 de jul. 1948.

BELL, Donald. O Estado israelita. OESP, São Paulo, p. 1, 14 de dez. 1947.

_____. Os Estados Unidos e o problema da Palestina. OESP, São Paulo, p. 1, 31 de jan. 1948. De Nova York, "exclusivo para *O Estado de S. Paulo*".

BENNIGSEN, Conde Emanuel de. Ainda o problema israelita. OESP, São Paulo, p.1, 4 de jan. 1945.

_____. Os ingleses e a Palestina. OESP, São Paulo, p. 1, 6 de fev. 1945.

_____. Na Palestina. OESP, São Paulo, p. 1, 20 de mar. 1947.

_____. A ONU e a Palestina. OESP, São Paulo, p. 1, 22 de maio 1947.

_____. Na Palestina. OESP, São Paulo, p. 1, 16 de dez. 1947.

_____. Na Palestina. OESP, São Paulo, p. 6, 7 de maio 1948.

_____. Na Palestina. OESP, São Paulo, p. 1, 5 de jan. 1949.

FERRARI, Armando. Guerra na Palestina. OESP, São Paulo, p. 1, 4 de jul. 1948.

KOESTLER, Arthur. Os problemas de Israel. OESP, São Paulo, p. 1, 12 de jan. 1949. Londres, "Exclusivo para *O Estado de S. Paulo*".

_____. O povo de Israel e o assassinato do Conde Bernadotte. OESP, São Paulo, p. 1, 28 de set. 1948. Idem.

HELLER, Frederico. A Palestina e o Mundo. OESP, São Paulo, p. 1, 8 de out. 1947.

LACERDA, Carlos. O Verdadeiro Mufti de Jerusalém . OESP, São Paulo, p. 5, 14 de mar. 1948.

_____. A Palestina e o Brasil. OESP, São Paulo, p. 3, 17 de fev. 1948.

_____. Traição á Paz. OESP, São Paulo, p. 11, 22 de maio de 1948. Transcrito do *Correio da Manhã* de 16 de maio de 1948.

LEHRMAN, Hal. Porque emigram os judeus da Europa Oriental. OESP, São Paulo, p. 1, 19 de fev. 1948. De Nova York.

MONBEIG, Pierre (Univ/ de Strasburgo). A Colonização Israelita. OESP, São Paulo, p. 4, 2 de jun. 1948.

MUGNIER, Henry. A Questão Palestina na ONU. OESP, São Paulo, p. 6, 2 de set. 1947. "Especial para *O Estado de S. Paulo*", reproduzido do jornal 'News Chrantelle'.

RONAI, Paulo. Exodus 1947. OESP, São Paulo, p. 2, 13 de set. 1947.

SILBERSCHMIDT, Benno Daniel. A simpatia humana nas discussões sobre a Palestina. OESP, São Paulo, p. 6, 2 de nov.1945.

SHAW, Paul Vanorden. O Brasil é uma potência mundial. OESP, São Paulo, p. 1, 25 de abr. 1947.

_____. A posição do Brasil no mundo. OESP, São Paulo, p. 1, 4 de jun. 1947.

_____. A tradição diplomática do Brasil. OESP, São Paulo, p. 1, 11 de jun. 1947.

_____. A posição internacional do Brasil. OESP, São Paulo, p. 1, 28 de set. 1947.

_____. Brasil - União Soviética - Estados Unidos. OESP, São Paulo, p. 1, 4 de out. 1947.

_____. A Voz do Brasil na ONU e nos Estados Unidos. OESP, São Paulo, p. 1, 29 de out. 1947.

_____. Dez principais acontecimentos de 1947. OESP, São Paulo, p. 1, 11 de dez. 1947.

_____. Os resultados da Segunda Assembléia Geral da ONU. OESP, São Paulo, p. 1, 12 de dez. 1947.

Jornal *Correio da Manhã*, 1945-1951. Coleção de Microfilmes do CEDAP da UNESP/Assis (período de 1945-1951) e da Biblioteca Nacional (três artigos escritos por Henrique Valle, após a morte de Oswaldo Aranha, em 1960).

Em especial, os artigos:

LACERDA, Carlos. As razões dos Árabes I. CM, Rio de Janeiro, Na Tribuna da Imprensa, 15 out. 1947, p. 2.

_____. As razões dos Árabes II. CM, Rio de Janeiro, Na Tribuna da Imprensa, 16 out. 1947, p. 2.

LASKI, Harold. Erro grave dos judeus. CM, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jan. 1947.

ROSA, Wenceslau. O mundo nas mãos dos judeus. CM, Rio de Janeiro, p. 2, 30 dez. 1947.

SCHMIDT, Augusto Frederico. O povo de Israel e a pátria. CM, Rio de Janeiro, p. 2, 18 maio 1948.

VALLE, Henrique Rodrigues. Aranha na ONU (I). CM, Rio de Janeiro, p. 2, 9 fev. 1960.

_____. Aranha na ONU (II). CM, Rio de Janeiro, p. 2, 10 fev. 1960.

_____. Aranha na ONU (III). CM, Rio de Janeiro, p. 2, 11 fev. 1960.

A Palavra do Brasil nas Nações Unidas. 1946-1995. Brasília: Funag, 1995.

ARANHA, Oswaldo. 1864-1960: discursos e conferências. Brasília: Funag, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico biográfico brasileiro pós-30* [et. Al.]. ed. revista e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001. v. 1 e v. 4.

ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida. A política da política externa: os partidos políticos nas relações internacionais do Brasil, 1930-1990. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000. (Coleção Sessenta Anos de política externa brasileira (1930-1990), v. 4).

ANDRADE, Jeferson. *Correio da Manhã: um jornal assassinado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Revista de Estudos Históricos. Arquivos pessoais, nº 21, 1998.

BAHIA, Juarez. *Jornal: História e técnica*. São Paulo: Martins, 1967.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1973.

_____. *Estado Nacional e política internacional na América Latina. O Continente nas relações Argentina-Brasil. 1930-1992*. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____; MELO, Clovis; ANDRADE, A T. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

BILETZKY, Eliyahu. *Anti-sionismo: nova face do anti-semitismo*. Trad. Keila Litvak. São Paulo. Ed. B'nai B'rith, 1982.

BUENO, Clodoaldo. Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000. (Coleção Sessenta Anos de política externa brasileira (1930-1990), v. 3).

BUENO, Clodoaldo. A política multilateral brasileira. In: CERVO, Amado Luiz (org). *O desafio internacional*. Brasília: UNB, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa paulista. 1920-1945.* Tese, FFLCH-USP, 1986.

_____. CAPELATO, Maria Helena. "O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)". *Revista Brasileira de História*, vol. 12, nº 23/24. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, setembro de 1991/agosto de 1992, p. 55-75.

_____ & PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo.* São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. O gigante brasileiro na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação.* São Paulo: Senac, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Holocausto: crime contra a humanidade.* São Paulo: Ática, 2000.

_____. *O Anti-Semitismo na Era Vargas (1930-1945).* São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *O veneno da serpente: reflexões sobre o anti-semitismo no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. Imigrantes e refugiados judeus em tempos sombrios: Brasil, 1933-1948. In: GRINBERG, Keila (org). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil.* 2º ed. Brasília: UNB, 2002.

_____ ; DOPCKE (orgs). *Relações internacionais dos países americanos.* Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994.

_____ ; RAPOPORT (orgs). *História do Cone Sul.* Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

_____. *Relações Internacionais do Brasil.* In: Amado Luiz Cervo (org). *O desafio internacional.* Brasília: UNB, 1994.

CLEMESHA, Arlene. Mandato Britânico na Palestina: da declaração Balfour à derrota do movimento operário árabe-judaico na Palestina. In: *Revista de História Contemporânea. Entre Passado e Futuro.* São Paulo, nº 2, 2002.

COLÓQUIO DE JURISTAS ÁRABES. *A questão Palestina.* Tradução: Aurélio de Lacerda, Argel: Estudos árabes, 1967.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: História e crítica.* Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

_____. *Ensaio de história diplomática do Brasil (1930-1986).* Brasília: Funag, 1982.

DUARTE, Paulo. *História da imprensa em São Paulo*. São Paulo. ECA/USP, 1972.

_____. *Júlio Mesquita*. São Paulo: Hercitec, 1977.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Trad. Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, v. 1.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Trad. Ane Lize Magalhães. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FALBEL, N. *Manasche: sua vida e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra-Fria: Democracia, Subdesenvolvimento e Ideologia do Planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.

FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e realidade do conflito Israel e Palestina*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GATTAZ, André. *A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à nova Intifada*. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

_____. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JUNIOR, Antônio Mendes Almeida. Do Declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, v. 3, 1983.

KAYYALI, A. W. *Histoire de la Palestine (1896-1940)*. Paris: Harmattan, 1985.

KUPERMAN, Diane. Mídia e Oriente Médio: uma relação de guerra e paz. In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: UNB, 2000.

LACERDA, Carlos. *O Brasil e o mundo árabe*. Rio de Janeiro, 1948. (sem editora).

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. Judeus salvam judeus: os esteriótipos e a questão dos refugiados no Brasil, 1935-1945. In: GRINBERG, Keila (org). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LUCA, Tania Regina e MARTINS, Ana Luiza. Introdução. In: *Cidade e Imprensa*. São Paulo: Unesp, 2005.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações Internacionais do Brasil (1945-1964). In: *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano. Economia e Cultura*. São Paulo: Difel, 1984.

MARGULIES, Marcos. *Israel: Origem de uma crise*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1967.

MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio (séc. XX)*. Trad. Isa Maria Lando. São Paulo: Ática, 1994.

MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Trad. Ivonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: política externa brasileira de 1934 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e Ilusões*. Relações internacionais durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

_____. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

_____. O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados/Núcleo de pesquisa em relações internacionais da USP, 1996. (Coleção Sessenta Anos de política externa brasileira (1930-1990), v. 1).

NACIONES UNIDAS. *Orígenes y Evolucion del problema palestino 1917-1988*. Nueva York: Naciones Unidas, 1990.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PENNA FILHO, Pio. *A pesquisa histórica no Itamaraty*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, nº 2, p. 117-137, 1999.

PIMENTEL, João Vicente. O padrão de votação brasileiro na ONU e a questão do Oriente Médio. In: DUPAS, G. e VIGEVANI, T. (orgs) *Israel e Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: UNESP, 2002.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PRADO, Maria Ligia. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.

POMAR, Pedro Estevan da Rocha. *A Democracia Intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire de las Relaciones Internacionales (Las crises Del siglo XIX)*. Madrid :Aguilar, 1964. t.2 v.2.

_____ ; DUROSELLE, J. B. *Introdução à história das relações internacionais*. Trad. Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os Estados Unidos desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados/Núcleo de pesquisa em relações internacionais da USP, 1996. (Coleção Sessenta Anos de política externa brasileira (1930-1990), v. 1).

ROUCHOU, Joëlle. *Samuel: duas vozes de Wainer*. 2º ed. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.

SANTOS, Norma Breda. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (org). *Israel e Palestina: a construção da Paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós (?) sionismo. In: SANTOS, N. B.(org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: UNB, 2000.

SARAIVA, José Flávio Sombra. (org). *Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil nas Nações Unidas. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000. (Coleção Sessenta Anos de política externa brasileira (1930-1990), v. 4).

SCHEINDEIN, Raymond. *História ilustrada do povo judeu*. Trad. Miriam Groeger. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SENKMAN, Leonardo. O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina, 1949-1955. In: SANTOS, N. B. (org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: UNB, 2000.

SILVA, Hélio. *Por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SIMONSEN, Mario Henrique. *Oswaldo Aranha: a estrela da Revolução*. São Paulo: Mandarim, 1996.

SIVOLELLA, Cristina Retta. *Los palestinos: historia de una guerra sin fin y de una paz ilusoria en el Cercano Oriente 1947-1995*, (Tese-doutorado), Brasília, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco 1930-1964*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 5º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TSUR, Jacob. *A epopéia do sionismo*. Trad. Wilma Freitas Carvalho. Rio de Janeiro: Documentário, 1977.

VIGEVANI, T; KLEINAS, A. Brasil e Israel: da Partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: SANTOS, Norma Breda dos (org). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: Funag, 1995.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1954)*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter*. 12º ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.